

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

MARCELO DE BARROS TAVARES

**(DES)CAMINHOS DA TEORIA DA FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS:
PERSPECTIVAS ANTINÔMICAS E SISTÊMICAS DA FUNDAMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO
ACADÊMICA**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MARCELO DE BARROS TAVARES

**(DES)CAMINHOS DA TEORIA DA FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS:
PERSPECTIVAS ANTINÔMICAS E SISTÊMICAS DA FUNDAMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO
ACADÊMICA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Andrade Scroferneker

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

T231d Tavares, Marcelo de Barros

(Des)Caminhos da Teoria da Função Política de Relações Públicas :
perspectivas antinômicas e sistêmicas da Fundamentação na formação
acadêmica / Marcelo de Barros Tavares. – 2023.

166 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social,
PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Cleusa Maria Andrade Scroferneker.

1. Abordagem Sistêmica. 2. Formação Acadêmica. 3. Função Política. 4.
Pensamento Antinômico. 5. Teoria de Relações Públicas. I. Scroferneker,
Cleusa Maria Andrade. II. Título.

MARCELO DE BARROS TAVARES

**(DES)CAMINHOS DA TEORIA DA FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS:
PERSPECTIVAS ANTINÔMICAS E SISTÊMICAS DA FUNDAMENTAÇÃO NA FORMAÇÃO
ACADÊMICA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovado em 30/03/ 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cleusa Maria Andrade Scroferneker - PUCRS (Orientadora)

Prof^a. Dr^a Caroline Delevati Colpo - UFPB

Prof^a. Dr^a. Cristiane Finger Costa - PUCRS

Prof. Dr. Diego Wander Santos da Silva – UFRGS

Prof. Dr. Esnel José Fagundes - UFMA

AGRADECIMENTOS

A jornada dessa pesquisa foi um caminho longo, permeado de obstáculos que foram significativos para este resultado. Eu não conseguiria expressar nesta folha, de forma completa, todos aqueles que contribuíram e que estiveram ao meu lado neste processo. No entanto, algumas pessoas foram fundamentais nesta caminhada, e sem elas não teria chegado tão longe.

À minha mãe, Maria da Graça, que mesmo não tendo a total dimensão do que é uma jornada científica, sempre me apoiou a seguir em frente e me passou o seu maior ensinamento: investir sempre na minha educação. Ao Vinícius, meu marido e companheiro de vida, que em diversos momentos acreditou muito em mim, às vezes mais do que eu mesmo, obrigado por estar sempre ao meu lado. Aos meus irmãos e familiares agradeço por entenderem as minhas ausências nestes últimos quatro anos.

Aos amigos e colegas do PPGCom da Famecos/PUCRS, agradeço imensamente pela generosidade e compartilhamento de informações e experiências de pesquisa. Tenho a certeza de que crescemos juntos neste processo. E não posso falar da Famecos sem citar três grandes mestres (e orientadores) que estiveram ao meu lado nesta caminhada. À profa. Dr.^a Claudia Peixoto de Moura, por idealizar comigo o cerne desta pesquisa, e retomar a teoria do prof. Dr. Roberto Porto Simões – um ícone para as Relações Públicas. Ao prof. Dr. Francisco Rudiger, que mesmo tendo me acompanhado durante pouco tempo, trouxe olhares muitos significativos para esta tese. E à profa. Dr.^a Cleusa Maria Andrade Scroferneker pelo apoio, dedicação e paciência na pesquisa de campo e na reta final da nossa jornada científica. Queridos mestres, sem vocês eu também não teria chegado até aqui.

Aos meus colegas de trabalho nos últimos quatro anos, que acompanharam as alegrias e as tristezas desta caminhada, obrigado pelo apoio e força que sempre recebi de todos, por vezes um olhar ou em uma palavra de consolo e força. E aos meus alunos por serem uma eterna fonte de inspiração, motivação, e desejo para construção de um mundo melhor com apoio da prática de Relações Públicas.

Esta pesquisa não teria sido possível sem o apoio e o incentivo da CAPES. Sem a ciência – e o devido investimento nela – a sociedade brasileira não evoluirá.

Viva à ciência! Viva às Relações Públicas!

“Por sucessivas aproximações, cheguei à compreensão de que, por Relações Públicas, não se entende, ademais de um termo, uma profissão, um profissional, uma atividade, uma função, um processo, mas, principalmente, uma ciência particular.” (SIMÕES, 1993)

RESUMO

A pesquisa tem como tema a teoria de Relações Públicas, e sua delimitação fica centrada na função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), recorrendo à abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016) e ao pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) para o entendimento da formação acadêmica de/em Relações Públicas. Foram definidos três macro objetivos: a) analisar se a fundamentação teórica de Relações Públicas está representada nos componentes curriculares da formação acadêmica; b) evidenciar a relevância [ou não] da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) nos componentes curriculares da formação acadêmica; c) discutir sobre como o pensamento antinômico (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2002) pode contribuir para a releitura e atualização da Teoria da Função Política de Relações Públicas. Os procedimentos metodológicos contemplam pesquisas bibliográfica e documental (MOREIRA, 2012), entrevistas em profundidade (DUARTE, 2012) com pesquisadora e docentes de referência na área de ensino de Relações Públicas. Para análise dos achados recorreremos à análise de conteúdo (BARDIN, 2016) com codificação, categorização e inferências. A reflexão está dividida em quatro etapas: o lugar da teoria, as correntes e abordagens teóricas predominantes, as contribuições do pensamento antinômico para a releitura e atualização da Teoria da Função Política. Constatamos que as teorias e/ou correntes/abordagens teóricas de Relações Públicas têm presença tímida na formação acadêmica, e predominantemente, estão concentradas em disciplinas no percurso inicial dos cursos de graduação. Os resultados obtidos indicam que o pensamento antinômico configura-se numa das possibilidades metodológicas para o ensino de Relações Públicas por meio de aspectos sistêmicos e antinômicos em uma releitura da função política.

Palavras-chave: Abordagem Sistêmica. Formação Acadêmica. Função Política. Pensamento Antinômico. Teoria de Relações Públicas.

ABSTRACT

The research theme is the theory of Public Relations, and its delimitation is centered on the organizational political function (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), using the systemic approach (LUHMANN, 2016) and antinomic thinking (QUINTANA CABANAS, 2002) for understanding the academic training of/in Public Relations. Three macro objectives were defined: a) to analyze the theoretical foundation of Public Relations is represented in the curricular components of academic training; b) highlight the relevance [or not] of the theory of the political function (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) in the curricular components of academic training; c) discuss how antinomic thinking (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2002) can contribute to re-reading and updating the theory of the political function of Public Relations. The methodological procedures include bibliographical and documentary research (MOREIRA, 2012), in-depth interviews (DUARTE, 2012) with a researcher and professors of reference in the area of teaching Public Relations. To analyze the findings, we resorted to content analysis (BARDIN, 2016) with coding, categorization and inferences. The reflection is divided into four stages: the place of theory, the predominant theoretical currents and approaches, the contributions of antinomic thought to the rereading and updating of the Theory of the Political Function. We found that the theories and/or theoretical currents/approaches of Public Relations have a timid presence in academic training, and are predominantly concentrated in disciplines in the initial course of undergraduate courses. The results indicate that antinomic thinking is one of the methodological possibilities for teaching Public Relations through systemic and antinomian aspects in a reinterpretation of the organizational political function.

Keywords: Academic Education. Antinomic Thought. Political Function. Public Relations Theory. Systemic Approach.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Cursos Presenciais de Relações Públicas e-MEC	26
Quadro 2	- Distribuição dos Cursos Presenciais de Relações Públicas	26
Quadro 3	- Marco Normativo e Abertura de Cursos	27
Quadro 4	- Produções Científicas do Campo	28
Quadro 5	- Recorte do Estado da Arte	29
Quadro 6	- Protocolo de Pesquisa	32
Quadro 7	- Seleção Cursos Segundo Movimento	33
Quadro 8	- Ementários Componentes Teóricos	35
Quadro 9	- Jogo de Antinomias da Educação	53
Quadro 10	- Marcos Conceituais de Relações Públicas nos EUA	62
Quadro 11	- Obras Bibliográficas Cândido Teobaldo de Souza Andrade	63
Quadro 12	- Correntes e Abordagens Teóricas de Relações Públicas	64
Quadro 13	- Proposições Teóricas da Visão Crítica e Humanista	65
Quadro 14	- Proposições Teóricas dos Estudos da Excelência	67
Quadro 15	- Proposições Teóricas da Função Política	69
Quadro 16	- Proposições Teóricas da Comunicação Organizacional Integrada	70
Quadro 17	- Funções do Processo de Relações Públicas	74
Quadro 18	- Enfoques Teóricos da Prática de Relações Públicas	75
Quadro 19	- Relação Antinômica dos Enfoques de Relações Públicas	78
Quadro 20	- Nomenclaturas Consideradas para Componentes Teóricos	84
Quadro 21	- Lugar dos Componentes Teóricos de Relações Públicas	85
Quadro 22	- Categorias do Lugar na Teoria	86
Quadro 23	- Autores de Referência dos Componentes Teóricos	91
Quadro 24	- Incidência de Autores de Referência nos Ementários	92
Quadro 25	- Categorias das Correntes Teóricas	94
Quadro 26	- Atualizações dos Enfoques Teóricos de RP	100
Quadro 27	- Percepções do Pensamento Antinômico	103
Quadro 28	- Categorias em Análise	104
Quadro 29	- Categorias do Pensamento Antinômico	109

LISTA DE SIGLAS

ABRP	- Associação Brasileira de Relações Públicas
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
GPEPCom	- Grupo de Pesquisa Ensino e Prática em Comunicação
IES	- Instituições de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	- Ministério da Educação
PPC	- Projeto Pedagógico de Curso
PUCRS	- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UAM	- Universidade Anhembi Morumbi
UMESP	- Universidade Metodista de São Paulo
UNA	- Centro Universitário Una
UNIFACS	- Universidade de Salvador
UNIRITTER	- Centro Universitário Ritter dos Reis
UNISINOS	- Universidade Vale do Rio dos Sinos
USP	- Universidade de São Paulo
USTJ	- Universidade São Judas Tadeu
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFSM-SM	- Universidade Federal de Santa Maria – Campus Santa Maria
UFSM-FW	- Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2	NOSSO TRILHAR METODOLÓGICO	25
2.1	Panorama dos cursos de graduação e estado da arte	25
2.2	Princípios e elementos metodológicos	30
2.3	Seleção do corpus e delimitação da pesquisa	32
2.3.1	Sobre as matrizes curriculares	34
2.3.2	Sobre os PPC e Ementários	35
3	ALGUNS OLHARES SISTÊMICOS SOBRE EDUCAÇÃO	39
3.1	Pensamento sistêmico e teoria dos sistemas sociais	39
3.2	Construção biológica do conhecimento: aproximação contrafactual da comunicação e educação	44
3.3	Pensamento antinômico de educação	50
4	OLHARES SISTÊMICOS DA TEORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS: CONVERGÊNCIAS DAS ABORDAGENS/CORRENTES	56
4.1	Currículos e formação acadêmica em Relações Públicas	56
4.2	Correntes e abordagens teóricas de Relações Públicas	61
4.3	Enfoques teóricos da função política	72
4.4	Elementos do pensamento antinômico	77
5	O PENSAMENTO ANTINÔMICO E AS POSSIBILIDADES DE RELEITURA E ATUALIZAÇÃO DA TEORIA DA FUNÇÃO POLÍTICA	82
5.1	Lugar da teoria na formação acadêmica	83
5.2	Correntes/Abordagens teóricas predominantes	90
5.3	Contribuições do pensamento antinômico para a função política	99
5.4	O pensamento antinômico como proposta metodológica para a formação	107
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICES	123

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conhecimento científico tem a sua construção articulada pela trajetória metodológica do pesquisador, centrada em problemas de pesquisa aderentes aos desafios sociais de um determinado contexto da realidade. Pensamos que segundo Braga (2011), é um exercício de reflexão sobre os âmbitos teóricos e práticos dos fenômenos comunicacionais. Esta ponderação nos coloca face ao possível debate da relação teoria e prática na formação acadêmica da área de Relações Públicas.

Para pautarmos a formação acadêmica enquanto ambiência desta tese de doutorado, é necessário voltar nossos olhares para o campo profissional. A atividade de Relações Públicas é constituída no Brasil em 1914¹, quando a empresa concessionária de iluminação pública da cidade de São Paulo organiza o primeiro departamento da área. Após quarenta anos, a primeira entidade de classe – a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) é organizada – e, com ela, a difusão da prática no mercado. Em 1967, é promulgada a Lei nº 5.377/1967, que regulamentou o exercício de Relações Públicas na sociedade, e após este marco tem início o ensino superior do campo nas Instituições de Ensino Superior (IES) no País.

O ensino superior deste campo no Brasil foi o ponto de partida para a formulação e consolidação de abordagens específicas sobre Relações Públicas e da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993). Temos, então, um cenário para desenharmos o percurso de pesquisa da nossa tese de doutorado: as abordagens e a Teoria da Função Política presentes na formação acadêmica em Relações Públicas.

O interesse de pesquisa a partir deste contexto, emerge da nossa experiência docente aliada à dissertação de mestrado (TAVARES, 2018) defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e que tinha como objetivo geral *“compreender as possibilidades de um caráter educativo na práxis de Relações Públicas, na perspectiva humanista da formação”* (TAVARES, 2018).

E foi neste processo de pesquisa – do mestrado ao doutorado – que nos deparamos com a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) como um arcabouço para a área de Relações Públicas construído no Brasil. Destacamos

¹ A história das Relações Públicas no Brasil pode ser verificada pelo e-book organizado pelos Professores Marcelo Fischer e Manoel Marcondes Machado Neto, em parceria com o Sistema Conferp-Conrerps, disponível no link: http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf_ebook_historia_rp.pdf

que a vertente foi defendida pelo Prof. Roberto Porto Simões² – pesquisador de referência no campo – e o seu processo emergiu da reflexão da prática nos ambientes organizacionais.

Neste contexto, estabelecemos um ponto de partida para a discussão, a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) na formação acadêmica da área de Relações Públicas no nível superior. Ancorados nesta perspectiva, propomos uma investigação através de releituras possíveis desta vertente na formação acadêmica.

As lentes que propomos para esta jornada contemplam a abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) que nos leva a considerar quatro movimentos na trajetória desta tese: a autopoiese, a autorreferencialidade, a recursividade, e a auto-organização. Eles apoiam todo o processo científico da pesquisa, da delimitação à reflexão final, passando pelo recorte teórico, procedimentos metodológicos, coleta e análises de dados.

O campo acadêmico de Relações Públicas, especialmente a sua formação em nível superior, vem se deparando com dilemas nos últimos anos: a) a dualidade entre o viés operacional e estratégico da profissão; b) o enfraquecimento e redução de cursos de graduação; c) a evasão no ensino superior; d) os desafios impostos pelas diretrizes curriculares nacionais; e) perspectivas teóricas emergentes no campo científico.

De acordo com Kunsch (2014), há espaço para uma característica estratégica da função da área nas organizações, rompendo o caráter meramente técnico da profissão, embora ainda seja identificado o predomínio do viés instrumental (KUNSCH, 2016).

O segundo dilema se conecta ao enfraquecimento e redução de cursos de graduação em Relações Públicas e tem sido tema de pesquisas na área. Os achados de Ferrari e Martins (2018) indicam uma redução considerável de cursos de graduação nos últimos anos. Os dados apresentados pelas autoras, a partir de pesquisa elaborada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), têm diferentes causas, relacionados a aspectos regionais e sociais no Brasil. De acordo com Ferrari e Martins (2018), que recorreram à base de dados do

² O Prof. Roberto Porto Simões defendeu a sua tese no Programa de Pós-Graduação em Educação na PUCRS em 1993, e integrou o corpo docente da Famescos/PUCRS durante sua carreira acadêmica e docente. Este foi um dos motivos que justifica nossa escolha da Teoria da Função Política como objeto de estudo da nossa tese.

INEP³, em um período de cinco anos foram registrados o fechamento de um terço do número total de cursos entre os anos de 2009 e 2014.

O terceiro dilema referente à evasão no ensino superior não é uma exclusividade do campo das Relações Públicas. Os dados de Lima, Silva e Torini (2020), produzido para um Dossiê “Formação de professores e práticas pedagógicas emergentes na área da comunicação”, organizado pela Revista *Organicom*, discutem a emergência de um olhar crítico para a formação em nível superior e suas decorrências com as temáticas da evasão e aproveitamento voltado para o mundo do trabalho (LIMA, SILVA, TORINI, 2020).

O quarto dilema refere-se aos desafios impostos pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) que detalham as competências e o perfil desejado do egresso de Relações Públicas, além de reger o currículo dos cursos de graduação. Contudo, nos parece questionável que possa haver a possibilidade de uma ligação entre estes dois fatos: a constituição das atuais diretrizes (BRASIL, 2013) e o reflexo do fechamento de cursos.

O quinto dilema está ligado às perspectivas teóricas emergentes no campo científico, e que precisam ser incorporadas na formação acadêmica. Encontramos nas pesquisas críticas da Prof^a. Derina Holtzhausen (2016), da Universidade de Lamar, nos Estados Unidos, um possível olhar ativista para a prática de Relações Públicas. De acordo com Holtzhausen (2016), a possibilidade de uma prática voltada para o ativismo ganha força nas relações pós-modernas, impactando diretamente nos cenários organizacionais. Trata-se, portanto, de uma visão e um compromisso ético do profissional em pautar questões sociais sensíveis para a democracia e a igualdade entre os sujeitos. A autora defende que este possa ser um lema e uma prática constante no cotidiano profissional.

Em terras brasileiras, também temos defensores da visão crítica para o campo das Relações Públicas, como o caso de Henriques e Silva (2019), que discutem novas possibilidades de estudos para “a noção de influência nas dinâmicas das Relações Públicas”. Os autores partem de perspectivas lineares e funcionalistas, para refletir sobre as emergências de novos estudos que tragam um olhar mais teórico e crítico para as práticas de Relações Públicas.

³ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal fundada em 1937 e vinculada ao Ministério da Educação. Tem, dentre outras finalidades e responsabilidades, a função de elaborar o censo educacional do País e cadastrar os cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* das Instituições de Ensino Superior que compõem o Sistema Federal de Ensino.

Entendemos que os dilemas apresentados refletem demandas sociais compostas por convergências e divergências, em dinâmicas antinômicas e dialéticas. A formação acadêmica em Relações Públicas é atravessada por aspectos sistêmicos que provêm de diferentes situações, e este vetor poderia também compor o processo de ensino-aprendizagem. Os desafios do campo profissional precisam ser pautas do ambiente acadêmico, com vistas à preparação reflexiva e crítica do futuro profissional.

Com este pensamento, julgamos pertinente correlacionar a formação acadêmica de Relações Públicas com a teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016), pois é oportuno recorrer a outro paradigma para sustentar a prática de Relações Públicas. No entanto, na busca de compor um lugar para a construção biológica do conhecimento (MATURANA & VARELA, 2001), entendemos ser possível conectar a área com o pensamento antinômico⁴ da educação de Quintana Cabanas (2002).

A entrada deste aporte teórico da educação (QUINTANA CABANAS, 2002), que tem aderência filosófica com a teoria de sistemas sociais de Luhmann (2016), pode nos auxiliar em dois caminhos: o primeiro no processo da formação acadêmica em Relações Públicas no nível superior; e o segundo na releitura da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Em nossa trajetória de pesquisa, as leituras prévias nos conduzem – e sustentam – para esta aproximação entre os referidos campos.

Ao nos debruçarmos sobre a presença da teoria de Relações Públicas na formação acadêmica a partir da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), destacamos o nosso interesse de pesquisa entre a relação teoria-prática. O lugar que a teoria ocupa na prática – e vice-versa – pode constituir-se num vetor pertinente para novas leituras e, a partir delas, outras concepções para o fortalecimento do ensino, e conseqüentemente, da atuação profissional na sociedade.

A formação acadêmica e as abordagens em Relações Públicas e Teoria da Função Política proposta por Simões (1993) também são permeadas pelos dilemas oriundos do processo histórico – da constituição e regulamentação por lei (BRASIL, 1967) – que causam reflexos no ensino superior. Além disso, destacamos a influência teórico-prática do paradigma funcionalista do modelo norte-americano (LATTIMORE

⁴ Ao estudarmos o pensamento antinômico recorreremos à etimologia da palavra antinomia, que tem origem no latim “*antinomia*”, e está ligada à contradição de leis. Na filosofia, o termo refere-se à oposição de sistemas e regras determinadas, à contradição, oposição e/ou paradoxo ao que foi dito ou expresso anteriormente (BOBBIO, 1997).

ET. AL., 2012), que não supre as demandas de um mundo complexo e sistêmico (LUHMANN, 2016).

A profissão de Relações Públicas nasce com um estereótipo em que o profissional atua em contextos da gestão da comunicação corporativa, de acordo com Kunsch (2002), que caracterizou-se por uma visão funcionalista para a prática, com o olhar voltado para a perspectiva operacional, especialmente no início da sua constituição no Brasil. As técnicas da atividade são difundidas e estudadas no início da trajetória acadêmica da área, cumprindo o papel da consolidação deste campo profissional.

No entanto, as demandas contemporâneas – do mercado e da sociedade – nos levam a considerar perspectivas críticas para o campo da comunicação e das Relações Públicas (HOLTZHAUSEN, 2016; HENRIQUES & SILVA, 2019), que trazem um pensamento mais ético e dialético para as práticas da área. Podemos, então, estabelecer uma conexão destes ideais com a abordagem teórica crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013), pois, mesmo que em épocas e contextos distintos, a abordagem buscou romper com o paradigma instrumental e os fluxos lineares para a atividade.

A atuação de Relações Públicas consolidada pela literatura revela distintas possibilidades de práticas, apoiadas em correntes/abordagens teóricas que caracterizam – e formam – um viés da profissão. Contudo, novas contribuições e facetas demandam dos atores uma perspectiva mais reflexiva e sistêmica frente às demandas contemporâneas de comportamento e relacionamento humano. Retomamos, portanto, o viés estratégico (KUNSCH, 2014) possível para a prática do campo na sociedade. A dicotomia provocada pelo olhar operacional (OLIVEIRA, 2007) – limitando o profissional à execução de técnicas e estratégias presentes na literatura básica da profissão, apresenta necessidade de uma formação acadêmica mais atenta a estas questões.

Neste sentido, nos é perceptível a discussão no campo acadêmico entre duas perspectivas sobre a prática de Relações Públicas: a primeira voltada para uma crítica à visão operacional e funcionalista da atuação na área (OLIVEIRA, 2007); e a segunda centrada numa perspectiva estratégica nos ambientes de comunicação nas organizações (KUNSCH, 2014). Esta discussão ganha força com as pesquisas de dissertações e teses do campo da Comunicação Organizacional, especialmente nos grupos de trabalho dos eventos científicos da Associação Brasileira de Pesquisadores

em Comunicação Organizacional e Relações Públicas – ABRAPCORP⁵, com distintos paradigmas de reflexão sobre a comunicação nos ambientes corporativos.

Na esteira de uma trajetória acadêmica, pontuamos as pesquisas do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação – GPEPCom⁶, como o desdobramento dos estudos da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009).. As pesquisas e obras do grupo estão divididas em três fases, e, especificamente a terceira – com a participação deste pesquisador – dedicou-se aos estudos da conexão entre o ensino e a prática de Comunicação Organizacional, Jornalismo e Relações Públicas. Na história deste grupo de pesquisa, destacamos a premissa de que o ensino é o ponto de partida para a reflexão da prática na sociedade (TAVARES, 2018).

Dentre as pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* inscritas no GPEPCom, a dissertação de mestrado do pesquisador (TAVARES, 2018) deteve-se em estudar o caráter educativo da *práxis* de Relações Públicas. Além de suscitar este projeto de tese de doutorado, a experiência científica denota a emergência de uma retomada da Teoria da Função Política cunhada por Simões (1993; 1995; 2001; 2009). O arcabouço teórico proposto por Simões (1993) – ainda no resultado da sua tese de doutorado – dava conta de uma análise teórica para a prática de Relações Públicas.

A noção da função política é explorada na obra de Simões (1993, 1995, 2001, 2009), e aprimorada em uma visão de disciplina pelo autor (SIMÕES, 2001). Ao longo de três marcos referenciais⁷, o autor apresenta a necessidade de uma construção teórica para a prática da área, e consagra-se como uma das referências acadêmicas para a profissão no Brasil. Contudo, em um breve exercício de análise, Tavares e Silva (2021) observam a invisibilidade deste arcabouço teórico nas produções acadêmicas mais recentes no campo científico da área de Relações Públicas.

Este contexto científico, permeado pela dualidade no olhar da *práxis* de Relações Públicas – dividido entre o caráter operacional e funcionalista e a emergência de uma visão estratégica nas organizações – suscita uma visão mais complexa e teórica sobre a área. Uma possível leitura para este percurso científico nos é contemplada pelo viés do paradigma sistêmico. Os cenários organizacionais

⁵ A Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas foi fundada em 2006, e tem o repositório dos seus Congressos pelo link <https://abrapcorp.org.br/>.

⁶ O grupo de pesquisa certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisas da CAPES tem o seu material histórico disponível no link <http://claudiamoura.pro.br/gpepcom/>, atualmente desativado.

⁷ Os marcos referenciais que apontamos são as 3 (três) obras do Prof. Roberto Porto Simões, que dão base para a Teoria da Função Política, sendo elas: Relações Públicas: função política (1995); Relações Públicas e micropolítica (2001); e Por uma rede teórica de Relações Públicas: uma forma abreviada da teoria (2009).

entendidos aqui como os campos da prática de Relações Públicas, podem configurar-se como ambientes amplos e permeados por dispositivos sistêmicos. Portanto, abrem-se caminhos possíveis para discutirmos o pensamento da teoria dos sistemas sociais, exposto por Luhmann (2016).

Este paradigma científico traz uma sustentação para uma análise ampliada e sistêmica dos fenômenos comunicacionais do campo das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional. A defesa desta escolha também está reforçada pelo fato de haver um baixo índice de produções acadêmicas que trabalham com este paradigma, a partir das informações obtidas pelo banco de dados da produção acadêmica em Relações Públicas *stricto sensu* 2013-2019⁸, construído pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação – GPEPCom.

Outro fato que entendemos ser relevante neste contexto é o exercício com relação à aproximação contrafactual entre os campos da educação e da comunicação. Utilizamos autores de referência (BRAGA & CALAZANS, 2001; DURKHEIM, 2001; BOURDIEU & PASSERON, 2014; MARTÍN-BARBERO, 2014) para apoiar o entendimento de uma possível convergência e similaridade nas práticas educativas e comunicacionais, especialmente na área de Relações Públicas.

Na linha deste percurso teórico, ainda voltamos nossa atenção ao pensamento antinômico da educação (QUINTANA CABANAS, 2002) para firmar a aproximação com os enfoques teóricos⁹ de Relações Públicas (SIMÕES, 1993).

Este contexto nos aproxima do **tema de pesquisa centrado na teoria de Relações Públicas**. Com vistas a compor uma delimitação para este tema, a pesquisa se debruça sobre **a presença da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) – e seus (des)caminhos – na formação acadêmica em Relações Públicas**. A pesquisa desta tese emerge dos seguintes problemas de pesquisa: a) Como a fundamentação teórica de Relações Públicas está representada nos componentes curriculares da formação acadêmica? b) Qual a relevância da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) nos componentes curriculares da formação acadêmica? c) Como o pensamento antinômico-educativo (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2002) pode contribuir para a releitura e atualização da Teoria da Função Política de Relações Públicas?

⁸ O banco de dados foi produzido pelo Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação – GPEPCom, e tem os seus dados disponíveis pelo link <http://claudiamoura.pro.br/gpepcom/banco-de-dados/>.

⁹ Elegemos os enfoques teóricos de Relações Públicas (SIMÕES, 1993) como os elementos da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) que vamos trabalhar no objeto teórico da nossa tese de doutorado.

As demandas contemporâneas das práticas de Relações Públicas e os dilemas presentes na sua formação acadêmica configuram um cenário movediço, porém fértil para nossa pesquisa. A nossa tese configura-se na possibilidade da releitura e atualização da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) a partir de novos olhares teóricos.

Para responder aos nossos questionamentos definimos três macro objetivos: a) entender a fundamentação teórica de Relações Públicas nos componentes curriculares da formação acadêmica; b) evidenciar a relevância [ou não] da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) face a outras correntes/abordagens **teóricas** presentes nos componentes curriculares da formação acadêmica; c) discutir em como o pensamento antinômico-educativo (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2002) pode contribuir para a releitura e atualização da Teoria da Função Política de Relações Públicas.

Para estabelecermos o percurso metodológico a partir da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), pensamos ser necessário estabelecer algumas premissas para guiar os nossos caminhos científicos. Acreditamos que os enfoques teóricos de Relações Públicas, propostos por Simões (1993; 1995; 2001; 2009) são o elemento teórico que adotamos para revisitar a sua teoria de Relações Públicas.

A partir desta seleção teórica de Relações Públicas, buscamos no pensamento antinômico de educação (QUINTANA CABANAS, 2002) subsídios para a aproximação contrafactual dos campos da comunicação e da educação. Consideramos que a aproximação é pertinente, dado o caráter sistêmico dos olhares dos autores de referência, e aqui fazemos uma conexão com o pensamento sistêmico e a teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016), pontuando-o como paradigma da nossa pesquisa.

Consideramos que a formação acadêmica em Relações Públicas constitui-se em ambiente fértil para a discussão sobre a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). É importante elencarmos as justificativas para a escolha deste tema, tanto no contexto científico e acadêmico, como no profissional.

O primeiro ponto de argumentação é tensionar o dilema do campo apresentado anteriormente – a dualidade operacional e estratégica das Relações Públicas. Os contrapontos trazidos entre Kunsch (2014) e Oliveira (2007) nos confirmam a necessidade de pesquisas que rompam com o viés instrumental e mecanicista.

A possibilidade de um olhar sistêmico para o campo da comunicação organizacional (CURVELLO, 2001; 2009)¹⁰ configura um ponto de partida para a possível conexão com a teoria de Relações Públicas. Novos olhares para o campo são necessários e contribuem para correntes teóricas que merecem atenção e desdobramentos, como a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009).

Entendemos que os estudos de Curvello (2001; 2009) para a comunicação organizacional possam servir de orientação para nossa interlocução da Teoria da Função Política com a abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016). O autor foi o primeiro a compor o pensamento luhminiano para o campo da comunicação, especialmente analisando as dinâmicas dos sistemas abertos e fechados, e suas decorrências para os fenômenos comunicacionais.

A aproximação contrafactual dos campos da educação e da comunicação – emergentes na trajetória do pesquisador (TAVARES, 2018), encontram conexões derivadas sobre a formação acadêmica (MOURA, 2007). A formação acadêmica é um dos pontos de partida para as práticas da área, portanto, a releitura e atualização da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), a partir do ensino superior, pode contribuir com a evolução da área no futuro.

O percurso metodológico da tese, amparado pelos princípios da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), constitui-se em três movimentos. O primeiro está centrado na pesquisa documental (MOREIRA, 2012) de matrizes curriculares de 56¹¹ (cinquenta e seis) cursos de Relações Públicas do Brasil. Buscamos identificar e apurar o lugar dos componentes teóricos no processo de formação acadêmica.

O segundo movimento fica estabelecido pela pesquisa documental (MOREIRA, 2012) de 7¹² (sete) ementários e projetos pedagógicos de cursos selecionados. Nossa delimitação justifica-se pelos seguintes critérios cumulativos: a) os cinco cursos mais

¹⁰ Partimos da tese de doutorado intitulada "**Autopoiese, sistema e identidade: a comunicação organizacional e a construção de sentido em um ambiente de flexibilização nas relações de trabalho**", defendida por João José Azevedo Curvello, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em 2001. Consideramos a produção acadêmica pioneira na área da Comunicação Organizacional a tratar do paradigma sistêmico pelas lentes do sociólogo Niklas Luhmann e sua teoria dos sistemas sociais.

¹¹ A definição de 56 cursos se dá por meio da coleta de dados no e-MEC, portal institucional do Ministério da Educação, que apresenta 64 cursos de graduação presenciais. Destes, retiramos oito cursos que ainda não formaram turmas de egressos, e assim delimitamos nosso território de pesquisa.

¹² Com os critérios de delimitação, nosso recorte fica centrado nas seguintes IES: UFRGS, UFMG, USP, UFSM-SM, UFAM, UFMA e UFMS-FW.

antigos considerando a data de criação; b) todos os cursos que têm nota máxima na avaliação do Ministério da Educação (MEC); c) todos os cursos que têm disponíveis em seus portais institucionais o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Sob nossa perspectiva, o desafio deste movimento reside no acolhimento das considerações e peculiaridades regionais para a análise da tese, ou seja, as diferenças regionais de cada curso de graduação são pertinentes para uma abordagem qualitativa, no entanto seguimos com a perspectiva de analisar o ambiente macro, considerando as diferenças locais.

O terceiro movimento de pesquisa envolve entrevistas em profundidade (DUARTE, 2012) com a pesquisadora Prof^a. Dr^a. Cláudia Peixoto de Moura, referência na área de ensino de Relações Públicas e com docentes que ministram as disciplinas teóricas ligadas a abordagens e teorias de Relações Públicas, nos cursos de Relações Públicas selecionados para análise. O convite aos docentes para participação considerou como critério, se o(a) professor(a) ministra e/ou tenha ministrado a disciplina apontada nos ementários (APÊNDICE B). Por orientações do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS, anonimizamos os respondentes a fim de garantir o sigilo da pesquisa. Registramos, no entanto, tratar-se de professores de IES de quatro regiões distintas do Brasil.

As informações oriundas das entrevistas foram organizadas e analisadas seguindo os pressupostos da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), considerando as seguintes categorias: a) teoria e prática; b) comunicação integrada, função política, estudos da excelência, crítica e humanista; c) interdisciplinaridade e teoria de relações públicas; d) metodologia de ensino e formação em relações públicas.

Na busca pelo estado da arte, recorreremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹³. Em nossa pesquisa junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁴ estabelecemos dois critérios de busca: o primeiro deles era encontrar apenas as teses de doutorado, e o segundo foi selecionar produções construídas nesse campo

¹³ O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES é organizado a partir da Plataforma Sucupira, considerado como um banco de dados alimentado pelas Coordenações dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de todas as áreas do conhecimento. A CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação – MEC, e atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todo o País. O link de acesso é <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

¹⁴ Apesar de nossa intenção de pesquisa não ter uma delimitação temporal fixa, ficamos reféns do sistema de dados da CAPES, e portanto, trabalhamos a partir de todos os dados apresentados na busca, sem a distinção de tempo (ano da produção). Os resultados que trabalhamos foram a partir de todos os trabalhos cadastrados no Catálogo de Teses e Dissertações.

científico da comunicação. A nossa justificativa para o primeiro critério relaciona-se ao fato de que entendemos ser no grau de doutorado que temos uma produção científica mais criteriosa e aprofundada sobre os temas. Com relação ao segundo critério, julgamos que a aderência ao nosso campo científico é pertinente para o olhar das pesquisas que desejamos localizar.

Deste movimento encontramos seis produções acadêmicas que dialogam com nosso tema de pesquisa. Os achados foram pontos de partida de nossa reflexão, e os detalhamos nos capítulos de argumentação teórica. Os resultados sistemáticos da busca pelo estado da arte apresentamos juntamente com o nosso trilhar metodológico.

Desta forma, na pesquisa optamos em construir uma caminhada conjunta e articulada de duas grandes dimensões, sendo a primeira relativa às questões que envolvem a formação acadêmica e o modo como as discussões teóricas estão dispostas e fundamentadas. A segunda está relacionada com as possibilidades que envolvem a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) – e seus (des)caminhos – a partir da abordagem sistêmica e do pensamento antinômico.

Consideramos também que o olhar sistêmico (LUHMANN, 2016) demanda diferentes aspectos de pesquisa. E, mesmo que o rigor científico (LOPES, 2003) nos exija delimitações – firmes e precisas – é pertinente criarmos uma visão mais ampliada e holística para a nossa tese.

Nos cabe pontuar as precisões conceituais que trabalhamos na tese: teorias, abordagens e correntes teóricas. Entendemos teoria como o conjunto e sistema de regras baseadas em observações, ideias e postulados no campo social e epistemológico da comunicação, caracterizando-se como vetor indissociável do movimento científico (LOPES, 2003). Assim, para (re)construir uma teoria científica é necessária a articulação entre fatos, fenômenos, experimentos e validações que possam explicar as situações de um campo específico do conhecimento.

Assim ao considerarmos a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), entendemos que o pensamento do autor traduz o postulado de um arcabouço teórico para o campo das Relações Públicas. No entanto, quando observamos a articulação de um conjunto mais amplo de divergências e/ou convergências conceituais, necessitamos articular pensamentos de diferentes campos do conhecimento. Para Lopes (2003), o exercício metodológico em comunicação requer a convergência com teorias distintas para a apropriação e

discussão de um determinado campo de pesquisa.

As abordagens e/ou correntes teóricas podem ser entendidas como o resultado de movimentos empíricos de pesquisa que resgatam diferentes perspectivas e teorias de distintos campos do conhecimento (LOPES, 2003).

Ancorados nesta contextualização, a tese está dividida em 4 (quatro) capítulos, além das considerações iniciais e finais da pesquisa. O segundo capítulo, intitulado **“Nosso trilhar metodológico”**, destaca o panorama dos cursos de graduação em Relações Públicas no Brasil, os princípios e elementos metodológicos da tese, com a demarcação do território de pesquisa, e o estado da arte como o ponto de partida da reflexão teórica. Os movimentos de pesquisa, ancorados pelos princípios da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), sustentam as técnicas de coleta de dados: pesquisa documental (MOREIRA, 2012), entrevistas em profundidade (DUARTE, 2012) e análise de conteúdo (BARDIN, 2016), com os movimentos da codificação, categorização e inferências.

○ terceiro capítulo, intitulado **“Alguns olhares sistêmicos sobre educação”**, nos apresenta as interlocuções e aproximações contrafactuais que pretendemos traçar entre os campos da comunicação e da educação. Trazemos aportes teóricos para a abordagem sistêmica e a teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016), sobre a construção biológica do conhecimento (MATURANA & VARELA, 2001), e o pensamento antinômico da educação (QUINTANA CABANAS, 2002).

O quarto capítulo, intitulado **“Olhares Sistêmicos da Teoria de Relações Públicas: convergências das abordagens/correntes”**, apresenta o panorama dos currículos e formação acadêmica em Relações Públicas (MOURA, 2007), bem como as quatro correntes/abordagens teóricas predominantes da área: visão crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013), estudos da excelência (GRUNIG, 2003; 2011; 2013), a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), e a comunicação organizacional integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016).

O quinto capítulo, intitulado **“O Pensamento Antinômico e as Possibilidades de Releitura e Atualização da Teoria da Função Política”**, detem-se em discutir sobre o lugar da teoria na formação acadêmica de Relações Públicas, das abordagens/correntes teóricas predominantes. As problematizações que elaboramos a partir das entrevistas em profundidade e do pensamento antinômico sustentam o (re)pensar sobre as possibilidades de **releitura e atualização da Teoria da Função Política** como metodologia de ensino e/na formação acadêmica do campo.

Nas considerações finais apresentamos os achados desta tese, bem como as nossas indicações de desdobramentos científicos – e releituras/atualizações possíveis – para a teoria da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Indicamos continuações de pesquisas científicas, e argumentamos os benefícios do pensamento antinômico-educativo para a formação em Relações Públicas.

2. NOSSO TRILHAR METODOLÓGICO

Neste capítulo, detalhamos as escolhas e lentes do pesquisador para o percurso metodológico. Para tanto, realizamos três movimentos:

a) no primeiro apresentamos um breve panorama dos cursos de graduação em Relações Públicas no Brasil e estado da arte;

b) no segundo destacamos os princípios e elementos metodológicos que guiam a nossa jornada;

c) no terceiro, justificamos a seleção do corpus, a delimitação da pesquisa, e os procedimentos e instrumentalização da pesquisa propriamente dita.

Entendemos que movimentos auxiliam o nosso trilhar metodológico, pois trata-se das escolhas para construir um caminho capaz de sustentar as reflexões sobre a teoria específica de Relações Públicas e a sua presença na formação acadêmica. À medida em que nos debruçamos na explicação deste trajeto, vamos construindo as correlações com o objeto de pesquisa, e as escolhas e estratégias definidas para o nosso processo científico.

2.1 Panorama dos cursos de graduação e estado da arte

Iniciamos o trajeto metodológico ressaltando que as intersecções da formação acadêmica – cursos de graduação e ensino superior – constituem-se no cenário da pesquisa. Contudo, os achados do nosso referencial teórico, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) e as correntes teóricas presentes na formação acadêmica, são elementos que trazemos para a nossa abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001).

Entendemos que precisamos partir de dados quantitativos – sobre os cursos de graduação – para analisar qualitativamente o nosso percurso. Recorrendo aos dados atualizados do INEP (2022), por meio do e-MEC¹⁵, levantamos os números consolidados dos cursos de graduação presenciais com registro no sistema.

Esclarecemos que optamos por trabalhar exclusivamente com cursos na modalidade presencial neste recorte. Justificamos a exclusão dos cursos à distância, em

¹⁵ O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Ele foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Para efeitos da nossa pesquisa, consideramos os dados do dia da busca no sistema em 05/08/2022.

virtude de ser uma oferta relativamente nova no ensino superior no País¹⁶. Os cursos presenciais são organizados pelo Sistema Federal de Ensino, respeitando as normas e legislações vigentes (QUADRO 1).

Quadro 1 – Cursos Presenciais de Relações Públicas e-MEC

Situação do Curso	Quantidade
Em Atividade	64
Em Extinção	16
Extinto	35
Total de Cursos	115

Fonte: elaborado pelo autor com base em INEP (2023).

Os cursos presenciais de nível superior em Relações Públicas – cadastrados no sistema eletrônico do Ministério da Educação – totalizam 115 cursos de Instituições de Ensino Superior diferentes, no Brasil. Destes, apenas 64 estão em atividade, ou seja, vigentes e em atuação em suas territorialidades. Cabe destacarmos que os 16 cursos em extinção podem possuir turmas, pois nesta categoria são imputados aqueles que informaram o seu processo de extinção.

Nessa categorização – diante desta busca no e-MEC – não conseguimos explorar mais o status de cada curso no que tange à entrada de turmas, o que caracterizaria o pleno funcionamento da sua vigência. No entanto, apesar desta limitação, nos interessa destacar a divisão territorial dos 64 cursos presenciais no território nacional (QUADRO 2).

Quadro 2 – Distribuição dos Cursos Presenciais de Relações Públicas

Região	Quantidade
Sudeste	32
Sul	19
Nordeste	10
Centro-Oeste	2
Norte	1

Fonte: elaborado pelo autor com base em INEP (2023).

¹⁶ O ensino superior à distância tem amparo legal na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no entanto, face às demandas sociais, o Decreto nº 9.057/2017 passou a regulamentar o Art. 80 da LDBEN, e assim estabelecer regras para a oferta do ensino superior na modalidade EAD.

Nessa distribuição que elencamos a região Sudeste apresenta o maior número de cursos. Dos 32 cursos do sudeste brasileiro, 25 estão no Estado de São Paulo, 5 no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro. A segunda região com maior número de cursos é o Sul, com 19 IES ofertando Relações Públicas. Destes, 12 estão no Estado do Rio Grande do Sul, 6 no Estado do Paraná e 1 em Santa Catarina.

A região Nordeste apresenta 10 cursos de Relações Públicas, sendo 5 no Estado da Bahia, 2 no Estado de Pernambuco, 1 em cada um dos Estados: Alagoas, Maranhão e Paraíba. As regiões Centro-Oeste e Norte possuem juntas 3 cursos, sendo 2 na cidade de Goiânia e 1 na cidade de Manaus (INEP, 2022).

Outro dado interessante que apuramos nesta pesquisa é de que dentre os 64 cursos, 5 têm a informação de que não iniciaram o curso, ou seja, possuem o cadastro, mas ainda não tiveram turma de entrada informada ao Ministério da Educação. Outros 3 cursos informaram o início do curso nos últimos 3 anos, o que nos faz pressupor que ainda não formaram turmas. Desta forma, temos 8 cursos novos com abertura de turmas a partir de 2019, posterior ao levantamento de Ferrari e Martins (2018).

A constituição de um cenário frágil para a formação acadêmica em Relações Públicas é reforçado pela pesquisa de Ferrari (2017), que se debruça sobre os desafios da área. Outra breve análise foi a correlação da abertura dos cursos e os marcos normativos à época da sua constituição. Este cruzamento nos fez organizar os dados da seguinte forma (QUADRO 3).

Quadro 3 – Marco Normativo e Abertura de Cursos

Região	Quantidade
Currículos Mínimos	32
Diretrizes 2002	18
Diretrizes 2013	14

Fonte: elaborado pelo autor com base em INEP (2023).

O cruzamento dos dados de abertura dos cursos com os marcos normativos vigentes nos mostram que 32 cursos foram criados ainda de acordo com os conteúdos mínimos¹⁷, vigentes até o ano de 2002. Depois desta data, no período das diretrizes de 2002, 18 cursos foram criados até a constituição da normativa atual (BRASIL, 2013),

¹⁷ Os currículos mínimos constituem-se nos marcos normativos do ensino superior na área de Relações Públicas anteriores à primeira Diretriz Curricular Nacional emanada pela Resolução nº 16, de 13 de março de 2002.

sendo que, depois da promulgação das atuais DCN's, obtivemos mais 14 cursos criados ao longo de todo o Brasil. Cabe-nos destacar, que esta informação nos mostra um considerável número de cursos tradicionais.

A formação acadêmica em Relações Públicas é relativamente restrita, se comparada às outras áreas do campo da Comunicação Social. Ao todo tivemos um cadastro de 115 cursos, no entanto, também é expressivo neste número, os cursos extintos e/ou em extinção. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, oito cursos foram criados e colocados em funcionamento.

Nesta análise, também destacamos outras características da formação acadêmica. Em sua tese de livre-docência, Ferrari (2017) dialoga com os desafios de coordenadores e docentes de Relações Públicas no processo de ensino-aprendizagem. Os achados da pesquisadora nos trazem três observações acerca dos cursos de nível superior e as Instituições de Ensino Superior com oferta em nossa área: a) privatização; b) sudestificação; c) virtualização. Em síntese, temos a caracterização de um ensino superior majoritariamente privado, com concentração numérica maior na região sudeste do País. Outro aspecto relevante nesta pesquisa foi a análise de Ferrari (2017) para o crescimento do ensino à distância, e a emergência de uma formação específica para os docentes.

Para identificar as produções que tem se dedicado a temática : a formação acadêmica de Relações Públicas. Em nossa busca junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁸, utilizamos duas terminologias para extrair os resultados: “Relações Públicas” e “Comunicação Organizacional”. Entendemos que as terminologias, a partir de Kunsch (2014), nos dão condições para encontrarmos pesquisas acadêmicas que dialoguem com o nosso campo científico, pois são espaços convergentes (QUADRO 4).

Quadro 4 – Produções Científicas do Campo

Filtro de Busca	Quantidade de Teses
Relações Públicas	54
Comunicação Organizacional	73
Relações Públicas e Comunicação Organizacional	12
TOTAL	139

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

¹⁸ Justificamos a nossa escolha metodológica para o recorte do estado da arte em ficarmos restritos apenas às teses de doutorado, por entendermos que representam os estudos que dão início às pesquisas do campo científico.

Cabe salientarmos que ao procurar teses com a terminologia “Relações Públicas”, a plataforma nos mostra 66 trabalhos; e ao utilizarmos a terminologia “Comunicação Organizacional”, encontramos 85 produções. Contudo, ao filtrarmos os levantamentos, identificamos que 12 teses aparecem em ambas as buscas, isto porque dialogam com os dois campos do conhecimento.

Na sequência, nos detivemos na leitura dos títulos e buscar conexões entre os trabalhos encontrados. A leitura flutuante foi decisiva para compor os achados que trazemos para a análise do estado da arte. Categorizamos – a partir dos títulos das teses encontradas – as produções acadêmicas que dessem conta de suporte para o nosso trilhar metodológico. A partir desta nossa seleção e da leitura dos trabalhos, traçamos o recorte do estado da arte deste primeiro movimento da pesquisa (QUADRO 5).

Quadro 5 – Recorte do Estado da Arte

Autor	Título	IES	Ano
Maria Stella Thomazi	O ensino e a pesquisa em Relações Públicas no Brasil e sua repercussão na profissão.	USP	1992
Cláudia Peixoto de Moura	A Comunicação Social na Legislação de Ensino Brasileira: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares	USP	2000
Mirtes Vitoriano Torres	Gênese do pensamento brasileiro nas Relações Públicas 1914-1960.	UMESP	2005
Lana Dávila Campanella	Estudo da bibliografia na disciplina Teorias de Relações Públicas dos cursos de Relações Públicas brasileiros: uma análise das obras básicas utilizadas na disciplina.	PUCRS	2008
Ana Cristina da Costa Piletti Grohs	Laboratório de relacionamentos estratégicos: nova metodologia educacional para o ensino-aprendizagem das Relações Públicas.	USP	2017
Else Lemos Inacio Pereira	A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de Relações Públicas: cosmovisão ampliada da disciplina.	USP	2017

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No quadro 5, destacamos as produções científicas a partir da nossa seleção dentre os títulos das 139 teses encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Salientamos que deste total, 54 delas têm relação com a terminologia **“Relações Públicas”**, enquanto 73 estão ligadas ao termo **“Comunicação Organizacional”**. Registramos ainda 12 teses estão associados aos termos **“Relações Públicas e Comunicação Organizacional”**.

Dentre as teses citadas, selecionamos a tese da pesquisadora Cláudia Peixoto de Moura como uma das fontes de referência para nossa pesquisa. A escolha deve-se ao fato da sua trajetória científica, especificamente na área do ensino de comunicação – e das Relações Públicas – a partir da sua tese de doutorado, defendida em 2000, na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo. Outro fator importante e decisivo para a nossa escolha é o fato de Moura (2000) ser uma discípula dos pensamentos do Prof. Roberto Simões, autor da teoria da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), com quem dividiu a criação do GPEPCom.

Este recorte sobre os cursos de graduação e o estado da arte são o ponto de partida que estabelecemos em nossa jornada científica. O entendimento do campo de pesquisa é um fator relevante, especialmente com o olhar da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) que propomos. Emerge então, a necessidade de constituirmos os princípios e elementos metodológicos para o estudo, que discorreremos a seguir.

2.2 Princípios e elementos metodológicos

A contribuição da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) nesta pesquisa reside na mudança de paradigmas da ciência objetiva. Nesta perspectiva, o conhecimento humano é construído a partir do olhar subjetivo do pesquisador, ou seja, com todas as características dos sistemas que o sujeito faz parte (CAPRA, 2014). O ato mecanicista da educação e da comunicação – caracterizados pelo viés instrumental – é substituído por um conhecimento aproximado, formado por intensas conexões distintas que podem substituir o resultado e/ou entendimento do olhar.

O paradigma sistêmico que elegemos é apresentado por Luhmann (2016) a partir da teoria dos sistemas sociais, e que contempla o conceito de autopoiese de Maturana e Varela (2001). Os autores dialogam com a gênese do pensamento sistêmico ao considerar os territórios como estruturas sociais que detém a existência - e configuram -

quatro princípios.

O primeiro princípio – a **autopoiese** dos sistemas sociais, que operam via comunicação, - nos faz pensar que a teoria tende a privilegiar a noção da mudança a partir da prática. Consideramos que este movimento é permanente e cíclico na interação da teoria com a prática e constitui nossas lentes para a pesquisa (LUHMANN, 2016).

O segundo – a **auto-referencialidade** dos sistemas sociais – se voltam para a organização e constituição do ambiente – nos faz crer que a teoria pode formar um viés de orientação para a prática. Esta noção nos indica que ambas – teoria e prática – se referenciam no cotidiano da formação acadêmica, tornando-as indissociáveis em nossa interpretação (LUHMANN, 2016).

O terceiro princípio – a **recursividade** dos sistemas sociais – imersos nos constantes movimentos autopoieticos, nos mostra a ação, reflexiva e contínua, entre a teoria e a prática. Com este pensamento, pressupomos que as lentes da abordagem sistêmica dão conta de que teoria e prática têm uma ligação de causa-efeito entre os seus movimentos (LUHMANN, 2016).

O quarto princípio – a **auto-organização** dos sistemas sociais – em que as interações do ambiente reforçam a ordem e desordem, nos leva a pensar que a teoria influencia a prática, e vice-versa, de forma não necessariamente planejada. Consideramos que esta noção é presente no processo formativo profissional e pertinente para as nossas lentes de análise (LUHMANN, 2016).

Os princípios da abordagem sistêmica que elencamos, configuram a nossa orientação para um olhar sob a teoria e suas correlações com a prática na formação acadêmica. A aplicabilidade da teoria na prática, e vice-versa, é entendida por nós como um movimento sistêmico, permanente e contínuo, tendo caracterização indissociável no cotidiano do ensino.

Nesta linha, a abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) nos indica a escolha de elementos metodológicos que possam subsidiar o pesquisador na trilha escolhida.

Para além das lentes da abordagem sistêmica, traçamos os movimentos metodológicos necessários para atingirmos os objetivos desta tese (QUADRO 6).

Quadro 6 – Protocolo de Pesquisa

Técnica de Pesquisa	Síntese
Pesquisa Bibliográfica	Levantamento de obras e autores que fundamentaram as discussões sobre a temática e suas interfaces.
Pesquisa Documental	Análise das matrizes de cursos de graduação, a partir das informações dos seus portais institucionais. Análise dos Projetos Pedagógicos de Curso de cursos de Relações Públicas, a partir dos documentos disponibilizados em seus portais institucionais.
Entrevista em Profundidade	Entrevista em profundidade com pesquisadora referência na área de ensino de comunicação e docentes que que ministraram e/ou ministraram disciplinas relacionadas às teorias de relações públicas.
Análise de conteúdo	Com base em Bardin (2016), as falas são analisadas, a partir de categoria previamente definidas.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Organizamos o protocolo do nosso trilhar metodológico, visando responder as questões de pesquisa e atender aos objetivos propostos. As pesquisas bibliográfica e documental e as entrevistas em profundidade nos subsidiaram na busca por materialidades que nos auxiliasse na releitura e atualização da Teoria da Função Política. É importante mencionarmos que para compor o nosso exercício selecionamos as ementas das disciplinas voltadas para teorias de relações públicas e nos detivemos nas referências da bibliografia básica indicadas para essas disciplinas.

No que se refere à análise de conteúdo (BARDIN, 2016), a nossa escolha deve-se ao fato de entendermos que essa técnica nos auxilia com a codificação e categorização que podem emergir nos elementos da pesquisa sob a luz das lentes da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001).

2.3 Seleção do corpus e delimitação da pesquisa

Os movimentos de pesquisa – além de estarem conectados com os macro objetivos propostos – se relacionam com as técnicas de coleta de dados e se traduzem numa jornada de pesquisa, pois a cada achado, adquirimos elementos para as reflexões sistêmicas.

Tendo em vista que o nosso corpus inicial era composto por 64 cursos de

graduação, sentimos a necessidade de delimitá-lo. Para tanto, definimos como critérios, que são considerados cumulativamente:

a) o primeiro é considerarmos os 5 (cinco) cursos mais antigos em funcionamento, pela data do ato de criação;

b) o segundo é elencarmos todos os cursos que tenham nota máxima na avaliação institucional junto ao Ministério da Educação;

c) o terceiro é considerarmos apenas os cursos que tenham seus projetos pedagógicos de cursos disponibilizados em seus portais institucionais.

Ao aplicarmos o primeiro critério identificamos os cinco cursos mais antigos em funcionamento; nesse grupo, dois deles possuem a nota máxima de avaliação do Ministério de Educação, um possui nota quatro e dois não têm avaliação definida pelo órgão¹⁹.

Já no segundo critério destacaram-se 15 cursos com a nota máxima na avaliação institucional do MEC. Registramos que destes, 11 são de IES privadas, e quatro de Universidades públicas.

No terceiro critério temos dezessete cursos, no entanto, ao considerarmos somente aqueles que disponibilizam os seus projetos pedagógicos de cursos, reduzimos o corpus de pesquisa para 7 IES (QUADRO 7).

Quadro 7 – Seleção Cursos Segundo Movimento

IES	Cidade
UFRGS	Porto Alegre / RS
UFMG	Belo Horizonte / MG
USP	São Paulo /SP
UFSM	Santa Maria / RS
UFAM	Manaus / AM
UFMA	São Luís / MA
UFSM – Campus Frederico	Frederico Westphalen / RS

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A etapa seguinte a essa seleção foi a leitura dos projetos pedagógicos e dos ementários dos 7 cursos de Relações Públicas. Também entendemos como oportuno

¹⁹ Esta situação se trata dos cursos da USP e da UFMG, que devido as suas diretrizes e marcos legais não têm avaliação institucional do MEC para o conceito do curso. Desta forma, optamos por considerá-los em nosso corpus de pesquisa devido à representatividade, tradição e relevância na formação acadêmica em Relações Públicas.

‘ouvir’, mediante entrevistas em profundidade (DUARTE, 2012) com uma pesquisadora que é referência na área e docentes das IES selecionadas que ministram e/ou ministraram as disciplinas de teorias de relações públicas. Para a seleção dos docentes consideramos a representação por regiões do país.

2.3.1 Sobre as **matrizes curriculares**.

Começamos a pesquisa de campo com o primeiro movimento de pesquisa, nos debruçando sobre as **matrizes curriculares divulgadas pelas Instituições de Ensino Superior em seus portais institucionais**, valendo-se da técnica da pesquisa documental (MOREIRA, 2012). No Apêndice A concentramos as informações coletadas, bem como o componente curricular que identificamos como teórico específico e o link de acesso para o portal institucional.

As matrizes revelam uma predominância de componentes curriculares teóricos de Relações Públicas no início do trajeto da formação acadêmica. Na maioria das IES, eles estão caracterizados por apenas um componentes, salvo algumas exceções com duas disciplinas, como por exemplo, os cursos da Unisantos, da UFSM Campus Santa Maria, da UERJ e da UNEB.

Destacamos que o curso da UFSM Campus de Santa Maria subverte também a lógica das ocorrências deste mapeamento constando o componente Teoria das Relações Públicas no 7º semestre. Identificamos ser uma exceção à regra nos achados da nossa pesquisa documental (MOREIRA, 2012).

Destacamos também outras duas situações de ocorrências que julgamos pertinentes. A primeira delas é que em 10 cursos de graduação não conseguimos identificar o componente teórico de Relações Públicas nas matrizes, haja vista a sua nomenclatura; Nesta situação, entendemos que a modelagem acadêmica destoa das demais estruturas curriculares, e julgamos ser um ponto interessante para estudos futuros específicos para além da nossa tese.

A segunda ocorrência encontrada é que em 9 cursos de graduação não localizamos a estrutura curricular e tampouco informações relativas à formação de Relações Públicas. Este achado nos leva a supor que estas IES, apesar de terem o curso da área ativo junto ao MEC, não ofertam mais de forma regular, pois não há dados claros sobre a formação acadêmica em Relações Públicas.

2.3.2 Sobre os **PPC e Ementários**

Nos valendo novamente, da técnica de pesquisa documental (MOREIRA, 2012), buscamos acesso aos documentos mencionados, visando mapear as correntes/abordagens teóricas dominantes nos componentes curriculares teóricos da área na formação acadêmica.

Entendemos, portanto, que esta seleção de sete cursos que nos debruçamos a partir do nosso critério de delimitação, referem-se à IES que têm relevância e prestígio na formação acadêmica em Relações Públicas, seja pela antiguidade e tradição e/ou pela nota máxima de avaliação institucional do MEC (QUADRO 8).

QUADRO 8 – Ementários Componentes Teóricos

IES	Componente	Ementa
UFRGS	Teoria e Prática de Relações Públicas	Relações públicas: surgimento e evolução da atividade profissional; diferentes escolas e principais conceituações. A definição de público e a função de relações públicas. Atuação profissional nos diversos tipos de organizações e no desenvolvimento de ações e campanhas de comunicação institucional, de relacionamento e responsabilidade social.
UFMG	Técnicas e Processos de Relações Públicas	Conceitos básicos de relações públicas. Interfaces entre comunicação organizacional e relações públicas. Referências históricas sobre a atividade e a profissão de relações públicas. Conceitos fundamentais: público, opinião pública, imagem e reputação organizacional. O exercício das relações públicas na perspectiva da comunicação integrada. A prática profissional no Brasil e no mundo: aspectos legais e código de ética da profissão.
USP	Teoria e História das Relações Públicas	Apresentar a teoria e os conceitos fundamentais do processo de relações públicas como função estratégica, oferecendo uma visão global do cenário de relacionamentos de uma organização.
		Conhecer e analisar criticamente o processo histórico, a definição, os objetivos e as funções das Relações Públicas. Fornece um panorama das principais referências teóricas da área. Possibilitar o reconhecimento das áreas de atuação.

UFSM SM	Teoria e Técnica de Relações Públicas	Conhecer a atividade de Relações Públicas como um processo que contempla pesquisa, planejamento, execução, controle e avaliação. Conhecer as técnicas básicas de Relações Públicas.
	Teoria das Relações Públicas	Refletir sobre o campo da comunicação e as práticas de relações públicas engendradas a partir do dispositivo midiático. Analisar as implicações da atividade de relações públicas na sociedade contemporânea. Desenvolver um pensamento teórico-epistemológico a partir do objeto das relações públicas.
UFAM	Teoria das Relações Públicas	Conhecer a história das relações públicas, suas correntes teóricas, bem como, sua definição técnica e operacional, funções básicas e específicas, analisando as práticas profissionais e os princípios da RP conforme os diferentes paradigmas de atuação e linhas de pensamento.
UFMA	Teorias e Processos de Relações Públicas	História das relações públicas no mundo e no Brasil. Os paradigmas de relações públicas: as escolas norte-americana, europeia e latino-americana. Conceitos de relações públicas. Funções, públicos e processos de relações públicas. Os enfoques adotados nos estudos de relações públicas, estrutural, administrativo, filosófico, comunicacional, político, psicológico, mercadológico, crítico e interpretativo.
UFSM FW	Teoria das Relações Públicas	Situar a área de Relações Públicas no campo científico. Conhecer as principais perspectivas teóricas nacionais e internacionais.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Neste quadro observamos as ementas dos componentes teóricos que estudamos posteriormente na análise. Extraímos estes dados dos projetos político-pedagógicos dos cursos, a partir das disciplinas mapeadas anteriormente.

Destacamos que a UFSM Campus Santa Maria é a única IES com componente teórico em estágio mais avançado da formação: no 7º semestre. Em nossa análise preliminar, todas as ementas comprometem-se a trabalhar os aspectos históricos e teóricos da área de Relações Públicas promovendo e expondo as teorias específicas.

As bibliografias destas disciplinas estão listadas no APÊNDICE C, e nos revelam os autores fundantes de cada componente para articularmos com as

correntes/abordagens teóricas pesquisadas no decorrer do estudo. Estes achados são pertinentes para a nossa discussão do lugar da teoria e da pertinência da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) na formação acadêmica em Relações Públicas.

Após esses levantamentos, procedemos o agendamento das entrevistas em profundidade com a Prof^a. Dr^a. Claudia Peixoto de Moura e com os docentes selecionados. Destacamos que este movimento de pesquisa foi significativo para a análise proposta, revelando questões que intrigam possíveis desdobramentos.²⁰

O roteiro da entrevista com a Prof^a Cláudia considerou: a) os currículos e a formação em Relações Públicas; b) as teorias de Relações Públicas; c) a Teoria da Função Política e os seus enfoques teóricos; d) o panorama dos cursos de Relações Públicas na atualidade. A codificação dos dados coletados na entrevista está disposta no APÊNDICE D. Na leitura flutuante desta coleta, emergem duas categorias distintas: a de **teoria**, e a de **prática**. Na categoria de **teoria** associamos os códigos relativos a dois aspectos: como a teoria está presente nos currículos, e como – em teoria – os cursos deveriam organizar e/ou constituir os seus currículos. Na categoria de **prática** correlacionamos a forma como os currículos são construídos, bem como as relações teoria e prática devem estar presentes nas matrizes.

Na sequência foram entrevistados os/as quatro docentes que ministram (ou ministraram) os componentes curriculares vinculados às correntes/abordagens teóricas de Relações Públicas, ao longo dos últimos anos. O contato foi realizado individualmente com cada docente, a partir das informações de alocações de cada portal institucional, com professores da região norte, nordeste, sudeste e sul, entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2022.

Devido às orientações do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS, anonimizamos os/as docentes entrevistado(as), e em nossa análise, nos referimos com os seguintes termos: R1, R2, R3 e R4. Na pauta das entrevistas foram consideradas a identificação das correntes/abordagens teóricas predominantes na formação acadêmica de Relações Públicas, o entendimento dos/as docentes sobre os enfoques da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993).

Na aplicação das entrevistas com docentes de componentes teóricos de Relações

²⁰ Dentre as informações obtidas nas entrevistas que nos chamam atenção pontuamos a consistência e exatidão sobre os marcos teóricos da atividade de Relações Públicas, pois são percebidas de distintas formas e expressões, especialmente considerado as diferenças regionais.

Públicas recorremos a um vídeo para apresentar a síntese do nosso pensamento sobre a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Este produto foi apresentado aos/às docentes nas entrevistas em profundidade (DUARTE, 2012). Ele retoma a síntese da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) e configura-se num ponto de partida para a conversa a respeito do pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) para a releitura e atualização da teoria.

Os/as docentes receberam a garantia da anonimização²¹ dos seus dados, e pontuamos sobre a possibilidade de abster-se de alguma resposta. Também deixamos claro que as suas respostas necessitariam contemplar a sua prática docente em componentes curriculares teóricos específicos de Relações Públicas.

Para análise dessas entrevistas também utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Da leitura fluante emergiram quatro categorias distintas: a de **interdisciplinar**, a de **teorias de relações públicas**, a de **metodologia do ensino**, a de **formação em relações públicas**. Na categoria de **interdisciplinar** associamos os códigos relativos aos sentidos comuns entre as correntes teóricas, nos dando condições para interlocuções e aproximações. Na categoria de **teorias de relações públicas** correlacionamos aspectos que podem ser incorporados em releituras da teoria, especialmente para a função política. Na categoria de **metodologia do ensino** apontamos as falas dos docentes como possibilidades para o pensamento antinômico. Na categoria de **formação em relações públicas** listamos os códigos da entrevista com os/as docentes, em que o objeto teórico é cogitado como vetor do ensino da área.

Frisamos ainda que sob forma de organização das percepções e opiniões docentes, as formações discursivas relacionadas às correntes/abordagens teóricas ficam dispostas considerando: a) função política; b) estudos da excelência; c) crítica e humanista; d) comunicação integrada.

As lentes metodológicas que detalhamos nos dão condições de trilharmos o referencial teórico necessário para a pesquisa. Na sequência, dividimos a revisão teórica em dois capítulos: sobre os olhares possíveis do campo da educação e sobre a teoria da função política (SIMÕES, 1993, 1995, 2001, 2009). Cremos que este arcabouço pode nos conduzir às práticas, à formação acadêmica face à reflexão à luz do pensamento sistêmico.

²¹ Em nossa análise designamos os/as docentes pelas nomenclaturas R1, R2, R3 e R4, seguindo apenas a ordem cronológica das entrevistas realizadas, e não apontamos qualquer outra informação relativa aos professores a fim de garantir a anonimização.

3 ALGUNS OLHARES SISTÊMICOS SOBRE EDUCAÇÃO

Neste capítulo iniciamos o percurso da fundamentação da tese, com base na abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001). Partimos do princípio de que o campo das Ciências Sociais Aplicadas se debruça em estudar realidades humanas permeadas pela interdisciplinaridade (CASANOVA, 2016).

Para tanto, estabelecemos dimensões de argumentação teórica que têm aderência com o tema da pesquisa e foram articuladas durante a trajetória junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A trajetória da pesquisa reuniu elementos do campo da comunicação e da educação, e nesta aproximação contrafactual elencamos autores que possam nos trazer sustentação para a tese, a partir de três dimensões: a) a primeira pontua o pensamento sistêmico e a teoria dos sistemas sociais, ponderando as articulações e interações dos indivíduos; b) a segunda refere-se ao empirismo e a perspectiva biológica e social da construção do conhecimento humano com a aproximação contrafactual dos campos da comunicação e educação, buscando apresentar pensamentos e perspectivas congruentes; c) a terceira aborda o pensamento antinômico da educação a partir de uma visão sistêmica e dialética do campo.

Acreditamos que as conexões destas dimensões possam sustentar a construção da matriz teórica que conduz à aproximação da comunicação com a educação.

3.1 Pensamento sistêmico e teoria dos sistemas sociais

Em nosso escopo para o trajeto de argumentação teórica da pesquisa, nos deparamos com as reflexões do pensamento sistêmico que julgamos pertinente para este recorte. O pensamento sistêmico ganha reforço nas ideias de Capra (2014), Vasconcelos (2018) e Wheatley (2006), autores que dialogam com este paradigma, e que podemos correlacionar e/ou inferir com o campo da comunicação organizacional.

As aproximações e visões dos autores selecionados (CAPRA, 2014; VASCONCELOS, 2018; WHEATLEY, 2006) nos conduzem para o entendimento sistêmico e holístico da sociedade, compondo uma perspectiva pertinente para o olhar teórico-prático da área de Relações Públicas. A emergência do pensamento sistêmico ocorre no século XX, de acordo com Capra (2014), e está diretamente ligado aos estudos do campo da biologia. O funcionamento dos seres vivos, em toda a complexidade das

suas estruturas, auxilia a fundamentar os olhares das partes e do todo. A sociedade passa a ser vista como um todo com características pertinentes de determinadas partes. De acordo com esta visão, o paradigma possibilita o entendimento do sistema como um todo e se as suas partes forem dissecadas, alteram toda esta estrutura.

A visão de uma multidisciplinaridade inerente ao pensamento sistêmico também é abordada por Capra (2014). Com esta perspectiva, a noção de estrutura é substituída por processos, bem como a reconfiguração das relações, presentes em todas as esferas sociais. O ato de avaliar estas interações passa a ser (re) modelado pelo mapeamento das relações. Assim, ao reconhecer uma relação, o pensamento sistêmico dá mais amplitude aos ambientes e contextos conectados em cada interação.

Para Capra (2014), o pensamento sistêmico apoia uma nova visão de ciência, cada vez menos objetiva, mas cuidadosa para com as interconexões estabelecidas entre cada sistema e o seu ambiente. Os atores sociais passam a ganhar destaque com esta perspectiva, trazendo menos certezas e mais possibilidades de visões para o processo, que se torna cada vez mais complexo.

Vasconcelos (2018) aponta a contribuição dos paradigmas para a ciência contemporânea. Para a autora, eles estão diretamente ligados com as regras e comportamentos criados para a solução das situações-problema do cotidiano, pois:

O tempo todo estamos vendo o mundo por meio dos nossos paradigmas. Eles funcionam como filtros que selecionam o que percebemos e reconhecemos e que nos levam a recusar e distorcer os dados que não combinam com as expectativas por eles criadas. Sendo diferentes os paradigmas de duas pessoas em relação a um tema, o que é percebido por uma é imperceptível para a outra (VASCONCELOS, 2018, p. 30).

A autora reafirma a importância de um entendimento mais profundo sobre o paradigma, especialmente no campo da ciência, e reitera a necessidade de reflexões sobre a evolução do paradigma científico, ressaltando aspectos importantes para o campo: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. O paradigma sistêmico para Vasconcelos (2018) compõe um novo olhar e entendimento da visão de mundo, particularmente pelo viés da ciência.

A instabilidade presente no mundo contemporâneo é outro elemento para o paradigma sistêmico, na medida em que ela decorre de diferentes estruturas sociais, econômicas e políticas. A estabilidade, por sua vez, não deve ser considerada a única opção de ponto final de um determinado trajeto, pois assim, o sujeito desconsideraria as

possíveis barreiras do caminho ou outras formas de visão de mundo (CAPRA, 2014).

A intersubjetividade é clara e deve ser pressuposta nos sistemas sociais, na medida em que ela se relaciona com a visão de mundo de cada ator envolvido. O ponto de vista pessoal deve, portanto, estar colocado entre “aspas”, ser sempre questionada para não ser posta como uma afirmação, uma sentença irremediável (CAPRA, 2014).

Ainda sobre este paradigma, Wheatley (2006) reforça o mesmo pensamento, com a noção de condições para auto-organização de ambientes sistêmicos. Para a autora, as organizações – ou estruturas sociais – que se auto-organizam precisam pressupor os seguintes conceitos: informação e relações.

A informação pode se configurar no caminho, e a solução para as instabilidades no cenário social. Trata-se da possibilidade de auto-organização do sistema, assim como o sinal de ordem em meio à desordem. As relações – especialmente as interpessoais – configuram-se como as conexões que podem dar sustentação para o sistema, quando ele estiver aberto.

Estas características e pressupostos do paradigma sistêmico dialogam diretamente com a teoria geral de sistemas sociais de Luhmann (2016). A teoria dos sistemas sociais é o arcabouço pelo qual o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1927-1998) aborda, de uma forma ampla, os panoramas sociais em sua obra acadêmica. Caracterizado como um pensador crítico e polêmico, Luhmann (2016) formula uma teoria geral com reflexos em distintos campos de conhecimento científicos. Os seus textos embasam discussões da pedagogia, política, religião, economia e direito, configurando-se numa perspectiva transdisciplinar para entender a complexidade dos sistemas e, por consequência, da sociedade.

O pensamento de Luhmann (2016) inicia com a diferenciação entre sistemas e ambientes. Para o autor, o sistema é estruturado e pode dar base ao ambiente a partir do ponto de referência que o fenômeno analisa. Desta forma, um sistema pode constituir-se como um ambiente de outro sistema. A coexistência de distintos sistemas forma o ambiente social, e o foco da teoria é a análise do sistema, e não do ambiente. Neste aspecto, o autor remete à ideia das partes e do todo, presentes no paradigma sistêmico. O olhar analítico precisa estar focado nas partes e no todo ao mesmo tempo, pois a conjectura formada neste ambiente pode reconfigurar as lentes do pesquisador (LUHMANN, 2016).

Ao pensar os sistemas sociais, Luhmann (2016) também contempla o ato comunicacional em si, pois segundo o autor a comunicação é a representação da

expressão destes sistemas. Os formatos de relações e interações sociais – em todos os ramos e nichos – caracterizam-se por constituir fenômenos comunicacionais. Nesta perspectiva, a comunicação está presente em todas as esferas e cenários dos sistemas sociais, especialmente nos ambientes organizacionais com características amplas e sistêmicas. Não se trata apenas de uma comunicação instrumental – reduzida aos instrumentos – mas de uma perspectiva mais ampliada e abrangente.

Ainda na retomada da teoria dos sistemas sociais de Luhmann (2016), o sociólogo aponta que os sistemas podem ser vistos como autopoieticos. Esta visão é incorporada a partir do conceito biológico discutido pelos autores Maturana e Varela (1984), na obra “*A árvore do conhecimento*”. A autopoiese trata da forma como os seres vivos (re) configuram-se pelo ponto de vista celular. As células estão constantemente sofrendo intercorrências externas que provocam suas aberturas, e, posteriormente, suas auto-organizações. De acordo com o pensamento luhminiano, este fenômeno também está presente nos sistemas sociais.

A visão biológica para os sistemas sociais faz com que Luhmann (2016) também aborde as estruturas de sistemas fechados, para compor a sua teoria geral. Para o sociólogo, cada sistema está operativamente fechado, mas a partir de intercorrências e pressões externas acaba se abrindo e auto-organizando-se a ponto de (re) configurar o cenário vigente. Todos os sistemas são vistos, portanto, como as células na estrutura biológica dos seres vivos. As irritações sociais – que podem ser assimiladas como os conflitos – tendem a provocar este movimento nos sistemas.

Outro aspecto pertinente do pensamento de Luhmann (2016) para este recorte é a improbabilidade da comunicação. Apesar da teoria propor o mérito da eficácia simbólica da legitimação para os sistemas sociais, também aponta as possibilidades em que os sistemas se configurem como “impróprios” para a comunicação. Segundo o sociólogo, são momentos em que os sistemas podem estar fechados, e a irritação social não provoca a demanda necessária para a sua abertura. Pela lógica luhminiana, um sistema fechado – que permanece assim após as irritações do ambiente – pode estar impróprio para a comunicação com os demais sistemas (LUHMANN, 2016).

A teoria geral de sistemas sociais ainda aponta diferentes tipos de formação sistêmica para a sociedade: a primeira delas são os sistemas de interação; a segunda são os sistemas de organização; e a terceira e última são os sistemas sociais. Estas distinções, segundo Luhmann (2016), estariam ligadas às características do processo de constituição e auto seleção de cada sistema.

Os sistemas de interação são constituídos com base nas diferenças entre suas interações com o ambiente. A partir das questões ligadas ao seu entorno, algumas características importantes neste tipo são: a) presença simultânea de no mínimo dois indivíduos; b) autoconstrução e automodelação contínua; c) conectividade mútua entre os atores em busca de uma estabilização; d) duração breve e pontual.

Os sistemas de organização refletem a constituição de comportamentos altamente específicos, que podem ser exigências para os indivíduos permanecerem agregados. Neste tipo de sistema há uma identificação com os ambientes organizacionais, em que as principais características podem ser: a) poder dividido em alguns postos e posições; b) definições desenhadas a partir de uma racionalidade pontual; c) os membros também constituem parte do seu entorno; d) readaptação permanente ao seu ambiente como forma de sobrevivência.

Os sistemas sociais são a constituição da sociedade em si como a última instância de desvelamento do mundo para o sujeito. A sociedade pode ser entendida como um grande sistema social que abrange todos os demais sistemas. A delimitação interna – e conseqüentemente a sua organização – é caracterizada por três aspectos: a função, o código e o programa. A função remete à orientação de cada sistema social. Os códigos são as distinções abstratas e universais para a comunicação deste sistema. Os programas são as regras criadas para a manutenção e existências destes sistemas sociais (LUHMANN, 2016).

Em diálogo com o campo da comunicação, Curvello (2009) apresenta uma visão dos ambientes organizacionais como sistemas - que agem na interlocução das partes (departamentos) com o todo. A comunicação nestes ambientes passa a interagir no “[...] acoplamento estrutural [...] centrado muito mais no ruído, na irritação provocada pela complexidade do entorno [...]” (CURVELLO, 2009, p. 94). Este entendimento enfatiza a pertinência da comunicação - especialmente da sua impossibilidade - no olhar sistêmico das organizações.

Para Luhmann (2016), a irritação entre os sistemas – em seus mais distintos níveis – pode ser decisiva para o estabelecimento – ou não – da comunicação. Os sistemas podem ser entendidos como a forma básica de organização da sociedade, e a partir deles, a comunicação assume papel relevante nas relações e interações sociais.

O pensamento luhminiano pode estar conectado à Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) por meio do “*esquema dos sistemas abertos aplicados à Relações Públicas*”. Em sua tese, Simões (1993, p. 24) nos apresenta a

representação do binômio organização-públicos como sistemas interconectados por três aspectos fundamentais: a informação, a comunicação e a transação. De acordo com o autor, a prática de Relações Públicas tensiona uma relação sistêmica por meio da gestão da comunicação, e nestas intersecções podemos evidenciar aspectos – internos e externos – que influenciam essa dinâmica.

Ao retomarmos o princípio do pensamento da função política (SIMÕES, 1993) buscamos aproximar a base filosófica da teoria com o pensamento sistêmico (LUHMANN, 2016). Simões (1993) referencia em sua tese de doutorado Talcot Parsons²², teórico que influenciou diretamente o pensamento luhminiano.

Apesar de aproximarmos a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) com a teoria de sistemas sociais (LUHMANN, 2016), é necessário conectarmos um aporte teórico que nos sustente a argumentação da visão autopoiética de Luhmann (2016). A autopoiese tem como base o campo da biologia, com estudos de Maturana & Varela (2001), mas possui desdobramentos e apropriações em diferentes campos do conhecimento.

3.2 Construção biológica do conhecimento: aproximações contrafactuais da educação e da comunicação

A educação é caracterizada como uma necessidade da vida social, a partir da experiência como aspecto fundante (DEWEY, 1965). A prática torna-se fundamental para a correlação do processo empírico e racional da aprendizagem, especialmente no nível do ensino superior. A prática é, portanto, primordial para a formulação do processo educativo. É necessário pensarmos possíveis conexões com a construção biológica, para além do aspecto social. Buscamos o apoio de Maturana e Varela (2001) para fundamentar nossa argumentação com as bases da compreensão humana.

A construção de Maturana e Varela (2001) é voltada para o viés biológico do processo de construção do conhecimento. Partimos, então, de uma possibilidade de olhar sistêmico com caráter – biológico e social – para a compreensão e cognição humana. Ancorados na fenomenologia biológica, os autores constroem a noção de que o homem é motivado pelo instinto de conhecer o seu mundo e as questões que estão à

²² Talcot Edgar Frederick Parsons foi um sociólogo estadunidense (1902-1979), professor da Universidade de Harvard que desenvolveu em sua obra acadêmica o funcionalismo estrutural. A sua primeira obra “*A Estrutura da Ação Social*” foi uma relevante contribuição para a evolução do pensamento da sociologia. É um autor que influencia a pesquisa de Niklas Luhmann por meio da teoria dos sistemas autopoiéticos.

sua volta.

A perspectiva da organização dos seres vivos de Maturana e Varela (2001), ancorados na autopoeise, é definida como a produção “[...] de modo contínuo a si próprios [...]” (MATURANA; VARELA, 2001, p. 52). A visão sistêmica do corpo biológico, incorporada pelos autores, explicita a dimensão molecular dos seres humanos para explicar e definir o processo de aprendizado e construção do conhecimento.

Apoiados no olhar biológico, os autores afirmam que “[...] os seres vivos são unidades autônomas [...]” (MATURANA; VARELA, 2001, p. 55), e, portanto, têm esta característica a partir dos movimentos de autopoeise enraizados na sua constituição. Todo sistema vivo tem a sua auto-organização dada pelo movimento autopoiético, que configura uma autonomia a esta estrutura. A concepção de autopoeise também dá sustentação para a ideia de reprodução do sistema, seja pelos componentes, ou pelas relações estabelecidas, toda estrutura autopoiética é capaz de (re)constituir sistemicamente e permanentemente.

Entendemos que se isto acontece em nível molecular, na menor divisão possível do sujeito, de acordo com Maturana e Varela (2001), pode ser a concepção da explicação biológica para a compreensão humana. Importamos então a visão de que o indivíduo, a partir das interações sociais e experiências cotidianas, realiza um movimento autopoiético para (re)configurar o seu sistema. Esta alteração traz novas perspectivas e incorpora diferentes demandas para o ser humano, logo traz uma mudança para a compreensão, e conseqüentemente para o conhecimento humano.

Pelo movimento autopoiético (MATURANA & VARELA, 2001), entendemos que o conhecimento pode ser firmado a partir de experiências empíricas dos sujeitos. Tratamos então, de buscar a argumentação do conceito da autopoeise para ancorarmos na teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016), e aproximar a construção biológica do conhecimento em nossa argumentação teórica.

O pensamento sistêmico (LUHMANN, 2016) – associado anteriormente à função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) – configura-se no fio condutor da nossa aproximação entre os campos da educação e comunicação. O entendimento da estrutura social – ambiente da prática de Relações Públicas – é atravessado pela construção biológica do conhecimento, que a partir de experiências, consolida o movimento autopoiético (MATURANA & VARELA, 2001). Temos, portanto, a conexão teórica para prosseguir nossa argumentação contrafactual destes campos a seguir.

Em continuidade ao percurso de argumentação teórica na aproximação

contrafactual de dois campos do conhecimento científico (educação e comunicação), reconhecemos, que embora sejam provenientes das Ciências Sociais Aplicadas, apresentam características e peculiaridades distintas. A comunicação detém-se nos estudos dos fenômenos comunicacionais e os reflexos sociais das interações dos sujeitos, em suas mais variadas configurações. A educação, por sua vez, dedica-se a estudar os fatos e acontecimentos decorrentes do processo de ensino-aprendizagem, em diferentes contextos e fases de escolarização (formal e não-formal) das pessoas (MARTIN-BARBERO, 2014).

Para Martin-Barbero (2014) há quatro aspectos de aproximação dos campos da comunicação e da educação para a sociedade: o modelo escolar, a transmissão da herança cultural, a escola pública e a tecnologia. Na linha de correlação de Martín-Barbero (2014), os formatos escolares da sociedade implicam a forma de transmissão de conhecimento e constituem a nossa visão para a escola, e estes panoramas são influenciados pelas revoluções tecnológicas.

A tecnologia configura-se num conceito desta possível aproximação contrafactual entre comunicação e educação. Para Braga e Calazans (2001), o termo pode inferir e estimular a reflexão de uma emergência da interdisciplinaridade dos campos. As práticas profissionais emergentes destas áreas estão sendo reconfiguradas a partir das técnicas e – conseqüentemente – da tecnologia na evolução do pensamento sociológico. A prática comunicacional e educacional presentes na sociedade emergem da demanda social, e uma visão ampliada do viés mecanicista e funcionalista também é pertinente (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Com o intuito de superar a visão mecanicista da prática comunicacional e educacional, pontuamos a dimensão das “*práxis*”²³ discutida por Vazquez (1977) no campo da filosofia. O pensamento filosófico da *práxis* está ancorado na tomada de consciência e capacidade de reflexividade do sujeito perante as suas ações cotidianas, rompendo a reprodução – mecânica e autônoma – da prática. A atitude reflexiva e crítica ganha espaço ao conectarmos a noção da autopoiese (MATURANA & VARELA, 2001) para os campos da comunicação e da educação.

De acordo com Durkheim (2001), a educação é um acontecimento eminentemente social, e o ser social é formado a partir da adaptação individual ao conjunto de normas e práticas do grupo. A educação é, portanto, um processo de

²³ Para tratarmos do termo “*práxis*” utilizamos a construção teórica do termo tratada por Adolfo Sánchez Vazquez, o intelectual espanhol que se debruçou parte do seu pensar sobre a discussão deste conceito.

socialização do sujeito, e vale-se dos fenômenos comunicacionais para a sua concretização.

A pedagogia indica o formato de organização do processo educacional, e a psicologia auxilia com o entendimento das aplicações práticas das regras, entre a esfera do real e do ideal. Para Durkheim (2001), a construção do entendimento do papel lógico do ensinar para formar o sujeito está ligado à resolução do conflito do saber e da cultura, aquele adquirido na escola, e infere na interpretação subjetiva.

A educação elementar baseia-se nos modelos de ensino fundamental para as massas, e de nível médio para a elite. Em sua obra, Durkheim (2001) apresenta aos educadores uma doutrina focada apenas na reprodução da prática. A educação é responsável por acompanhar a evolução histórica da sociedade, regulando os aspectos de convivência e hábitos ideais para o homem. Segundo o autor:

É a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio especial (DURKHEIM, 2001, p. 52).

A educação foca na socialização do sujeito, a partir de dois aspectos: a criança enquanto sujeito ancorado aos fatos do seu cotidiano; e o ser social, construído a partir do sistema de ideias, práticas e crenças. Para Durkheim (2001), este composto de tradições e opiniões coletivas age diretamente no homem, e formam regras construídas e impostas pelo convívio social. A acumulação de conhecimento²⁴, portanto, é infinita e fruto desta interação em sociedade, e que, por meio da educação, tem o objetivo de enaltecer e construir o ser humano (DURKHEIM, 2001),

Entendemos então, a partir de Durkheim (2001), que a educação é um processo que visa a formação do ser social e, neste aspecto, o Estado tem um papel de relevância na aplicação e constituição do ensino. É através dele que o sujeito percebe os princípios essenciais da razão, ciência e ideias que norteiam a base moral da democracia, corroborando a noção de que esses princípios não sejam ignorados, mas sim respeitados pelos indivíduos de um determinado grupo.

Outro aspecto que nos chama atenção na exposição de Durkheim (2001) sobre a sociologia da educação é que o processo de ensino-aprendizagem possa objetivar o

²⁴ Expressão do autor.

ideal de liberdade e autoridade simultâneos para o sujeito. A educação deve, portanto, estimular que o sujeito seja livre para tomar suas atitudes e comportamentos, mas com a responsabilidade dos seus próprios atos. Neste sentido, a educação privilegia os deveres e direitos do sujeito em sociedade, constituindo e formando o cidadão.

Desta visão sociológica da educação evoluímos para o pensamento de Bourdieu & Passeron (2014), que apontam para as diferenças das matrizes culturais subjetivas para o processo ensino-aprendizagem. Os autores discutem que a educação recebe indivíduos com visões de mundo diferentes, e tenta enquadrá-los num mesmo ponto de vista, e isto por si só configura um desafio sistêmico. Neste sentido, emerge a discussão sobre a ação e a autoridade pedagógica, “[...] na medida em que a relação de comunicação pedagógica na qual se realiza a ação pedagógica supõe a autoridade pedagógica para se instaurar [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 40).

O êxito pedagógico constitui-se numa relação tênue entre a ação pedagógica na relação do processo ensino-aprendizagem, e a noção de autoridade neste contexto. Em uma visão estrutural e sistêmica, admitimos que a educação possa ser um processo de nivelamento das desigualdades sociais, e os resultados estariam condicionados aos aspectos da bagagem cultural de cada sujeito, pois:

Numa população que é produto da seleção, a desigualdade da seleção tende a reduzir progressivamente e às vezes a anular os efeitos da desigualdade ante a seleção: de fato, só a seleção diferencial segundo a origem social, e em particular a superseleção dos estudantes de origem popular, permitem explicar sistematicamente todas as variações da competência linguística em função da classe social de origem e, em particular, a anulação ou a inversão da relação direta (observável em níveis mais elevados do curso) entre a posse de um capital cultural (determinado pela profissão do pai) e o grau de êxito (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 97).

Assim, o êxito constitui-se numa seleção de níveis culturais e linguísticos, na tentativa de equiparação de classes sociais. O objetivo da educação para Bourdieu & Passeron (2014), a partir da reprodução da prática humana, é formar sujeitos capacitados para os desafios da sociedade e, neste sentido, a formalização deste processo deve privilegiar as diferentes bagagens culturais para a sua consolidação.

Ainda que pareça utópica a visão destes autores, nos importa salientar os aspectos democráticos de igualdade dos sujeitos, nos parâmetros de democracia das sociedades modernas. Para Catani e Nogueira (1998) este talvez seja o maior desafio

da educação em uma sociedade: sanar a desigualdade e estabelecer parâmetros mínimos de qualidade e sucesso no processo educacional. Este pensamento – mesmo temporizado na década de 90 – ainda é atual frente aos desafios contemporâneos do campo educacional.

Para Demo (2005), através da lógica capitalista foram reproduzidas outras formas de desigualdades, com ênfase na divisão do conhecimento, pois no mundo atual há os que criam e os que copiam, o que dificulta a manutenção de um projeto próprio de desenvolvimento pela falta de controle adequado do conhecimento. O autor destaca também para uma aprendizagem necessária por toda a existência do sujeito, ou seja, a educação deve estar presente ao longo da vida do cidadão, não restringindo-se apenas aos ambientes formais.

O aprendizado também é formado pelas experiências, pois “[...] dizíamos isso antes por conta da sabedoria das pessoas que sabiam extrair da vida lições constantes e crescentes de aprendizagem [...]” (DEMO, 2005, p. 58). Assim, a sociedade não tem apenas o dever, mas também o direito de aprender durante a vida e o seu cotidiano, especialmente nas práticas profissionais. Demo (2005, p.58) considera que por meio do que denomina de dinâmicas significativas,

[...] como aprender e conhecer, saber pensar e aprender a aprender, todas envolvendo profundamente ética em sociedade, por meio das quais, com base em cidadania crítica e autocrítica, seria possível engendrar sociedades mais igualitárias e ecológicas (DEMO, 2005, p. 1-2).

A experiência também pode se configurar num ato de formação do conhecimento humano que, por meio da comunicação, está presente nos ambientes cotidianamente. Aqui fundamenta-se uma visão de que a experiência é nata ao sujeito – nas suas mais diversas interações e relações – mas que pode estimular e aumentar o seu conhecimento, além de constituir um momento sublime do processo comunicacional (LANA ET.AL., 2014).

Entendemos, portanto, que a partir dos autores do campo da sociologia e seus pensamentos, traçamos imbricamentos entre a comunicação e a educação. Esta aproximação contrafactual está diretamente ligada com o movimento autopoiético (MATURANA & VARELA, 2001), em nossa abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016). Justificamos este caminho por dois aspectos: o primeiro conectado à ambiência do ensino superior das Relações Públicas; e o segundo como aporte para a releitura da

função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009).

A base sociológica da educação (DEMO, 2005) nos oferece um lastro de conexões com a comunicação. O ato educativo (QUINTANA CABANAS, 2002) ocorre em ambientes formais (escolas e universidades) e não-formais (organizações e empresas). Este conceito – já pesquisado em nossa dissertação de mestrado (TAVARES, 2018) – é o nosso elo para a perspectiva ampliada das correntes pedagógicas e educacionais.

Em virtude do vasto número de correntes pedagógicas e abordagens teóricas da educação, optamos aprofundar o pensamento antinômico de Quintana Cabanas (2002), sobre o qual nos debruçamos na dissertação de mestrado.

3.3 Pensamento Antinômico de Educação

A nossa trajetória teórica segue apresentando o escopo de uma visão do campo da educação, o que nos levou a eleger a obra do pedagogo espanhol José María Quintana Cabanas (1930-2013) para a apresentação das distintas perspectivas e concepções desse campo.

Quintana Cabanas (2005), que tem ao longo da sua trajetória e vida acadêmica correlações com pesquisadores brasileiros, dedicou parte da sua construção teórica com críticas pedagógicas aos sistemas educacionais da Espanha. O autor possui uma ligação com a corrente do pensamento sistêmico e crítico, e se debruçou em estudar diferentes escolas pedagógicas na sua obra *Teoria da Educação: concepção antinômica da educação*²⁵ (QUINTANA CABANAS, 2002).

A emergência da busca de um significado para a teoria da educação é o ponto de partida da reflexão de Quintana Cabanas (2002), pois este conceito implica uma visão científica ampliada. Em um sentido filosófico, para o autor, a teoria representa um sistema que abarca conjuntos de hipóteses, e forma um esquema explicativo de alguma pauta de debate científico.

Para Quintana Cabanas (2002), o termo teoria está associado à noção que configura três possibilidades: a primeira, em que a teoria está divorciada da prática; a segunda, em que a teoria precede a prática; e a terceira, em que a prática instrumentaliza

²⁵ Dentre as diferentes correntes teóricas do campo da educação, elegemos para nossa argumentação o Modelo Antinômico da Educação, exposto pelo pedagogo espanhol José Maria Quintana Cabanas (1930-2013) que se dedicou a estudar profundamente todas as correntes teóricas da educação para formular o seu pensamento dialético e sistêmico.

a teoria. Ao propor uma possível teoria da educação, o autor afirma que ela é formada pelo viés sociológico, antropológico, psicológico e filosófico da educação. Neste sentido, o sujeito precisa ter uma visão mais ampliada e, por consequência, mais abrangente dos fenômenos educacionais na sociedade.

Quintana Cabanas (2002) entende que a teoria, por oposição à prática, é quando a ciência reflete, à margem de sua aplicação, a solução dos problemas reais do cotidiano social. Quando a teoria é um aporte conceitual, referente ao campo científico, estimula a lógica dos pensamentos e facilita o entendimento congruente com a natureza humana. Contudo, quando a teoria é vista como aspectos de observação e descrição apenas, direciona o ideal para a formulação do conhecimento de uma determinada relação.

O intuito de Quintana Cabanas (2002) é estipular uma melhor conceituação sobre o que seria a teoria da educação. O autor reafirma que a entende como a ciência que articula e promove princípios básicos no campo do conhecimento, em especial o ato educativo. Entendemos por ato educativo, na visão de Quintana Cabanas (2002), a situação decorrente da relação – estudante e professor – em que se aproximam para um mesmo determinado objetivo final. Na evolução, percebemos que o autor reafirma três possibilidades de modelos epistemológicos para a educação. O primeiro, em que a teoria permanece no lado oposto da prática. O segundo, em que o contexto da natureza do sujeito tem papel relevante na constituição deste campo. O terceiro reformula o olhar mais puro, em que a educação cumpre com a missão de categorizar e moldar os conhecimentos de um determinado grupo social.

Na esteira deste pensamento, a educação define-se, portanto, como o “ato de educar”, mediado por tecnologias e estratégias pedagógicas, com vistas a produzir êxito educativo no aprendizado do sujeito. Para Quintana Cabanas (2002), sem o aporte teórico da pedagogia, a educação seria apenas uma teoria, sem a noção de realidade e objetividade percebido no mundo real e cotidiano, pois:

O ato educativo é o exercício concreto da educação. É, por conseguinte, a confluência da atuação do educador com a reação do educando, oferecendo como consequência o acesso deste a um nível de maior perfeição pessoal [...] em suma, entendemos a Teoria da Educação como a teoria do ato educativo (QUINTANA CABANAS, 2002, p. 55).

O autor define o “ato educativo” como um dispositivo de influência social, formado por métodos e estratégias para alcançar um determinado estado final. Para Quintana

Cabanas (2002), é fundamental a congruência do viés sociológico, psicológico e antropológico para esta construção. As interações do contexto social, atrelado aos afetos e sentimentos individuais e subjetivos, coordenados com as percepções do homem formam um ecossistema capaz de sustentar o processo educativo nos mais variados contextos.

Na trajetória de buscar uma definição para a teoria da educação, Quintana Cabanas (2002) nos indica que há algumas perspectivas teóricas possíveis. Para tanto, o autor estipula duas dimensões para organizar as correntes: a primeira com um tom formal e a segunda com o viés material e real. A dimensão formal está ligada ao processo da educação, ponderando o aspecto material do educar. A dimensão real é a efetividade que a educação tem ao atingir e influenciar o indivíduo em seu contexto. O autor reafirma a preponderância do ambiente para o processo de ensino-aprendizagem, considerando os aspectos de influência e mudanças de atitudes que a educação pode alcançar no ambiente social – seja ele formal ou não-formal (QUINTANA CABANAS, 2002).

Ainda neste aspecto, os olhares teóricos e filosóficos são pertinentes para compor a noção de educação para Quintana Cabanas (2002). Para o autor, o ato educativo tem uma concepção antinômica, ou seja, posições de disputas com características opostas, e uma dimensão ambígua em seu cerne. A educação pode se caracterizar entre a racionalidade e o afeto, por exemplo, ou entre a liberdade e autoridade.

Nestas dinâmicas divergentes, em diferentes aspectos da educação, Quintana Cabanas (2002) traça o modelo antinômico. Epistemologicamente, a antinomia relaciona-se com duas linhas de pensamento distintas. Assim, para o autor, quando conectamos duas vertentes filosóficas, firmando uma relação de dualidade, construímos um ambiente favorável para a convergência destes ideais.

A síntese do pensamento antinômico da educação reside em entendê-la como uma ciência com distintas facetas, num movimento transversal de dualidade. A educação vai permear uma relação sistêmica entre diferentes pontos de vista, que fazem sentido à medida em que o sistema se (re)configura. Desta forma, Quintana Cabanas (2002) postula, o que denomina de jogos de antinomia para o campo da educação (ver QUADRO 9).

Quadro 9 – Jogo de Antinomias da Educação

Antinomia	Síntese do Jogo
1ª Antinomia	A educação entre o determinismo da hereditariedade e as influências do meio ambiente.
2ª Antinomia	A educação entre a possibilidade e a dificuldade de educar.
3ª Antinomia	A educação entre a tarefa de informar e a de formar.
4ª Antinomia	A educação entre a hetero e a autoeducação.
5ª Antinomia	A educação entre a atitude receptora e a atividade criadora.
6ª Antinomia	A educação como mediação entre os impulsos espontâneos e a vida reflexiva.
7ª Antinomia	A educação entre uma ação determinante e uma ação de simples apoio.
8ª Antinomia	A educação entre o propósito manipulador e a ação libertadora.
9ª Antinomia	A educação entre a tecnologia e arte.
10ª Antinomia	A educação entre o esforço provocado e o interesse espontâneo.
11ª Antinomia	A educação entre racionalidade e afetividade.
12ª Antinomia	A educação entre a disciplina repressora e a permissividade na libertação de impulsos.
13ª Antinomia	A educação entre obediência e a liberdade.
14ª Antinomia	A educação entre a salvaguarda do objetivo e do subjetivo.
15ª Antinomia	A educação entre uma construção mecânica e uma atividade espiritual.
16ª Antinomia	A educação entre a atividade intelectual e atividade amorosa.
17ª Antinomia	A educação entre o servir os interesses do indivíduo ou os da sociedade.
18ª Antinomia	A educação entre a função adaptadora e o desenvolvimento da originalidade da pessoa.
19ª Antinomia	A educação entre o futuro e o presente do educando.
20ª Antinomia	A educação entre o dever e o direito.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Quintana Cabanas (2002).

O quadro apresenta os jogos do pensamento antinômico de educação de Quintana Cabanas (2002), evidenciando que o campo tem uma perspectiva sistêmica. A concepção de “jogo” para o autor é uma construção teórica não relacionada com a teoria de jogos do campo da matemática aplicada, por exemplo. O pensamento relaciona as contradições como ponto de partida da reflexão, e no jogo podemos entender as dinâmicas que situam os sujeitos envolvidos.

Sintetizamos o pensamento do modelo antinômico da educação proposto por

Quintana Cabanas (2002), por considerarmos que dialoga com diferentes vertentes pedagógicas, colocando-as em dinâmicas (jogos) de dualidade e divergência. Esta concepção nos remete ao pensamento sociológico de Demo (2005) para a educação: um ato de disputas e interações por natureza. A educação constitui-se num campo dialético do saber, pressupondo diferentes contextos sociais nos quais o educador pode estar inserido.

Ao refletir sobre a teoria da educação, Quintana Cabanas (2002) enfatiza que a perspectiva da educação está ligada às correntes de pensamento, como por exemplo, o otimismo, o realismo e o pessimismo antropológico. Cada um dos jogos antinômicos propostos pelo autor simbolizam uma relação de complementariedade, ou seja, não se trata de um ou outro polo, mas sim dois ou mais juntos.

Quintana Cabanas (2002) nos remete que a concepção de mundo e a corrente de pensamento filosófica formam o jogo antinômico da educação. No entanto, nesta relação de “jogo” é indissociável pensá-lo sem as esferas dualizadas. Para o autor, a educação – em síntese das suas teorias – é antinômica e sistêmica por natureza.

As congruências entre a aprendizagem social e educação também são discutidas e refletidas no contexto do modelo antinômica da educação. Para Quintana Cabanas (2002), a pedagogia clássica aponta três características fundantes: a instrução, a disciplina e o exemplo. O contexto educativo está permeado pelas interações sociais, e, portanto, há um terreno fértil para a transmissibilidade e fixação de conhecimentos para os sujeitos envolvidos.

As características fundantes apresentadas por Quintana Cabanas (2002) nos trazem relação direta com a educação formal, no contexto da escolarização do processo ensino-aprendizagem. Contudo, o autor indica que há possibilidade de refletir sobre estes aspectos nos ambientes educativos não-formais como os cenários sociais e profissionais dos sujeitos.

Há, ao nosso entender, portanto, uma correlação com o pensamento sistêmico, e um possível olhar da teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016) para a educação. A perspectiva de Quintana Cabanas (2002) sobre a educação tem característica sistêmica, pois o processo educativo constitui-se num sistema atravessado por diferentes possibilidades teóricas, e a efetividade reside na singularidade do sujeito envolvido no contexto.

As dinâmicas antinômicas (QUINTANA CABANAS, 2002) também podem estar relacionadas com o pensamento sistêmico de Luhmann (2016), visto que o jogo

antinômico é o resultado do deslocamento do sujeito entre as esferas dualizadas, e a depender do contexto e/ou situação, haverá autopoiese (MATURANA & VARELA, 2001) – ou não.

O pensamento antinômico de educação, proposto por Quintana Cabanas, identificado como modelo, e materializado nos “jogos” (2002), nos apresenta a convicção de que a educação é um campo científico formado por diferentes vertentes teóricas, e ao mesmo tempo, todas elas compõem peculiaridades para a análise científica.

O nosso olhar para a educação é uma relação sistêmica e antinômica nas interações sociais dos sujeitos, capaz de fundamentar espaços educativos – formais e não-formais – no cotidiano público e privado. O pensamento antinômico de Quintana Cabanas (2002) para a educação – associado ao pensamento sistêmico de Luhmann (2016) – também pode estar associado à Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). As peculiaridades desta conexão com a prática de Relações Públicas são trabalhadas no próximo capítulo.

4 OLHARES SISTÊMICOS DA TEORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS: CONVERGÊNCIAS DAS ABORDAGENS/CORRENTES

Iniciamos este capítulo a partir das aproximações teóricas apresentadas anteriormente, e para tanto nos centramos no campo das Relações Públicas. Nas considerações iniciais contextualizamos os desafios e dilemas que a área enfrenta na contemporaneidade, especialmente na ambiência da sua formação acadêmica.

Olhamos para o campo das Relações Públicas a partir dos desafios da contemporaneidade em busca de uma contextualização das correntes teóricas predominantes na formação acadêmica. No entanto, para dar identificação ao percurso teórico trilhado – com a aproximação da teoria dos sistemas sociais (LUHMANN, 2016) e o pensamento antinômico da educação (QUINTANA CABANAS, 2002) entendemos como necessário refletirmos sobre a formação acadêmica em Relações Públicas, seus caminhos e descaminhos.

O trajeto da formação acadêmica do discente de Relações Públicas e o seu contato com as vertentes teóricas predominantes se constituem em nosso ambiente de pesquisa. Propomos um olhar para este cenário à luz da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; QUINTANA CABANAS, 2002), e as conexões teóricas que traçamos – aproximando-as para nos auxiliar na jornada de pesquisa.

Assim, organizamos este capítulo em 4 (quatro) momentos, que dialogam entre si:

a) no primeiro momento traçamos um panorama sobre os currículos e a formação acadêmica em Relações Públicas;

b) no segundo destacamos com as correntes/abordagens teóricas específicas predominantes na formação acadêmica;

c) no terceiro abordamos os enfoques teóricos da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009);

d) e no quarto momento, articulamos as contribuições do pensamento antinômico para a releitura e atualização da Teoria da Função Política.

4.1 Currículos e formação acadêmica em Relações Públicas

O modelo de formação acadêmica em nível superior constituído no Brasil a partir

da regulamentação da Lei traz reflexos importantes para a composição da área. A atuação profissional é validada aos detentores de diploma de graduação em Relações Públicas (BRASIL, 1967), o que demanda o desenvolvimento do campo científico da atividade.

A docência acadêmica na área de Relações Públicas começa ainda no mesmo ano da promulgação da Lei nº 5.377 (BRASIL, 1967), com a criação do primeiro curso de graduação em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, na então Escola de Comunicações Culturais, a atual Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). De acordo com Kunsch (2006), este início teve uma caracterização prematura, pois não havia sido constituído um campo acadêmico fértil para suporte à prática profissional.

Com o advento da regulamentação da profissão (BRASIL, 1967), a formação em nível superior passa a ser institucionalizada pelas regras e normatizações do Ministério da Educação (MEC), que assume a responsabilidade, em conjunção com o então Conselho Federal de Educação²⁶, para reorganizar e normatizar o ensino superior na nova área profissional. O órgão promove um debate inicial – juntamente com as entidades de classe – no sentido de enquadrar os conteúdos curriculares junto ao campo da Administração ao invés da Comunicação Social (MOURA, 2008)²⁷. Pensamos haver aqui um conflito epistemológico do campo das Relações Públicas no contexto brasileiro, ao pairar dúvidas sobre qual área abarcaria esta profissão.

De acordo com Moura (2008), foi com o advento da Resolução nº 11/1969, do Conselho Federal de Educação, que resultou na união do curso de Relações Públicas com a Comunicação Social. À época houve a discussão sobre a área estar atrelada à Administração, e após se deu a decisão do órgão normatizador em reafirmar o vínculo das Relações Públicas com a comunicação (MOURA, 2008).

Esta discussão é retomada com o estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2018, ao propor uma classificação de cursos no ensino superior a fim de uma equiparação internacional. De acordo com o documento (INEP, 2019), o curso de Relações Públicas seria deslocado para o campo da Administração, em favor da área de Marketing, desconfigurando assim,

²⁶ Conselho Federal de Educação era a denominação da época para o atual Conselho Nacional de Educação, órgão normatizador da educação no Brasil.

²⁷ Trata-se do primeiro movimento de deslocamento do campo acadêmico para a área da Administração. O documento CINE BRASIL (2018) retoma a discussão, e ainda enfrenta resistências das entidades científicas do campo como a ABRAPCORP.

o seu vínculo histórico com a Comunicação Social.

O surgimento de cursos de graduação na área começa a constituir-se num movimento durante os primeiros anos da década de 70, como nos aponta Kunsch (2006). Este fato representou a difusão do ensino de Relações Públicas em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A docência passa, então, a valer-se da expertise de profissionais da área e de professores do campo da Comunicação Social para constituir-se como novo campo acadêmico, demandando a emergência de estudos e obras específicas da atividade.

Destacamos o reflexo importante decorrente da regulamentação da profissão: a emergência do desenvolvimento acadêmico. O movimento provocado pela constituição de um novo campo profissional estimulou diferentes autores brasileiros na área de Relações Públicas. Podemos citar como um destes expoentes, especialmente na década de 1970, Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1919-2003), como uma das referências – profissionais e acadêmicas – da classe profissional (KUNSCH, 2002). É importante mencionarmos que a constituição dos Programas de Pós-Graduação, especialmente na Universidade de São Paulo, estimulou produções significativas para a área, como a tese de Thomazi (1992). Trata-se de uma produção acadêmica de referência na área, construída ainda na década de 1990, com o objetivo de apresentar a história da formação científica e da evolução do campo no Brasil. Entendemos que se trata do ponto de partida para a configuração do campo científico das Relações Públicas.

O ensino superior da área de Relações Públicas foi objeto de estudos de Moura (2008). A autora afirma que a docência de Relações Públicas passa a contar com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Área da Comunicação e suas Habilitações, a partir do marco normativo anterior ao da legislação vigente. Em sua pesquisa de doutorado defendida na Universidade de São Paulo. Moura (2000) já abordara a história e o processo da legislação do ensino da área de comunicação no Brasil.

Dessa produção acadêmica, correlacionamos neste referencial teórico, toda a retomada do processo de constituição normativa do ensino de Relações Públicas. De acordo com Moura (2000), a formação acadêmica na área foi um processo tomado em conjunto com as outras habilitações, especialmente pelo jornalismo. A autora detalha na tese a evolução dos currículos mínimos até às novas diretrizes curriculares nacionais, explicando as distinções entre as demandas para o ensino superior. Trata-se de uma tese que fundamenta o cerne da nossa pesquisa de doutorado.

Outro aspecto que destacamos é o fato da pesquisadora (MOURA, 2000) ter

composto o corpo docente da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), atualmente Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, e criado juntamente com o Prof. Roberto Porto Simões, o GPEPCom, um grupo de pesquisa dedicado a estudar – dentre outros temas, o ensino da comunicação e das práticas de Relações Públicas.

A tese de Moura (2000) nos apresenta a noção de currículo²⁸ como ponto central da sua reflexão sobre o ensino de comunicação, especialmente de Relações Públicas.

Para Arroyo (2011), o currículo assume a noção de disputa nas relações de poderes entre os sujeitos. Os contextos e experiências individuais são relevantes para o processo ensino-aprendizagem. Para o referido autor:

Enquanto as experiências sociais, humanas, de vida e trabalho não forem reconhecidas como conformantes do conhecimento, das ciências e dos saberes e dos processos de ensino-aprendizagem não serão reconhecidas e valorizadas as experiências sociais, humanas, de luta, de trabalho e de vida dos profissionais do conhecimento e dos seus aprendizes (ARROYO, 2011, p. 117).

A organização curricular dos cursos de comunicação social (MOURA, 2000) esteve ancorada na perspectiva do processo histórico de constituição da área e do campo acadêmico. O currículo é composto por uma estrutura com um núcleo específico, garantindo a identidade do curso. A estrutura deve ser flexível, permitindo uma diversificação na formação do estudante e uma integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada.

No entanto, há uma atenção especial de Moura (2000) aos documentos normativos para a formação acadêmica do campo. As diretrizes curriculares diferenciavam-se do marco legal anterior, que fixava o tronco comum para os cursos de Comunicação Social (MOURA, 2008). De acordo com Freitas (2008, p. 698), “as diretrizes curriculares oferecem liberdade para que as IES estruturam os cursos de diferentes formas”.

Alertamos, no entanto, que o olhar das autoras mencionadas é contemporâneo do movimento provocado pelas autoridades acadêmicas da área de Jornalismo e de Relações Públicas para compor uma nova normatização para os ensinamentos das áreas. As diretrizes curriculares nacionais de 2001 unificavam os currículos do campo da

²⁸ O campo científico da educação reserva uma atenção especial aos estudos sobre o currículo, e apresenta diferentes teorias a respeito do tema. Ao reconhecermos a vastidão de autores que tratam sobre o conceito, nos apoiamos em Arroyo (2011) para compor um viés sistêmico em sintonia com a nossa tese.

comunicação social, e as atuais (BRASIL, 2013) criam cursos autônomos no que tange às suas competências e perfis de ingresso.

Em consonância com esta realidade, o Conselho Nacional de Educação expediu a Resolução nº 002/2013, com a aprovação do Ministério da Educação, que instituiu as novas diretrizes curriculares para o ensino das Relações Públicas no Ensino Superior. O texto reorganizou a carga horária dos cursos e buscou padronizar as ofertas dos cursos em todas as Instituições de Ensino Superior. Cabe ressaltarmos que o texto ficou específico e restrito à área das Relações Públicas, o que proporcionou um novo panorama para a história da docência (BRASIL, 2013).

Entretanto a norma (BRASIL, 2013), além de constituir as diretrizes curriculares nacionais, também estabeleceu um rigor maior no que tange às competências exigidas para o egresso do curso de graduação em Relações Públicas IES, conforme o artigo 4º da Resolução:

Art. 4º O egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características pessoais: I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos; III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas; IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora (BRASIL, 2013, p.2).

A norma contempla as especificidades para a docência de Relações Públicas, e define as qualificações do perfil do egresso e as competências mínimas específicas para o profissional. Isto exige mais esforços das Instituições de Ensino Superior, para readequar estrategicamente a didática dos cursos de graduação de Relações Públicas com o objetivo de cumprirem estas exigências (BRASIL, 2013).

A alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) nos apresenta um novo cenário para o campo das Relações Públicas. Os currículos dos cursos de

graduação começaram a ser (re)discutidos e (re)pensados a partir desta normatização.

Portanto, a tese nasce da reflexão do currículo de Relações Públicas à luz da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001). No entanto, necessitamos contextualizar as correntes/abordagens teóricas predominantes na formação acadêmica da área, especialmente para formular a nossa proposição de releitura da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), que apresentamos na sequência deste capítulo.

4.2 Correntes/abordagens teóricas de Relações Públicas

As correntes/abordagens teóricas da área de Relações Públicas iniciam com o modelo norte-americano, incorporado nas práticas brasileiras ainda na primeira metade do século XX. Este paradigma encontra esteio na perspectiva funcionalista da prática de Relações Públicas cunhada por Edward Bernays (1891-1995) – um profissional e pesquisador da área da comunicação.

Ao refletir sobre este paradigma, Rüdiger (2011) expõe que os pensadores expoentes desta corrente – dentre eles Edward Bernays – trabalham sob uma perspectiva tecnocrática e instrumental dos meios de comunicação de massa. Os fenômenos de complexidade e massificação das sociedades levaram ao desenvolvimento das lógicas de comunicação, com vistas à manutenção da ordem e evitando os conflitos sociais.

A prática de Relações Públicas – defendida e construída academicamente por Bernays – nasce de um movimento híbrido entre as teorias de administração, jornalismo, publicidade, ciência política e psicologia social. Segundo Pereira (2017), ao debruçar-se em sua tese sobre cosmovisões da área, designa que “Edward Bernays reinterpreto a visão informativa, afirmando que não bastava às relações públicas oferecer notícias, mas criá-las” (PEREIRA, 2017, p. 90). Esta perspectiva, ligada a uma construção de discursos para acalmar e enquadrar a opinião pública com base na informação e persuasão, foi a base do pensamento bernaysiano. Temos então neste contexto, o cerne da construção e difusão da prática de Relações Públicas nos Estados Unidos e, como já pontuamos, traz um reflexo direto na constituição da área no Brasil.

A visão das Relações Públicas nos Estados Unidos está diretamente ligada aos trabalhos dos agentes de imprensa, que aliam a comunicação e as habilidades de persuasão perante os debates da opinião pública. Em uma obra de referência sobre a

área, Lattimore et. al (2012), trata sobre os marcos conceituais da prática no território norte-americano (QUADRO 10).

Quadro 10 – Marcos Conceituais de Relações Públicas nos EUA

Período	Síntese Conceitual
Década de 1920	Os estudos da opinião pública constituem-se em um campo sistemático de entendimento do processo de organização social.
Década de 1950	Os princípios da persuasão e da influência social começam a ser utilizados em prol da manutenção e alteração de atitudes e comportamentos da opinião pública.
Década de 1960	As pesquisas de inovação em contextos organizacionais estimulam a combinação entre a comunicação interpessoal e mídia, com vistas às mudanças de comportamentos.
Década de 1970	Proposição da teoria situacional dos públicos para a difusão das técnicas de segmentação dos públicos sob o olhar da comunicação relacional e interpessoal.
Décadas de 1960-1990	A psicologia social passa a compor as bases da prática de Relações Públicas, especialmente em estudos de mudanças cognitivas no processamento de informações.
Década de 1980-2000	Constituição dos quatro modelos de Relações Públicas exposto por James Grunig em estudos do contexto organizacional, formando a teoria da excelência.
Década de 1990-2010	Surgimento dos estudos e abordagens críticas da prática de Relações Públicas. em favorecimento às relações de poder do cenário organizacional.

Fonte: adaptado pelo autor com base em Lattimore et. al (2012, p. 51).

Abordamos os princípios conceituais de Lattimore et. al (2012) ao revisitarmos a constituição histórica da prática de Relações Públicas nos Estados Unidos. Este recorte nos mostra um ciclo de evolução da prática profissional, diretamente elencado com as teorias interdisciplinares que dão sustentação para o desenvolvimento da área no cenário norte-americano.

Observamos que os estudos da persuasão na opinião pública evoluíram para a conjunção da influência e psicologia social, e formaram ainda um estereótipo profissional ligado aos interesses de conservação e harmonização dos relacionamentos. Embora o surgimento das abordagens críticas ocorra ao final do século e início do novo milênio, o ideal profissional em Relações Públicas é voltado para a busca da excelência no binômio organização-públicos (LATTIMORE ET. AL., 2012).

No Brasil, a constituição acadêmica da área começa a ser difundida com o surgimento e crescimento dos cursos de graduação. O profissional de Relações Públicas Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1919-2003) participou da criação da ABRP em

1954, da fundação do curso de Relações Públicas da ECA/USP, e foi o primeiro doutor em Comunicação – com ênfase em Relações Públicas – no Brasil, pela ECA/USP, em 1975. Alguns anos após tornou-se professor adjunto, e posteriormente titular, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. As principais obras acadêmicas do autor estão mencionadas a seguir (QUADRO 11).

Quadro 11 – Obras Bibliográficas Cândido Teobaldo de Souza Andrade

Obra	Síntese da Obra
Para Entender Relações Públicas	A primeira obra do autor trata de assuntos básicos para a prática de Relações Públicas como os conceitos de massa, multidão e públicos, processos de relações públicas e veículos de comunicação dirigida.
Curso de Relações Públicas	A segunda obra do autor traz uma versão mais completa e abrangente da prática, trazendo novos conceitos como pesquisa institucional, as funções de Relações Públicas, dentre outros.
Psicossociologia das Relações Públicas	A terceira obra do autor traz um aprofundamento na dimensão do conceito de público, a visão psicossocial das Relações Públicas e as suas conexões com as fases da opinião pública.
Dicionário Profissional de Relações Públicas e Comunicação	A quarta obra do autor traz um apanhado dos termos anglo-americanos específicos para a atuação em Relações Públicas e Comunicação.
Administração de Relações Públicas no Governo	A quinta obra do autor traz uma revisão da sua monografia em Administração Pública, apresentada em 1962.
Como Administrar Reuniões	A sexta e última obra do autor traz um apanhado de técnicas para organizar reuniões, entendendo-as como espaços para a aplicação das técnicas da área.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Cabe ressaltarmos que as obras estão dispostas de acordo com a cronologia das suas primeiras edições, sendo que algumas delas têm mais edições com atualizações posteriores, o que demonstra a evolução teórica do autor.

Destacamos que o pensamento de Andrade (1919-2003) foi o princípio da constituição das correntes/abordagens teóricas do campo de Relações Públicas no Brasil. As suas obras trouxeram luz aos estudos do campo, e proporcionaram diferentes pesquisas posteriores, como nos mostra Thomazi (1992). Cabe mencionarmos o estudo de Torres (2005), que nos apresenta a gênese do pensamento brasileiro da área das Relações Públicas. A autora faz um recorrido das construções científicas e profissionais com uma retrospectiva histórica das primeiras décadas da profissão no Brasil²⁹. Torres

²⁹ Em sua dissertação de mestrado a pesquisadora deteve-se na vida de Eduardo Pinheiro Lobo, o primeiro

(2005), apresenta a construção da gênese das Relações Públicas no primeiro cinquentenário da profissão no Brasil. A tese nos mostra as influências do modelo norte-americano e aspecto funcionalista como cenário das primeiras obras, e correntes teóricas da área.

Na esteira lógica desta argumentação, registramos as principais correntes/abordagens teóricas construídas no campo nos anos que se seguiram. Consideramos os pensamentos acadêmicos oriundos do campo científico das Relações Públicas brasileiras com os pesquisadores expoentes da área. As correntes/abordagens teóricas³⁰ expostas a seguir configuram um recorte da nossa pesquisa para a formação do pensamento acadêmico em Relações Públicas³¹ (ver QUADRO 12).

Quadro 12 – Correntes e Abordagens Teóricas de Relações Públicas

Corrente/abordagem Teórica	Síntese da Corrente
Visão Crítica e Humanista	Esta visão teórica é formada pelo pensamento dialético e social da atuação profissional e tem em autores como Cicília Peruzzo uma consolidada referência.
Estudos de Excelência	A corrente dos estudos da excelência é difundida no Brasil a partir dos textos do norte-americano James Grunig, e traz uma visão de simetria e mão-dupla para a prática de Relações Públicas.
Função Política	A tese formulada por Roberto Porto Simões constrói uma visão política da prática de Relações Públicas e configura-se num renomado constructo teórico para a área.
Comunicação Organizacional Integrada	Os estudos de Margarida Kunsch formulam um aporte teórico que incentivou a constituição do campo da comunicação organizacional no Brasil, a partir do olhar estratégico da prática de Relações Públicas.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

profissional de Relações Públicas do Brasil.

³⁰ Em nossa proposta não consideramos a obra de Andrade (1919-2003) como corrente e/ou abordagem por entender que seu pensamento é basilar nas demais, sendo citado como princípio do pensamento científico do campo das Relações Públicas no Brasil.

³¹ Partimos das correntes teóricas apresentadas pelo pesquisador em sua tese de dissertação de mestrado (TAVARES, 2018), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e que pode ser vista pelo link: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8160/2/MARCELO_DE_BARROS_TAVARES_DIS.pdf>. Acesso em 14 jul. 2022.

Neste quadro sintetizamos a perspectiva das quatro correntes/abordagens teóricas que constituem as lentes da nossa pesquisa. Supomos, a partir de Tavares (2018), que elas estejam presentes na formação acadêmica de Relações Públicas, e possam compor o arcabouço para a relação teoria e prática da área. Discorreremos sobre as suas características, especificidades e contextualizações na sequência.

Iniciamos a trajetória pela visão crítica e humanista apresentada por Peruzzo (1986, 1998, 2013), que fundamenta-se em um olhar dialético, no qual a prática deve estar a favor dos públicos, e não das organizações. Tal perspectiva difere do olhar voltado ao modo-de-produção capitalista, no que tange à participação social na comunicação, estimulando a cidadania dos públicos.

Esta corrente teórica é marcada pela perspectiva social da área de Relações Públicas, e suas possibilidades em favor dos interesses públicos acima dos organizacionais. Também se trata de uma vertente desenvolvida no Brasil, com base nos estudos da Escola de Frankfurt³² e apropriada para a prática de Relações Públicas (QUADRO 13).

Quadro 13 – Proposições Teóricas da Visão Crítica e Humanista

Proposição	Síntese
Participação Social	Esta proposição percebe o sujeito como agente central no processo de cidadania, e a práxis de Relações Públicas pode potencializar a comunicação popular, que auxilia a participação da população na tomada de decisões em um determinado grupo social.
Harmonia Social	Entendida como a capacidade da práxis de Relações Públicas em contrapor uma relação injusta, fomentada pelo modo de produção capitalista, no qual os interesses privados das organizações prevalecem, em detrimento dos interesses dos públicos.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Peruzzo (1986, 1998, 2013).

Ao aprofundar mais a epistemologia da prática de Relações Públicas, Peruzzo (1986, 1998, 2013) reflete sobre as convergências e apropriações com a área da publicidade e propaganda. No entanto, as definições são divergentes, pois a publicidade informa e trabalha a persuasão. Já a propaganda concebe a propagação

³²A Escola de Frankfurt constitui-se em uma corrente de pensamento social e filosófico com predominância do caráter dialético e crítico. Nos valem dos registros de Rudiger (2011) para traçar uma possível convergência entre as produções de Peruzzo (1986, 1998, 2013) e a Escola de Frankfurt.

de ideias. O que ocorre, segundo a autora, é uma apropriação, por parte das Relações Públicas, da persuasão, no sentido de criar um discurso organizacional que busque um impacto sobre os públicos (PERUZZO, 1986, 1998, 2013).

Nessa dicotomia entre teoria e prática profissional, Peruzzo (1986, 1998, 2013) avalia que as Relações Públicas deveriam atuar no relacionamento da organização com seus públicos, evidenciando seus interesses e mediando os possíveis conflitos. No entanto, as práticas da área colocam as expectativas da organização em primeiro lugar e, assim, deixam o interesse público em segundo plano.

O contraponto entre a visão da comunicação em favor do privado para a comunicação popular, possibilitou uma transição do viés crítico para o olhar humanista, percebido na evolução das pesquisas de Peruzzo (1986, 1998, 2013) e que são pontuadas nesse recorte teórico. Para a autora, a comunicação assume um caráter transformador para os sujeitos de uma determinada sociedade, estimulando a participação, valorizando a cidadania e priorizando uma comunicação participativa. Essa perspectiva traz, para a prática de Relações Públicas, um novo panorama, não apenas pelas diferentes possibilidades de atuação, mas pelo valor da postura do profissional, frente a um novo contexto social (PERUZZO, 1986, 1998, 2013).

A corrente teórica crítica e humanista foi um movimento iniciado por Peruzzo (1986), mas que encontra fundamentação em outros pesquisadores na contemporaneidade. Em diferentes espaços científicos e acadêmicos é possível observarmos novos olhares (HOLTZHAUSEN, 2016; MARQUES & MAFRA, 2018; HENRIQUES & SILVA, 2019) que desdobram um pensamento crítico sobre as atividades de Relações Públicas.

Apontamos que a corrente/abordagem crítica e humanista proposta por Peruzzo (1986; 1998; 2013) ganha força na contemporaneidade com as práticas de Relações Públicas a partir do olhar mais atento para as pessoas. A noção de públicos de Teobaldo (1983) passa a ser ampliada para o entendimento das questões sociais, econômicas e políticas que circundam estes sujeitos com os quais as organizações se relacionam. A mensagem de comunicação – componente do processo de relacionamento – começa a ser (re)interpretada pelo viés da subjetividade dos envolvidos.

Acreditamos, portanto, que esta corrente/abordagem possa dar conexão e suporte teórico à proposta de releitura e atualização da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Para darmos continuidade ao recorte teórico da

formação acadêmica das Relações Públicas, indicamos uma segunda corrente/abordagem teórica da área: os estudos da excelência.

Os estudos da excelência (GRUNIG, 2003, 2011, 2013), caracterizados como frutos de pesquisa sobre ambientes organizacionais no contexto social norte americano desde a década de 80, contemplam o conceito da cultura participativa e da comunicação simétrica. Consideramos esta corrente/abordagem identificada com a faceta instrumental da prática de Relações Públicas, e sintetizamos as principais proposições desta corrente que julgamos pertinentes. (QUADRO 14).

Quadro 14 – Proposições Teóricas dos Estudos da Excelência

Proposições	Síntese
Cultura participativa	Entendida como a noção de que a cultura organizacional deve fomentar a participação de todos os sujeitos envolvidos, e não ter uma postura autoritária.
Sistema simétrico	A comunicação organizacional interna deve propiciar um modelo simétrico que estimula os sujeitos a estabelecer um diálogo e, assim, estabelecer um processo de comunicação transparente.
Estruturas orgânicas	As estruturas organizacionais não podem ser caracterizadas como engrenagens mecânicas, em uma perspectiva taylorista, e, sim, possuir uma execução mais orgânica, fomentando uma gestão da comunicação menos burocrática.
Programas de oportunidades	As organizações devem proporcionar políticas que estabeleçam e fomentem a igualdade entre homens e mulheres, além de todos os tipos de minorias, entendendo o cenário como um reflexo da sociedade.
Satisfação no trabalho	As organizações devem estabelecer políticas que busquem a satisfação dos funcionários, primando, assim, pela qualidade no relacionamento com os diversos públicos de interesse.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Grunig (2003, 2011, 2013).

A síntese que trazemos das proposições dos estudos da excelência estão diretamente ligados às teorias organizacionais. Com esse olhar, fomentado pela eficácia organizacional oriunda do campo da Administração, Grunig (2003, 2011, 2013) apresenta o valor da prática de Relações Públicas para os estudos de excelência. Há, de acordo com o autor, uma tentativa de valoração das técnicas de Relações Públicas,

mas a corrente teórica firma a concepção de que os relacionamentos não podem ser valorados, apesar de possuírem um papel estratégico no contexto das organizações.

Para isto, Grunig (2003) buscou, em diversas organizações norte-americanas, o desempenho das práticas com excelência, partindo do pressuposto de que as Relações Públicas se configuram em uma atividade complexa (GRUNIG, 2003, 2011, 2013). Na década de 1980, a etapa quantitativa dos estudos trabalhou com 327 organizações, para mensurar a eficácia das práticas da área. Na etapa qualitativa, foram entrevistados 25 gestores de comunicação, considerados como lideranças de diferentes níveis organizacionais.

A perspectiva teórica inicial da pesquisa pressupunha a atividade categorizada em quatro modelos (GRUNIG; HUNT, 1984): o primeiro era orientado pela imprensa e propaganda, no qual a prática era da fonte para o receptor; o segundo modelo era voltado para a disseminação de informação e passava a agregar credibilidade à informação; o terceiro apontava para a persuasão e indicava a possibilidade de um retorno do receptor; e o quarto previa a compreensão mútua e a simetria no relacionamento. Entretanto, com os resultados das pesquisas, o autor formula o modelo de gestão estratégica em Relações Públicas (GRUNIG, 2013) e insere aspectos como valores e reputação organizacional no composto da teoria da excelência.

As proposições de Grunig (2003; 2011; 2013) ressaltam uma aproximação das práticas das Relações Públicas com o campo da administração, objetivando a estratégia comunicacional da organização. O relacionamento é colocado, portanto, como o vetor de excelência corporativa, e apresenta uma descrição técnica e operacional destes processos.

Pensamos ser um constructo teórico adequado para as práticas do mercado, e com expoentes no campo científico brasileiro (FERRARI, 2011; FRANÇA, 2011). O viés da prática é voltado para a atuação estratégica e corporativa, com esta predominância da visão do modelo norte-americano.

A terceira corrente/abordagem que destacamos trata-se da Teoria da Função Política desenvolvida por Simões (1993). A função política, defendida por Simões (1993, 1995, 2001, 2009), foi construída entre as conexões das práticas do mercado e do campo acadêmico e prevê a noção das relações de poder, na gestão da comunicação nas organizações.

A rede teórica, formulada por Simões (1993, 1995, 2001, 2009) e aprimorada em suas obras posteriores, revela a concepção de diversas correntes dos estudos das

relações de poder. Para o autor, ele está intrínseco nas relações dos sujeitos, em qualquer espaço da sociedade, o que constitui a matriz teórica das Relações Públicas. Se, à atividade, cabe a gestão de relacionamentos, deve caber a ela, também, gerenciar as relações, permeadas por formas simbólicas de poder (SIMÕES, 1993).

É uma construção teórica, desenvolvida no Brasil e que tem como principais constructos (QUADRO 15):

Quadro 15 – Proposições Teóricas da Função Política

Proposições	Síntese
Existência da atividade	Iminência do conflito
Definição conceitual	Gestão da função organizacional política
Definição operacional	Diagnóstico, prognóstico, assessoria e implementação
Componentes	Organizações, grupos e pessoas
Objetivo	Formal: indícios de conflito/cooperação; Material: sistema
Dimensões	Cultural, econômica, política, ideológica, histórica, jurídica, filosófica
Etapas	Satisfação, insatisfação, boato, coligações, pressão e conflito
Bases de poder	Ação: legal, legítima e recompensa; Comunicação: informar, persuadir e negociar; Relações de poder.
Matéria-prima	Informação, redução de incerteza
Técnicas/Instrumentos	Entrada, saída e mista
Ética	Legitimidade da ação
Estética	Ações bem pensadas, bem planejadas e bem executadas.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Simões (1993, 1995, 2001, 2009).

Ao tratar de diversas funções para a área, Simões (1995) enaltece a função política. Entretanto, não a caracteriza, claramente, como uma função educativa para o desempenho profissional. A epistemologia da atividade, exposta por Simões (1993),

prevê distintas possibilidades, e o caráter educativo³³ fica implícito em sua tese, como um movimento a ser explorado na sua teoria. O esteio dessa concepção teórica é substancial e está voltado para a perspectiva sistêmica, com base em Parsons (1969), que busca estudar a estrutura e os processos, na sociedade moderna, e se revela como uma das referências do autor.

Entendemos que a contribuição da corrente da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) constituiu-se na reflexão teórica sobre as práticas para formular um arcabouço epistemológico para as Relações Públicas. Contudo, esta vertente precisa ser retomada e atualizada, especialmente, no que tange à formação acadêmica para compor novos olhares (re)significados por docentes e discentes nos cursos de graduação do nosso país, haja vista a sua invisibilidade (TAVARES & SILVA, 2021)³⁴.

A quarta corrente/abordagem teórica deste recorte é a comunicação organizacional integrada. Esta abordagem teórica é construída pela evolução da obra da Profa. Margarida Krohling Kunsch (2003, 2009, 2016) desde a sua dissertação de mestrado, ainda na década de 1980, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Para Kunsch (2003, 2009, 2016), a comunicação tem uma perspectiva sinérgica e holística, devendo permear diferentes áreas da organização, e assim formula sua abordagem teórica (ver QUADRO 16).

Quadro 16 – Proposições Teóricas da Comunicação Organizacional Integrada

Proposições	Síntese
Comunicação Administrativa / Interna	Visão construída pela autora para vislumbrar as ações de comunicação – e de Relações Públicas – dentro da esfera administrativa da organização, além do trabalho específico com os públicos internos, especialmente colaboradores e funcionários.
Comunicação Mercadológica	A noção das ações de comunicação externa, dada e construída para promover e/ou vender os produtos e serviços das organizações. Há a interface com o marketing e a visão mercadológica das empresas.

³³ Entendemos que o caráter educativo advém da nossa pesquisa de mestrado (TAVARES, 2018), em que aproximamos a leitura humanista da profissão com a função educativa nas organizações.

³⁴ Neste artigo apresentado no Congresso da ABRAPCORP, os autores mencionam indícios de que a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) não estão perceptíveis nas bibliografias das produções acadêmicas, caracterizando assim uma invisibilidade da obra do autor.

Comunicação Institucional	A noção da comunicação utilizada para a construção de imagem e reputação com os públicos estratégicos, e que deve trabalhar em favor das demais faces da comunicação integrada.
------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor com base em Kunsch (2003, 2009, 2016).

Sintetizamos a base do pensamento de Kunsch (2003, 2009, 2016) para/na comunicação organizacional integrada, e que tem se constituído num arcabouço teórico defendido e trabalhado por diferentes pesquisadores. Para a autora, a comunicação em uma estrutura organizacional é integrada e indissolúvel, devendo as três esferas apresentadas serem trabalhadas simultaneamente e de forma sinérgica (KUNSCH, 2003, 2009, 2016).

A síntese desta corrente teórica privilegia o planejamento de comunicação como base da prática de Relações Públicas, sobretudo no contexto de uma comunicação integrada na organização. Sob a perspectiva pautada pela construção e visão organizacional de diferentes autores, Kunsch (2003, 2009, 2016) defende o olhar integrado da comunicação com toda a estrutura empresarial, não apenas ligada a um departamento ou a um setor. A sua primeira obra (KUNSCH, 2003) traz aspectos práticos e ferramentas de apoio para o profissional de Relações Públicas, constituindo-se num marco referencial para os acadêmicos da área.

A corrente teórica construída por Kunsch (2003, 2009, 2016) reflete um viés para a comunicação e para a prática das Relações Públicas. Os esforços da pesquisadora – e de outros pesquisadores da área – contribuiu para a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas – ABRAPCORP, no ano de 2006, na cidade de São Paulo.

A ABRAPCORP passa a difundir as principais pesquisas e produção de conhecimento para o campo das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional, por meio dos seus congressos científicos. Ressaltamos que a criação da entidade também desperta e incentiva um aumento considerável de produções acadêmicas (artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado) no campo da comunicação organizacional e relações públicas.

Na evolução do pensamento sobre a comunicação organizacional integrada, Kunsch (2016) propõe quatro dimensões: a instrumental, a humana, a cultural e a estratégica. Desta forma, a autora forja quatro concepções para os fenômenos comunicacionais nos ambientes organizacionais. Traduz-se, portanto, num viés que

julgamos significativo para o imbricamento das práticas de Relações Públicas e os cenários em que elas incorrem no cotidiano.

As correntes/abordagens teóricas presentes na formação acadêmica de Relações Públicas emergem da nossa trajetória de pesquisa (TAVARES, 2018). Partimos do entendimento de que o ensino da área é permeado por estas diferentes correntes/abordagens, o que nos estimula a (re)pensar neste contexto, a formação acadêmica a partir da teoria.

A argumentação sobre essas correntes/abordagens teóricas presentes na formação acadêmica sintetizam um vetor nevrálgico desta tese. Os desafios da contemporaneidade aliados aos das diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2013) reforçam nossa intenção em delimitar este território de pesquisa. Outros desafios emergem neste cenário e nos incitam mais buscas por informações e vestígios que possam nos dar sustentação para nosso percurso.

4.3 Enfoques teóricos da função política

O nosso recorte na Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) em Relações Públicas foi construído por entendermos, que trata-se efetivamente de uma teoria e que como tal, necessita de releitura e atualização. Temos a convicção de que a construção acadêmica possui diferentes possibilidades de análise, e optamos por centrar nossos esforços no escopo desta corrente.

Podemos correlacionar as obras fundantes do autor numa ordem cronológica para a constituição da sua teoria. Começamos então com a tese de doutorado defendida por Simões (1993), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com o título “Relações Públicas e seus Fundamentos em Micropolítica”. Caracterizamos a tese do autor como o ponto de partida para a reflexão sobre a função política da área.

Na tese, Simões (1993) constitui em teoria, a reflexão sobre atividade prática no campo profissional. Assim, como já registramos no panorama inicial das Relações Públicas, esta corrente teórica detinha-se em construir um arcabouço teórico para um rol de técnicas e estratégias difundidas e trabalhadas no contexto da comunicação nas organizações.

Resgatamos o fato da conexão proposta pelo autor com o papel da universidade – berço da ciência – e, portanto, vista como “[...] um complexo orgânico e sistemático

dos conhecimentos que possuem sobre uma determinada ordem de fenômenos [...]” (SIMÕES, 1993, p. 9). A emergência e a demanda de uma reflexão mais aprofundada das práticas no mercado passam a despertar o interesse no movimento acadêmico de Simões (1993) e, mais tarde, com a maturidade das suas reflexões, nos mostra um complemento e atualização do seu pensamento.

A Teoria da Função Política ganha força em Simões (1995), quando o autor enfatiza a atuação política da prática profissional nos ambientes organizacionais. Contudo, é em Simões (2001), que observamos a micropolítica e a dimensão sistêmica aplicada ao campo das Relações Públicas com maior convicção e pertinência científica. Ressaltamos que o pensamento de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) foi constituído a partir da sua expertise profissional aliado com a carreira acadêmica e científica, constituindo um importante arcabouço teórico para a área, com o apoio de pesquisadores que somaram para a história do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A obra de Simões (1993, 1995, 2001, 2009) está, portanto, inacabada³⁵ e demanda ainda novos estudos e pesquisas para se debruçarem na análise, frente aos novos contextos sociais e profissionais. Contudo, nos importa agora retomar a perspectiva sistêmica para a prática de Relações Públicas.

Neste sentido, destacamos dois pontos cruciais para o entendimento do arcabouço teórico do autor: o processo de Relações Públicas e os enfoques teóricos da atividade. No primeiro temos a constituição do ser e o fazer da área de Relações Públicas analisando algumas dimensões do sistema, e no segundo identificamos os olhares teóricos e suas consequentes possibilidades de sustentação da prática profissional no cotidiano.

Ainda no seu primeiro texto da teoria, Simões (1993) apresenta uma reflexão sobre a caracterização e constituição da prática da atividade. O autor enfatiza o processo, entendendo a prática como um percurso nos ambientes organizacionais. Entendemos então a perspectiva de que a Teoria da Função Política reflete um processo e não apenas a atuação pontual e desconectada. Para o autor, a área tem uma relação direta com o sistema organizacional, pois constitui-se como “[...] o exercício da administração da função (sistema) político organizacional, focado através do processo

³⁵ Nossa argumentação é reforçada pelas falas da E1 (pesquisadora referência em ensino de Relações Públicas) em nosso movimento de pesquisa empírica. A trajetória de publicações do autor após sua tese (SIMÕES, 1993) nos leva a formar a impressão de que há espaços para desdobramentos da teoria.

de comunicação da organização com seus públicos” (SIMÕES, 1993, p. 63).

Para Simões (1993, 1995, 2001, 2009), o processo de Relações Públicas configura-se em três momentos: o primeiro relacionado com a “matéria-prima” da atividade que é a informação, o princípio básico do processo; o segundo refere-se diretamente à interação do binômio organização-públicos, ou seja, quando efetiva-se o processo de comunicação; o terceiro está ligado à transação firmada, ou seja, quando o público adota o comportamento esperado.

Desta forma, a transação assume destaque para o processo de comunicação na Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993, 1995, 2001, 2009) e sobre a possibilidade de mensurar e avaliar a prática de Relações Públicas. Neste aspecto, entendemos a transação como alguma alteração e/ou mudança de *status quo* na organização, a partir da prática da área.

O arcabouço teórico apresentado por Simões (1993) define que a razão do ser e fazer das Relações Públicas está diretamente ligada com a legitimação das relações – e comunicação – organizacionais. O autor pontua que o “[...] conflito é iminente no sistema social organização-públicos” (SIMÕES, 1993, p. 63). Desta forma, com o propósito de estruturar a teoria, pelo ponto de vista sistêmico, o autor constrói o processo de Relações Públicas na Teoria da Função Política da área.

A visão sistêmica da Teoria da Função Política reside no núcleo do sistema social, em que a prática de Relações Públicas interage na sociedade. Para Simões (1993), as noções de transação, informação e comunicação conectam-se de forma sinérgica para os processos e funções definidos (QUADRO 17).

Quadro 17 - Funções do Processo de Relações Públicas

Função	Síntese
Cultural	Aborda fatos culturais dialogando com os campos da antropologia cultural.
Econômica	Aborda questões econômicas dialogando com o campo da economia.
Política	Aborda as nuances políticas numa abordagem do fazer político na organização.
Ideológica	Aborda fatos ideológicos no contexto social das organizações.
Histórica	Aborda a história e a memória institucional.
Jurídica	Aborda o viés do direito e da Teoria Geral do Estado para a organização.
Filosófico	Aborda o aspecto filosófico das ações organizacionais com os públicos.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Simões (1993, p. 69).

Apontamos as distintas funções do processo de Relações Públicas na constituição da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1995). A função política é, portanto, uma conjuntura das demais funções do processo da área. Amparado pelo pensamento sistêmico, Simões (1993, 1995, 2001, 2009) oferece uma noção de que as organizações – campo de atuação do profissional – pode se configurar em sistemas abertos e fechados, a partir das demandas e influências externas.

Ao aprofundarmos este percurso nos importa destacar os enfoques teóricos apresentados por Simões (1993), e discutido – de forma mais aprofundada – nas outras obras. Simões (1993) compõe diferentes aspectos possíveis para a prática de Relações Públicas, como podemos observar (QUADRO 18).

Quadro 18 – Enfoques Teóricos da Prática de Relações Públicas

Enfoque Teórico	Síntese do Enfoque
Estrutural	Encara a prática relacionada com uma função no sistema institucional da organização. Refere-se ao organizar, delegar e supervisionar, enquanto funções pontuais de Relações Públicas nas organizações.
Administrativo	Refere-se a prática como a administração de um conflito e/ou controvérsia organizacional. Traz um caráter de resolução e manejo de problemas emergentes nos contextos organizacionais.
Filosófico	Percebe a prática como uma filosofia social, formada pela projeção das interações e relações dos sujeitos. Encara a prática como 90% de relacionamentos e 10% para os públicos, caracterizando um olhar mais humanista para a prática.
Político	Relaciona a prática como uma política de “portas abertas” e uma “casa de vidro”, em que as noções de ética e transparência são necessárias para o ambiente político da atividade. A atuação política estimula a imagem e a reputação organizacional.
Comunicacional	Percebe a prática como um meio de comunicação que visa estabelecer e manter a compreensão mútua. Encara a atividade como uma via de mão dupla, estimulando os relacionamentos por meio de processos comunicacionais.
Psicossociológico	Relaciona a prática que visa formar imagem, conceito, atitudes e comportamentos nos públicos contribuindo assim para a formação da

	opinião pública. Revela a capacidade da atividade em mobilizar as ações organizacionais em prol da obtenção da boa vontade.
Mercadológico	Entende a prática como um instrumento de marketing dando ênfase no aspecto mercadológico das organizações. Apresenta um aspecto de proximidade com a propaganda e sua função social para a comunicação mercadológica nas organizações.
Personalístico	Entende a prática como um contato necessário para os ambientes organizacionais. Relaciona as competências necessárias para o profissional por meio da sua formação.

Fonte: elaborado com base em Simões (1993, p. 19).

A Teoria da Função Política apresenta os oito enfoques teóricos da prática de Relações Públicas nos ambientes organizacionais. Segundo Simões (1993), as possibilidades podem se complementar, ou seja, um cenário pode valer-se de dois ou mais enfoques.

Os oito eixos teóricos propostos por Simões (1993) embasam a noção de uma estrutura lógica para entender diferentes tipos de atuação das práticas de Relações Públicas, pois:

Este esquema permite a distribuição simultânea das diferentes maneiras de se conceberem as Relações Públicas, realizando-as de modo lógico, sem, contudo, impedir que se questione a hierarquia com que os dados foram distribuídos, nem o modo como eles possam ser reordenados por outros interessados no assunto (SIMÕES, 1993, p. 18).

Contudo, é possível tecer análises pelo enfoque mais predominante em uma determinada situação. Esta dinâmica traz uma caracterização dialógica e antinômica para a prática de Relações Públicas, pois o profissional pode traçar sua atuação por enfoques distintos, de forma alternada ou simultânea, para lograr êxito em seus objetivos.

A prática de Relações Públicas assume o caráter de função política, quando os esforços profissionais atingem o resultado esperado, considerado como a mudança de comportamento e/ou atitude do público estratégico. Segundo Simões (1993, 1995, 2001, 2009), a transação está diretamente ligada com a estrutura sistêmica dos contextos organizacionais, que ora se abrem e ora se fecham em seus cenários complexos. Entendemos, portanto, que a prática da área tem um caráter sistêmico, por natureza, a

partir do olhar da Teoria da Função Política.

Cabe destacar, no entanto, que a perspectiva dos enfoques teóricos de Simões (1993) para a área de Relações Públicas se trata de um elemento da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993, 1995, 2001, 2009). A construção da função política – inclusive dos seus enfoques – demanda novas (re)leituras e (re)significações, haja visto a temporalidade da sua constituição. O papel da área pode, e deve, ser (re)considerado mediante os desafios contemporâneos da sociedade, na mesma linha de pensamento apresentada por Moura e Scroferneker (1999).³⁶

Ancorados na perspectiva do pensamento sistêmico (LUHMANN, 2016), conseguimos estabelecer conexões com a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993, 1995, 2001, 2009) na medida em que a prática está permeada em ambientes sistêmicos. Importamos e construímos, portanto, uma visão sistêmica para a atividade e prática de Relações Públicas neste percurso teórico.

A argumentação teórica deste capítulo, em consonância com o anterior, nos traz subsídios para demarcarmos o objeto proposto para esta tese, ou seja, aproximamos a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) ao pensamento antinômico de educação (QUINTANA CABANAS, 2002).

4.4 Elementos do Pensamento Antinômico

Apresentamos o objeto teórico da tese, como um exercício construído a partir da retomada dos enfoques teóricos da função política (SIMÕES, 1993). Intentamos ao recuperar elementos do pensamento modelo antinômico de educação (QUINTANA CABANAS, 2002) – identificar possibilidades para a releitura e atualização da teoria da função política. São movimentos/articulações que constituem-se num exercício em busca de possibilidades.

O pensamento humanista sob a pedagogia e a educação de Quintana Cabanas (2002) forja sua perspectiva dialética e crítica para o entendimento que o processo de ensino-aprendizagem tem dinâmicas antinômicas. Identificamos também correlações com a abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) especialmente pelo conceito da autopoiese, ou seja, da convergência a partir da divergência, alterando o *status quo* de um determinado contexto.

³⁶ Neste texto, as autoras retomam os enfoques teóricos de Simões (1993), e discutem a necessidade de atualização e releituras deste elemento da Teoria da Função Política.

A relação antinômica (QUINTANA CABANAS, 2002), a partir das suas divergências, provocam inquietações nos sistemas sociais envolvidos (LUHMANN, 2016). Pela perspectiva da construção biológica do conhecimento, apontamos a possibilidade de compor pressupostos metodológicos para (re)apropriações das correntes/abordagens teóricas na formação acadêmica de Relações Públicas.

No entanto, como a delimitação da tese está focada na Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), entendemos que a partir dos enfoques teóricos de Relações Públicas (SIMÕES, 1993) temos condições para constituir estas dinâmicas antinômicas que fundamentam o pensamento antinômico de Quintana Cabanas (2002). A partir de oito enfoques – que consideramos analogicamente como situações do contexto profissional – identificamos possibilidades de divergências e convergências entre cada um deles (QUADRO 19).

As situações as quais nos referimos são formuladas a partir das correlações que traçamos a partir dos oito enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) e os elementos que constituem o pensamento antinômico.

Quadro 19 – Relação Antinômica dos Enfoques de Relações Públicas

Relação Antinômica dos Enfoques de Relações Públicas	
Estrutural – com olhar para as demandas internas da organização.	Psicossociológico – com olhar para o cenário externo da organização.
Administrativo – com olhar voltado para o conflito entre os sujeitos.	Comunicacional – com o olhar voltado para a compreensão mútua entre os sujeitos.
Filosófico – com olhar voltado para as relações humanas do contexto.	Político – com olhar voltado para as relações de poder do contexto.
Mercadológico – com olhar voltado para as demandas de marketing.	Personalístico – com olhar voltado para o contato da empresa.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Simões (1993) e Quintana Cabanas (2002).

Aproximando os elementos que selecionamos do pensamento antinômico e dialógico de Quintana Cabanas (2002) com os enfoques teóricos de Relações Públicas de Simões (1993), podemos dizer que as possíveis antinomias são caracterizadas entre as diferentes facetas e atuação do profissional na sociedade, não existindo uma esfera melhor – ou mais correta – que a outra. São relações sistêmicas aderentes à prática do profissional na sociedade, que podem compor um novo dimensionamento teórico para a

prática.

Inicialmente, caracterizamos a disputa entre o enfoque estrutural que demanda o olhar para os públicos internos, e o psicossociológico que enfatiza o público externo³⁷. Na sequência nos parece possível mediante a antinomia do enfoque administrativo, voltado para o conflito, e o comunicacional focado na compreensão mútua entre os atores envolvidos. As antinomias também estão presentes quando relacionamos o enfoque filosófico, que demanda as relações humanas e sociais, e o político, que enfatiza as relações de poder e o enfoque mercadológico, com a perspectiva do marketing na atuação de Relações Públicas, e o personalístico, caracterizado pela institucionalidade da prática da área.

As antinomias trazidas para o campo das Relações Públicas podem estar ancorados na perspectiva sistêmica (LUHMANN, 2016). O pensamento sistêmico luhminiano embasa-se na configuração de sistemas abertos e fechados, que se alternam mediante as irritações. Há também uma possível correlação do pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) com o pensamento sistêmico, pois o pedagogo espanhol dialoga com sua teoria entre os polos extremos de uma relação, tal qual preconiza o paradigma sistêmico.

Em nosso percurso teórico da prática de Relações Públicas – focado pela Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993, 1995, 2001, 2009), ancorados pelo pensamento sistêmico (LUHMANN, 2016) e pelo pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002), recoaremos à autopoiese (MATURANA & VARELA, 2001). Apoiados na visão biológica do conhecimento, estes autores trabalham o fenômeno do movimento autopoietico para entender que a mudança de um *status quo* provoca uma ressignificação no contexto. Este raciocínio pode ser enfatizado com a argumentação que formulamos como premissa: ao admitir/reconhecer as antinomias do ambiente sistêmico, o profissional de Relações Públicas pode produzir novos conhecimentos, por meio do movimento autopoietico.

Para explicitarmos o exercício a que nos propomos, apontamos primeiramente os aspectos relacionados aos enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) da função política. O primeiro enfoque que abordamos dizia respeito a uma atuação profissional em níveis gerenciais da administração das organizações, atuando em cargos de gestão e apoiando

³⁷ Destacamos que esta divisão de públicos – externos e internos – reflete o pensamento de Simões (1993), ancorado ainda pela perspectiva de Andrade (1983) na tipologia de públicos. Na contemporaneidade, entendemos que este critério geográfico não sustenta mais as demandas organizacionais e sociais, no entanto, nos importa colocar esta pauta em discussão na pesquisa de campo.

a alta direção da empresa. Entendemos que estas práticas possam encontrar correlações teóricas com os níveis de estratégia e planejamento de comunicação, conectando o pensamento dos estudos da excelência (GRUNIG, 2011) e da abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2016).

O segundo enfoque diz respeito a uma atuação profissional voltada para a resolução de conflitos, na gestão de crises e controvérsias entre diferentes públicos e pessoas. Estas práticas podem convergir com os estudos de imagem e reputação, aderindo aos pensamentos da função política (SIMÕES, 1995) e dos estudos da excelência (GRUNIG, 2011).

O terceiro enfoque apresentado compreende a atuação profissional voltada para a comunicação interna, focada nas relações humanas e no bem-estar no ambiente organizacional. Destacamos que estas práticas possam estar relacionadas com as questões subjetivas e psicológicas dos atores envolvidos, conectando com o pensamento crítico de Peruzzo (1986), e as premissas filosóficas de Simões (1993) para a atuação em Relações Públicas.

O quarto enfoque articulado está relacionado com a atuação focada nas relações de transparência, necessárias para os relacionamentos organização-públicos. Ressaltamos que nestas práticas há condições de reforçarmos a cultura participativa com os públicos estratégicos e a gestão do relacionamento, por meio da informação. Nesse enfoque identificamos aproximações entre a teoria da excelência (GRUNIG, 2011), com a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009).

O quinto enfoque refere-se à atuação profissional voltada para a compreensão mútua, entre os públicos estratégicos e a organização. Entendemos que estas práticas estão pautadas no/pelo diálogo e a gestão das estratégias de comunicação conectamos então as dimensões da abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2016), e os estudos da excelência (GRUNIG, 2011).

O sexto enfoque articulado refere-se à atuação profissional voltada para a formação da imagem perante a opinião pública, a fim de obter uma boa vontade dos públicos estratégicos. Observamos que estas práticas podem convergir com os estudos da opinião pública, aproximando a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) com os estudos da excelência de Grunig (2011).

O sétimo enfoque também corresponde à atuação profissional com vistas ao caráter mercadológico, focado na aderência com o marketing. Destacamos que estas práticas estão relacionadas com a venda de produtos e serviços das organizações –

mesmo quando não se trata apenas do segundo setor – e, assim estão diretamente conectadas com a comunicação mercadológica da abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016).

O oitavo enfoque está vinculado à atuação profissional voltada para o contato da empresa, isto é, quando o profissional se constitui na interface da empresa com os públicos. Ressaltamos que estas práticas têm relação com a comunicação institucional das organizações com e os seus públicos, especialmente na atenção aos porta-vozes, conectando com a abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2003).

Estas aproximações – que elencamos neste primeiro momento – evidenciam as interlocuções possíveis com as correntes/abordagens teóricas que tratamos neste capítulo. Sob nossa perspectiva, esse momento sinaliza possibilidades para a releitura e atualização da teoria proposta por Simões (1993, 1995; 2001; 2009). A partir das contribuições do pensamento antinômico de Quintana Cabanas (2002), e amparados pela noção de autopoiese de Maturana & Varela (2001), traçamos as situações que podem ter um caráter metodológico para o ensino das teorias de Relações Públicas.

As dinâmicas [elementos] propostas por Quintana Cabanas (2002) podem configurar-se como uma proposta metodológica ao ensino de Relações Públicas. Grohs (2017) discutiu em sua tese de doutorado, uma proposta neste sentido ao propor a aplicabilidade das metodologias ativas no ensino da área de Relações Públicas. Na tese da autora, encontramos um capítulo que faz uma retomada e abordagem do processo de ensino na área de Relações Públicas. A construção da autora é consistente e podemos partir deste olhar para nos auxiliar na discussão sobre a formação acadêmica.

O trilhar metodológico até esse momento requer trazer para a discussão, algumas materialidades, as quais no nosso entendimento, acontecem pela análise das matrizes curriculares, pelas entrevistas em profundidade e pela análise de conteúdos realizadas. No capítulo que se segue detalhamos o percurso para validar o nosso exercício voltado para as possibilidades de releitura e atualização da teoria da função política de Simões (1993), ancoradas na revisão teórica, nas falas dos/das entrevistados/entrevistadas numa perspectiva sistêmica e antinômica.

5 O PENSAMENTO ANTINÔMICO E AS POSSIBILIDADES DE RELEITURA E ATUALIZAÇÃO DA TEORIA DA FUNÇÃO POLÍTICA

No capítulo buscamos materializar os nossos achados no exercício teórico que nos propomos: aproximar a teoria da função política (SIMÕES, 1993) ao pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) ancorado no pensamento sistêmico (LUHMANN, 2016).

Optamos por apresentar os nossos achados e aproximações possíveis em quatro subcapítulos, que consideramos como etapas do nosso percurso. A primeira etapa diz respeito ao lugar da teoria na formação acadêmica, a partir de nossa pesquisa documental com as matrizes dos cursos de Relações Públicas. Correlacionamos a esta análise às contribuições dos entrevistados.

A segunda etapa retoma as correntes teóricas presentes na formação acadêmica em Relações Públicas na contemporaneidade. Partimos da análise das ementas e dos projetos pedagógicos de curso, para estabelecer a perspectiva do arcabouço teórico presente. Estes dados foram discutidos nas entrevistas em profundidade, para correlacionar as convergências das teorias.

A terceira etapa da reflexão aborda as contribuições do nosso objeto teórico – o pensamento antinômico (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2001) – para a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Os achados nos fornecem subsídios para as ponderações que trazemos para a tese, especialmente com a emergência de releituras dos enfoques teóricos apresentados por Simões (1993), os quais podem ser redimensionados.

Na quarta etapa deste capítulo destacamos alguns pontos que consideramos pertinentes ao nosso tema, especificamente das entrevistas com os docentes.

Discutimos cada etapa à luz dos princípios da abordagem sistêmica: a) as relações entre a teoria e a prática na formação acadêmica (**autopoiese**); b) as dinâmicas da teoria orientando a prática (**autorreferencialidade**); c) a possibilidade da reflexão da teoria no cotidiano da prática (**recursividade**); d) a forma como a teoria influencia a prática (**auto-organização**). Com este olhar, pensamos que os subcapítulos a seguir refletem não somente o processo metodológico, mas um constructo para estabelecer a nossa tese: o lugar da teoria aliado às convergências das correntes teóricas são condições significativas para a releitura da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009).

5.1 Lugar da teoria na formação acadêmica

A primeira etapa do percurso da tese privilegia o primeiro macro objetivo, ou seja, discutir sobre a disposição da fundamentação teórica específica de Relações Públicas na formação acadêmica. Tal intenção é relevante para construirmos o arcabouço da nossa releitura da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), e a busca ao campo foi em questionar a possível invisibilidade desta teoria (TAVARES & SILVA, 2021) nos ementários e referências dos cursos selecionados.

Com base no critério de delimitação da pesquisa científica, começamos a análise das matrizes de 56 cursos de graduação em Relações Públicas no País. Os dados coletados são de domínio público, e estão disponíveis nos portais institucionais das universidades (ver APÊNDICE A), caracterizando como cada IES apresenta o seu currículo. Frisamos, portanto, que nesta primeira análise não debruçamos sobre documentos norteadores do trabalho pedagógico de cada curso, mas sim em uma leitura flutuante (BARDIN, 2016) para conhecer as matrizes curriculares.

A primeira percepção de nossa pesquisa documental foi a constatação de uma similaridade das matrizes curriculares. Identificamos que há disciplinas com nomenclaturas iguais e/ou muito aproximadas de forma recorrente nos 56 currículos de graduação em Relações Públicas pesquisados. Outro aspecto que nos chama atenção é a ausência de matrizes e demais informações em algumas instituições: apuramos 9 ocorrências de cursos em atividade – segundo o MEC – mas sem informações nos portais institucionais.

Chamamos atenção para o fato de em 10 ocorrências não ser possível identificar componentes curriculares teóricos, sendo que cinco possuem matrizes iguais, com a simbologia de “mandalas”, num aspecto diferenciado das demais, que merece um destaque pois as IES fazem parte de um mesmo grupo educacional como mantenedora³⁸.

Na sequência, identificamos o campo que nos interessa – como e onde estão dispostos – os componentes teóricos específicos de Relações Públicas e sintetizamos em um quadro (QUADRO 20).

³⁸ Nos referimos aos currículos dos cursos de Relações Públicas da Unifacs em Salvador, da Una em Belo Horizonte, da UAM e USJT em São Paulo, e da UniRitter em Porto Alegre, que são integrantes do grupo Ânima Educação. O modelo acadêmico descrito nos portais como um “ecossistema” é formado por unidades curriculares e proposta metodológica e design educacional distinto dos demais, no que tange à carga horária e disposição curricular.

Quadro 20 – Nomenclaturas Consideradas para Componentes Teóricos

Nomenclatura Componente	Quantidade de Ocorrências
Teorias	23 componentes
Técnicas	13 componentes
Introdução	7 componentes
Fundamentos	5 componentes
História	4 componentes
Estudos	2 componentes
Processos	2 componentes
Comunicação Organizacional	2 componentes
Paradigmas	1 componente
Prática	1 componente
Legislação	1 componente

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Neste quadro alertamos que a totalidade ultrapassa o número de cursos, pois apuramos ser comum os componentes valerem-se de dois ou mais termos citados. Identificamos que em 7 IES, as disciplinas têm o nome de *TEORIAS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS*, e nos demais casos há combinações que denotam outras nomenclaturas possíveis (APÊNDICE A).

Destacamos também a forte incidência das expressões ***Técnicas e Introdução*** que nos trazem indícios para tangibilizarmos o lugar da teoria na formação acadêmica. As nomenclaturas (QUADRO 20) reforçam a noção de que o arcabouço teórico está ligado ao viés instrumental (técnico-operacional) da profissão, e encontrado na fase inicial do percurso acadêmico. O ensino de teorias específicas de Relações Públicas reside, predominantemente, no começo da jornada discente. Ao mesmo tempo que este deslocamento favorece a compreensão dos pressupostos da área nesta fase, inferimos que a teoria poderia estar melhor distribuída no currículo.

Desta forma, reforçamos a primeira noção de similaridade e padronização de componentes curriculares de teoria específica de Relações Públicas, pois há uma predominância de termos/expressões iguais. Com base no princípio da auto-organização da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), acreditamos que as disciplinas teóricas têm a tendência de estarem tipificadas com o termo “teorias”, e em alguns casos associadas com o termo “técnicas”, no entanto é perceptível a organização das matrizes de 23 cursos em contemplarem a teoria na

nomenclatura da disciplina.

Visando atender o segundo macro objetivo, buscamos encontrar o lugar destes componentes curriculares teóricos, ou seja, em qual momento da formação acadêmica esses componentes estão presentes nas matrizes curriculares dos 56 cursos pesquisados inicialmente (QUADRO 21).

Quadro 21 – Lugar dos Componentes Teóricos de Relações Públicas

Semestre da Formação Acadêmica	Quantidade de IES
1º Semestre	22 cursos
2º Semestre	8 cursos
3º Semestre	2 cursos
5º Semestre	1 curso
Dois Semestres Distintos	4 cursos
Não Identificado Componente Teórico	10 cursos
Sem Estrutura Curricular no Portal	9 cursos
TOTAL	56 cursos

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Neste quadro sintetizamos a disposição dos componentes curriculares teóricos específicos considerando o processo formativo das matrizes de curso. Apontamos uma predominância da disposição das disciplinas de teorias de Relações Públicas entre o primeiro e o segundo semestre da formação, o que nos traz à mente a ideia de similaridade entre os currículos. Para além da experiência docente do pesquisador³⁹ – um dos contextos iniciais e ponto de partida desta tese – estes dados trouxeram um ponto de atenção para os movimentos de pesquisa subsequentes.

Estes achados revelam alguns aspectos significativos para a pesquisa:

- a) matrizes curriculares similares no que tange às nomenclaturas das disciplinas;
- e,
- b) os componentes teóricos têm uma presença tímida⁴⁰ em relação aos demais, majoritariamente no início da formação acadêmica.

³⁹ Destacamos dois cursos que têm as disciplinas de teorias em estágios mais avançados do curso: a UNISINOS que apresenta o componente no 5º semestre, e a UFSM-SM que o apresenta no 7º semestre. Tratam-se de padrões fora da curva em nossa observação na pesquisa documental.

⁴⁰ Argumentamos o adjetivo “tímida” para a presença da teoria na formação tendo em vista que na maioria das matrizes elas têm apenas uma ocorrência, salvo alguns casos em que existem dois componentes teóricos. Sendo assim, a timidez é uma análise sistêmica nossa, a partir do conjunto de disciplinas das matrizes.

A partir desses achados, a etapa seguinte contemplou a entrevista em profundidade: com a pesquisadora Prof^a. Dr^a. Cláudia Peixoto de Moura (E1). Salientamos que esta etapa ainda contou com a participação dos/das docentes que ministram e/ou ministraram os componentes teóricos.

Buscamos, portanto, na conversa com a professora Cláudia (E1), que é referência no ensino de Relações Públicas, percepções que pudessem nos dar condições de refletir sobre as dinâmicas entre a teoria e a prática na constituição dos currículos da área.

Os recortes das falas da entrevistada estão sintetizados entre as categorias que definimos previamente: teoria e prática. Ouvimos a opinião da pesquisadora sobre a constituição e/ou formação de um currículo, e como podemos refletir sobre os dados que encontramos nesta tese (QUADRO 22).

Quadro 22 – Categorias do Lugar na Teoria

Categoria	Trechos
Teoria	<p><i>A formação acadêmica está vinculada aos professores. Eu penso que os professores são os responsáveis pela elaboração dos currículos. No entanto, nem sempre eles têm apropriação para tal atividade. [E1]</i></p> <p><i>Por exemplo, em uma determinada instituição de ensino eu tenho assim, o aspecto teórico super fortalecido, e em alguns tópicos ela vai ser reproduzida igualmente em outras. [E1]</i></p> <p><i>Quando a gente fala de um currículo que emerge das pessoas, da comunidade, enfim, de todos os envolvidos, significa um olhar consensual do currículo, um olhar mais abrangente, um olhar mais crítico, onde eu consigo ver no outro a possibilidade de complementar o que eu falo. Mas isso significa um currículo maduro. [E1]</i></p> <p><i>O que eu vou te dizer em relação às diretrizes, elas estão coladas no currículo mínimo. Então esta história do currículo, ela está muito marcada por uma fundamentação. [E1]</i></p>
Prática	<p><i>Na minha opinião, muitas vezes a realidade do entorno não é considerada na elaboração de um currículo. [E1]</i></p> <p><i>Esta reprodução, embora esteja no papel, não garante uma qualidade no processo de ensino-aprendizagem. [E1]</i></p> <p><i>Quando as pessoas vão fazer os currículos, elas se juntam lá no NDE, e acabou, não é assim mesmo? [E1]</i></p> <p><i>A área de relações públicas foi incluída como disciplina dentro com o jornalismo inicialmente e depois, então, à medida que foi passando o tempo, ela foi criando corpo, vamos dizer assim, né? [E1]</i></p> <p><i>Eu acho ruim colocar teorias no primeiro semestre ou no segundo, porque as pessoas não percebem ou não tem condições, muitas vezes, de</i></p>

	<p><i>entender a teoria que está ali sendo tratada. [E1]</i></p> <p><i>Os professores precisam ter a facilidade com experiências, vivências, e que tenham propostas interessantes de práticas para que os alunos entendam como funciona, né? [E1]</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O quadro 22 apresenta fragmentos da entrevista com a pesquisadora, especialmente no que tange aos currículos de Relações Públicas e seus processos de formação e/ou constituição. Na primeira categoria evidenciamos suas opiniões relativas à **Teoria**, para a organização e construção de um curso de Relações Públicas.

Na segunda categoria – **Prática** – registramos suas percepções referentes à organização dos currículos. Neste momento, entendemos que a experiência e trajetória de pesquisa são os argumentos que nos embasam para a reflexão. Identificamos dinâmicas antinômicas neste processo, especialmente entre o ser e o fazer da construção curricular. As entrevistas com os/as docentes – identificados como R1, R2, R3 e R4 – abordaram os componentes teóricos de Relações Públicas, visando sustentar nossa reflexão sob a ótica do pensamento antinômico.

Ao analisarmos os trechos das entrevistas e, ancorados nos princípios da abordagem sistêmica, traçamos quatro aspectos de reflexão: a) a reprodutibilidade dos currículos; b) a predominância da teoria no início da formação; c) o descompasso da relação teoria e prática; d) a fragilidade da teoria na formação acadêmica⁴¹.

A nossa constatação inicial de similaridade de nomenclaturas entre as matrizes curriculares, reforçada pelo lugar dos componentes teóricos específicos – início da formação acadêmica – reforça uma característica de padronização dos cursos. O princípio da **auto-organização** da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) corrobora a noção da influência da teoria na prática.

Este aspecto é reforçado nas nossas entrevistas em profundidade com os relatos de que os currículos tendem a ser “reproduções de boas práticas” de outras Instituições. As falas da pesquisadora trazem a preocupação com a construção das matrizes curriculares, revelando um estudo não estruturado para a composição do currículo. Podemos pressupor, então, que os currículos tendem a ser duplicados, sem uma discussão aprofundada entre os pares envolvidos das comunidades acadêmicas.

⁴¹ Entendemos que a fragilidade da teoria na formação acadêmica é um aspecto interessante e pertinente para novas produções científicas que reflitam sobre esta temática. Em nossa tese, intentamos aprofundar esta discussão, mas registramos a importância deste achado para a pesquisa científica do ensino das Relações Públicas.

Este olhar curricular mais conteudista, pragmático e sistematizado, está ancorado em um modelo tradicional de ensino, não reconhecendo o viés antinômico defendido por Quintana Cabanas (2002). A visão de uma educação mais transversal, dialógica e sistêmica, defendida pelo pedagogo espanhol, fica mais inatingível e desafiadora neste modelo de estruturação curricular. Os cursos de Relações Públicas, regidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), têm muitos desafios na formação, e poderiam utilizar das suas prerrogativas para que cada IES fizesse valer a sua autonomia para pensar e refletir sobre qual a melhor proposta de formação acadêmica para sua comunidade.

Aliamos a este fato o segundo aspecto desta reflexão: os componentes teóricos estarem, predominantemente, no início da formação acadêmica. De acordo com o princípio da **recursividade** (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), a reflexão da teoria na prática é um viés significativo para a formação acadêmica. No entanto, amparados nas falas dos docentes, percebemos que algumas IES costumam promover estudos de adaptação e reformulação dos seus projetos pedagógicos de curso, e em alguns casos inverter a fase das disciplinas teóricas.

Os currículos pesquisados nos 7 cursos de IES públicas - têm a proposta da relação teoria e prática ao longo da sua estrutura curricular. Salvo algumas adaptações regionais, o intuito é privilegiar um ensino voltado para a teoria e posteriormente para a prática. Neste sentido, os documentos normativos de cada IES indicam os componentes curriculares responsáveis por este processo.

No entanto, pelas falas dos/as docentes, uma das dificuldades encontradas é conectar os diferentes conteúdos/componentes de outras disciplinas do Curso para a promoção de um trabalho articulado e integrado. É como se os/as estudantes saíssem de uma “caixa” (disciplina e/ou componente) e caíssem em outra caixa, com um docente com visão teórica diferente, em outra perspectiva para o ensino. Em nossa entrevista com a pesquisadora este assunto também foi abordado, pois é uma missão para os cursos integrarem e conectarem os/as docentes nesta perspectiva integrada da formação.

Outra fala que registramos é a ‘fuga’ (grifo nosso) de muitos docentes do componente curricular de teorias, pois segundo uma docente entrevistada, a disciplina de teoria nem sempre cativa e estimula o docente. É provável que o déficit da educação básica para a teoria e a reflexão possa ser um dos indícios para este fenômeno, mas, de fato é um aspecto a ser observado e pesquisado com maior detalhamento.

No entanto, destacamos que um dos aspectos mencionados – e que se constitui em um grande desafio - pelos/as docentes a dificuldade em educar os/as discentes com olhar apurado para a teoria – neste estágio inicial da formação. Segundo os/as docentes, nem sempre o/a estudante terá capacidade, em virtude da maturidade, para apropriar-se da teoria no primeiro ano de formação, e que poderá constituir-se num déficit ao final da formação.

Seguindo nesta linha, nos deparamos com outro aspecto relevante para a reflexão desta etapa: o descompasso entre a teoria e a prática. O princípio da **autorreferencialidade** retoma a ideia de que a teoria pode orientar – e referenciar – a prática, nos termos da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001).

Nem todas as IES deixam claro nos documentos pedagógicos o trabalho docente voltado ao contato e conexão das abordagens pedagógicas nos/dos componentes curriculares. Em uma das falas, a docente deixa claro que as disciplinas não são “propriedades” de um professor, e que por vezes, o corpo docente “alterna” a aplicabilidade anual da disciplina. A formação docente – integrada e contínua – talvez seja uma oportunidade para amenizar este desafio.

Nas observações dos/as docentes entrevistados/as também fica evidente que os componentes curriculares nem sempre são integrados e trabalhados coletivamente pelos pares. As perspectivas teóricas e práticas dos professores, por vezes divergentes, fomentam este descompasso, acentuando-se à característica de um currículo – predominantemente facetado. Estes cenários, combinados, estimulam a dificuldade da autorreferencialidade entre a teoria e a prática, na formação acadêmica.

O último aspecto da nossa reflexão diz respeito ao lugar frágil da teoria na formação acadêmica. Em nossa leituras dos projetos pedagógicos das sete IES delimitadas, identificamos a preocupação nos documentos em buscar a integração de ambas as esferas. Os documentos dedicam-se a traçar alternativas e caminhos para que a teoria esteja diretamente conectada com a prática.

Contudo, nesta mesma fase, ao estudarmos os ementários, constatamos que nem todos os autores de referências teóricas estão nas disciplinas práticas, por exemplo. Não identificamos a bibliografia de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) nos componentes práticos das IES pesquisadas, a título de exemplo. Isto nos faz pressupor que há uma fragilidade neste processo. E esta presunção é acentuada na fala dos/das docentes: os cursos têm disciplinas teóricas no início do curso, e uma sequência de componentes

práticos, sendo que a conexão entre eles depende do trabalho coordenado docente.

Entendemos que esta disposição curricular coloca a teoria específica da área num momento frágil da formação acadêmica – o seu início. Nem sempre o discente terá maturidade para se apropriar da teoria nesta fase do curso, como mencionado, e isto implica em dificuldades na capacidade de compreensão teórica para refletir a prática.

A relação teoria e prática também constitui um desafio no ensino dos componentes teóricos, segundo os relatos dos/das docentes. No entanto, para que estas metodologias atendam aos seus objetivos, os/as docentes relatam que ficam à mercê do repertório e maturidade dos/das estudantes. Nem sempre uma situação prática conseguirá ser apropriada e refletida no início de curso, e determinadas situações-problema, por exemplo, serão melhor entendidas por discentes mais próximos da conclusão. Esta percepção também adquirimos em nossa experiência docente, especialmente em componentes teóricos específicos.

Em nossa proposta de releitura e atualização da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), a primeira etapa foi identificar o lugar desta dimensão na formação acadêmica, nos cursos de graduação em Relações Públicas no Brasil. Alertamos que a nossa motivação para este objetivo nasce no fenômeno de fechamento de cursos expostos por Ferrari e Martins (2018), e nossos apontamentos – mesmo não sendo contemplados pelas autoras – podem ser um vetor de influência, estabelecendo relações de causa e efeito nestes dados. O nosso levantamento inicial mostra um aumento de abertura de cursos, contudo, para além do critério de quantidade, ponderamos o fator qualitativo nestas novas ofertas.

Nesta primeira etapa da tese, mencionamos indícios de um (re)análise na formação/organização do processo curricular, privilegiando a teoria e a prática, em vistas de criar ambientes mais sistêmicos para a aprendizagem e formação acadêmica em Relações Públicas. No próximo subcapítulo discutimos as correntes teóricas predominantes a partir dos achados da nossa pesquisa de campo.

5.2 Correntes/Abordagens teóricas predominantes

A segunda etapa do percurso da tese privilegia o segundo macro objetivo, centrado em mapear as correntes teóricas dominantes nos componentes curriculares teóricos de Relações Públicas na formação acadêmica. Esta intenção é relevante para apurarmos a presença – ou não – da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995;

2001; 2009) no ensino de graduação da área.

De acordo com o critério de delimitação da pesquisa, nos debruçamos sobre 7 (sete) ementas de disciplinas teóricas específicas de Relações Públicas, juntamente com os projetos pedagógicos de curso, disponibilizados nos portais institucionais das IES (APÊNDICE B). Estes documentos nos trazem indícios referentes à materialidade das bases teóricas nos componentes teóricos, e das interlocuções – teoria e prática – presentes na formação acadêmica.

Em nossa investigação, as ementas e os projetos pedagógicos de curso configuram-se no ponto de partida para as conversas nas entrevistas em profundidade, em que abordamos sobre as correntes teóricas – e os seus autores de referência – que estão presentes nas bibliografias sinalizadas nos componentes curriculares.

Neste levantamento, relacionamos os/as autores/as que tiveram maior incidência nas bibliografias básicas. Este dado – consolidado a partir das sete ementas – nos apresenta autores/as de referência que fornecem a base para o ensino de graduação em Relações Públicas (QUADRO 23).

Quadro 23 – Autores de Referência dos Componentes Teóricos

Autor(es)	Quantidade
SIMÕES, Roberto Porto	9
KUNSCH, Margaria Maria Krohling	7
FORTES, Waldyr Gutierrez	5
GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio	5
ANDRADE, Cândido Teobaldo de Andrade	3
GRUNIG, James	2
CESCA, Cleusa Gimenes	2
FARIAS, Luiz Alberto	2
PERUZZO, Cicília Krohling	1
OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila	1
MOURA, Cláudia Peixoto de; FOSSATI, Nelson	1
FAUTO NETO, Antônio	1
SILVA, Sandro Takeshi Munakata da	1

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O quadro retrata as bibliografias básicas que encontramos nos ementários dos

componentes curriculares teóricos específicos das 7 IES pesquisadas. Constatamos que algumas obras são basilares nas ementas analisadas, e nas observações dos/as docentes entrevistados/as são reforçadas, como: “*Relações Públicas: função política*” (SIMÕES, 1995); “*Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamento*” (GRUNIG, 2009); e “*Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas*” (KUNSCH, 2009).

Quando analisamos os ementários das demais disciplinas dos 7 (sete) cursos de Relações Públicas analisados, contabilizamos a incidência dos/as autores/as em todo o documento do projeto pedagógico de curso de cada IES (QUADRO 24).

Quadro 24 – Incidência de Autores de Referência nos Ementários

Autores/IES	Kunsch	Simões	Peruzzo	Grunig
UFRGS	27	6	2	2
UFMG	20	0	0	2
USP	23	1	2	7
UFSM – SM	20	4	3	4
UFAM	36	5	2	4
UFMA	8	5	3	2
UFSM-FW	28	2	2	5

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Cabe-nos mencionar a alta ocorrência da pesquisadora Margarida Maria K. Kunsch (KUNSCH, 2003; 2009; 2016), que nos apresenta a abordagem da comunicação organizacional integrada. Um aspecto importante das altas ocorrências da autora é a sua presença em disciplinas ao longo de todo o curso, de caráter teórico, e especialmente nas práticas.

Com relação aos/as demais autores/as, entendemos que as variações estejam mais relacionadas às questões regionais de cada IES, e suas perspectivas teóricas. No que diz respeito à Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) – nosso foco de estudo – está presente nas instituições pesquisadas, com exceção da UFMG. Outro ponto interessante foi a tímida presença da autora de referência da abordagem crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998, 2013) em componentes teóricos. A participação da autora está identificada em casos práticos relacionados às questões sociais e comunitárias.

Estes achados nos permitiram sistematizar alguns pontos relevantes para a pesquisa em curso:

a) equilíbrio das teorias no trabalho pedagógico dos professores, apesar da invisibilidade de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) e Peruzzo (1986; 1998; 2013) nos componentes práticos⁴²;

b) a comunicação integrada é uma abordagem teórica com forte presença nas disciplinas práticas;

c) a Teoria da Função Política tem destaque na fase teórica do curso;

d) os estudos da excelência é uma teoria aplicada, com inserção global, mas demanda contextualização;

e) a abordagem crítica e humanista é emergente no contexto atual, e tem conexões com as demais vertentes.

Uma primeira observação é a presença da Teoria da Função Política nos documentos, por meio das obras de Simões (1993; 1995; 2001; 2009). Presumimos, portanto, que a sua teoria está presente nesta fase da formação acadêmica. No entanto, ao aprofundarmos mais a busca, não identificamos registros da sua participação em outros componentes do curso, especialmente os de caráter prático.

Na entrevista com a pesquisadora procuramos buscar as percepções sobre a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), pois integrou e acompanhou os desdobramentos da teoria em suas pesquisas. E a visão que obtivemos foi de que:

*Eu arriscaria, ainda assim, o Simões, que tem toda uma construção teórica, não propriamente metodológica, mas ele tem uma construção teórica, que permite que a gente diga que esta é realmente uma teoria brasileira mesmo. [...]
Em relação ao final da carreira do Simões, ele se preocupou muito com a informação, a questão da informação, porque ele se deu conta que tudo partia dela, quer dizer assim, se tu vais pensar, o homem tinha uma era visionária, porque a ciência de dados. A questão da informação na teoria de Simões ficou inacabada. (ENTREVISTADA 1)*

Esta fala nos confirma a premissa da possibilidade na releitura e/ou atualização da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). No entanto, nas

⁴² As teorias e abordagens/correntes teóricas podem ser melhor posicionadas e distribuídas ao longo da formação acadêmica, equilibrando assim o arcabouço que sustenta as práticas e a constituição da atuação em Relações Públicas para a sociedade brasileira.

entrevistas com os docentes de componentes teóricos específicos discutimos sobre a presença das correntes/abordagens predominantes na formação acadêmica. As falas estão organizadas ao final da tese (APÊNDICE E), mas registramos aqui os trechos que nos parecem relevantes para o nosso segundo macro objetivo da tese (QUADRO 25).

Quadro 25 – Categorias das Correntes Teóricas

Categoria	Recorte das Falas
Comunicação Integrada	<p><i>Por exemplo, na disciplina de teoria das relações públicas, a comunicação integrada está? Porque eu já percebi que ela é bastante trabalhada, e tem tantas outras disciplinas. [R1]</i></p> <p><i>Ninguém passa pelas turmas de RP sem estudar Margarida Kunsch, principalmente, porque é a visão de Relações Públicas. É bem aplicada, e não é só teórica, é uma teoria que a gente consegue aplicar desde a época daquele livro amarelo, obtendo resultados em relações públicas. [R2]</i></p>
Função Política	<p><i>A questão da teoria do Simões, porque quando a gente está falando em conflito, né? Ele mesmo coloca, é a função que a gente tem de tentar diminuir. É. Os níveis de conflito dentro da organização, porque muitas vezes os conflitos são decorrentes de mal-entendidos. [R3]</i></p> <p><i>Acho que a gente está é, deveria estar num processo de um repensar, né? De repensar, apesar de que é, eu acho que o enfoque dos Simões nunca esteve tão atual como ele está nos dias de hoje, né? Eu acho que ele é atualíssimo. Nós estamos num contexto muito vulnerável, com muita mudança, e a questão política é que não é tratada no curso, né? O que é política? O que é fazer política? O que isso tem a ver com negociação, né? [R4]</i></p>
Estudos da Excelência	<p><i>A gente precisa ver a organização se comportar como o seu discurso diz, né? Ele fala muito disso, então por isso que quando no quarto modelo ele fala da compreensão mútua né? Ou seja, esse equilíbrio de interesses e quando o público vê realmente que a organização está fazendo a sua parte, né? [R4]</i></p> <p><i>Eu voltaria a questão da excelência, né? Por que quando você fala da atuação profissional, eu vou para o enfoque crítico que é formar um ativista organizacional, né? Esse ativista organizacional, ele tem que estar alinhado com as estratégias da empresa, mas ele também tem que estar alinhado com o contexto, né? [R4]</i></p>
Crítica e Humanista	<p><i>Outra teoria que eu acho bem legal, e que eu acho que é o nosso futuro, é o futuro de Relações Públicas no Brasil hoje, que deixou de ser mercadológico para ser mais social, e aí nesse sentido, eu acho que a Cícilia Peruzzo tem um papel muito importante nas teorias da área. [R3]</i></p> <p><i>E, para pensar nessa visão crítica, eu uso muito é a Peruzzo, especialmente para falar da parte humanística das relações comunitárias. Da importância disso, quando a gente vai falar das várias áreas de trabalho, principalmente na disciplina do primeiro período, quando a gente vai dar uma contextualizada para as</i></p>

	<i>relações públicas, principalmente para falar da importância dos vários mercados de trabalho e tal, então, Peruzzo com certeza entra quando a gente vai falar de relações públicas comunitárias.</i> [R2]
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O quadro nos apresenta trechos das falas dos/das docentes entrevistados a partir das correntes/abordagens teóricas predominantes na formação acadêmica em Relações Públicas. Esta coleta ocorre no momento em que dialogamos sobre como os professores enxergam a presença destes autores em suas trajetórias pedagógicas em sala de aula.

Organizamos em quatro categorias, sendo uma para cada corrente/abordagem teórica, equivalente aos autores fundantes que identificamos nos ementários dos projetos pedagógicos de cursos analisados. Interessante pontuarmos que as quatro vertentes são citadas nas falas dos/das docentes, não correlacionando a presença [ou não] nas bibliografias básicas.

Apoiados em Bardin (2016), as codificações iniciais foram categorizadas de acordo com as relações com cada corrente teórica, ao longo das coletas, buscando apoiar nossa reflexão nesta etapa. Nossa análise emerge da convergência e aproximação entre as diferentes vertentes, e as relações no processo de ensino-aprendizagem na formação acadêmica de Relações Públicas.

Esta primeira impressão nos remete à analogia do princípio de **autopoiese** da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), em que a teoria e prática estão diretamente relacionadas. Os relatos dos/das docentes orientam que a teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) pode ser considerada uma das bases da prática de Relações Públicas. A noção das relações de poder e da perspectiva sistêmica dos ambientes organizacionais são conceitos perenes desta corrente.

O mesmo fenômeno observamos na abordagem crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013), especialmente pelas demandas sociais e dos direitos humanos que a atual geração de profissionais encontra no mercado de trabalho. No entanto, estas vertentes/abordagens teóricas têm uma presença tímida e frágil em todo o processo da formação acadêmica.

A categoria que denominamos para a comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016), de acordo com os relatos dos/das docentes, são predominantes durante as disciplinas práticas da formação em Relações Públicas. Esta vertente teórica também é

revelada com um caráter de aplicabilidade muito considerável, e talvez por isto, seja a mais reconhecida pelos/as estudantes. Ponderamos também, que se trata de uma bibliografia presente em um considerável número de componentes curriculares do curso.

Para além desta perspectiva, o fato de ser uma abordagem teórica reconhecida nas outras áreas da comunicação social, também contribui para a maior disseminação das propostas de Kunsch (2003; 2009; 2016).

Os/as docentes relatam que os componentes práticos se valem das propostas da abordagem da comunicação integrada para estruturarem o seu processo de ensino. Esta metodologia está presente no ensino das disciplinas, e referencia a prática profissional. Trata-se, portanto, de uma corrente/abordagem teórica com presença consistente na formação acadêmica de Relações Públicas.

Esta mesma característica não observamos ao apurarmos a Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), pois apesar de a identificarmos nos componentes teóricos – e sejam bem argumentados pelos/as docentes entrevistados/as – não a identificamos nas disciplinas práticas. Durante as entrevistas, ficou claro que os textos da obra de Simões são de difícil assimilação, por parte dos/das estudantes.

Contudo, a pesquisadora entrevistada afirmou que a Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) é uma teoria inacabada, pois o professor Simões não teve tempo hábil em sua carreira acadêmica para desdobrar os estudos. Ressaltamos ainda, a constatação de que no final da sua prática de pesquisa, o autor estava centrado no estudo da informação – como vetor chave e fundamental da vertente teórica. As relações de poder seriam e/ou estariam constituídas pelo acesso/domínio/gestão da informação.

A base da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) seria a informação – ou melhor o tratamento e a sua circulação – nos ambientes e cenários organizacionais. Décadas após, vivemos dias em que a sociedade luta contra a desinformação, o que nos denota a característica visionária da pesquisa de Simões (1993). Discutimos hoje – em diversos espaços acadêmicos – que a informação é um poder na gestão das/nas organizações. Em face deste argumento, conectamos esta vertente ao princípio da **recursividade** da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001). Entendemos que a possibilidade da reflexão da teoria na prática é um fator considerável e significativo na Teoria da Função Política, pois a dificuldade de assimilação pode estar relacionada com a reflexividade da prática.

Os/as docentes reforçam que a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) é uma base consistente para a reflexão da prática de Relações Públicas,

especialmente por ter sido uma vertente construída a partir do exercício da área na sociedade. Para a pesquisadora, essa teoria é a mais consolidada da atividade, mesmo que talvez não seja devidamente conhecida e/ou difundida nos cursos de graduação ao redor do País.

Além destes argumentos, também observamos características sistêmicas (LUHMANN, 2016) convergentes com a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). A noção de que as Relações Públicas atuam em um subsistema, com nuances de sistemas por ora abertos e por ora fechados, conecta-se diretamente com a teoria dos sistemas sociais. Pressupomos então, que a prática profissional demanda competências sistêmicas, com apurada análise de cenários.

Nesta etapa da pesquisa também aproximamos essa teoria com os estudos da excelência (GRUNIG, 2003; 2011; 2013), que tem conexão direta com a teoria situacional. Esta vertente, por sua vez, é considerada pelos/as docentes como uma teoria aplicada, de inserção e alcance global, que demanda, em primeiro lugar, um bom entendimento do contexto.

Com base nos achados da pesquisa, admitimos que a aplicabilidade dos estudos da excelência (GRUNIG, 2003; 2011; 2013) são distintos a considerar a localidade e/ou região em que a organização está inserida. Desta forma, não podemos considerar que a leitura da realidade europeia seja igual à brasileira, e neste sentido, a visão sistêmica (LUHMANN, 2016) ganha força e conexão com esta teoria, pois o ambiente social, econômico e político são cruciais para o entendimento de cada situação à luz do pensamento excelente.

Os pressupostos da excelência também fazem parte e estão presentes na formação acadêmica de Relações Públicas no Brasil. Os/as docentes alertam, que apesar de ser uma vertente estrangeira, ela tem aderência em nosso ensino pelo seu poder de aplicabilidade. A nossa discussão ficou centralizada nesta percepção em função dos modelos propostos para a prática. Frisamos, inclusive, que estes modelos sustentam o trabalho desta teoria nos componentes práticos dos cursos.

Os estudos da excelência começam a ser difundidos no Brasil a partir da pesquisa de Ferrari (2011), apresentados pelo professor James Grunig, e desde então, passou a se tratar de uma bibliografia recorrente nos ementários dos cursos de Relações Públicas. A crítica sob a utopia da harmonia e da excelência (TAVARES, 2018) é superada nesta pesquisa, com o olhar situacional e de aplicação teórica. Os/as docentes revelam que os conceitos da vertente estão próximos da realidade dos/das estudantes, o que facilita a

assimilação e o trabalho pedagógico cotidiano.

Em nossa quarta categoria de análise desta etapa discutimos a abordagem crítica e humanista (PERUZZO, 1986, 1998, 2013), e sua emergência social na contemporaneidade. Os/as docentes foram enfáticos neste ponto: os textos de Peruzzo são uma força motriz para o diálogo das Relações Públicas com a comunicação pública, comunitária e do terceiro setor.

O olhar apurado – e crítico – sobre a prática de Relações Públicas, ainda na década de 80, sempre foi trabalhado nos cursos do País. Contudo, sem dúvida alguma, a emergência da temática tem alçado a teoria crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013) a postos de maior relevância no meio acadêmico. A possibilidade mais evidente seja um olhar mais atento da sociedade às questões de direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça entre os atores da nossa sociedade.

Em nossa análise, fica perceptível também a possibilidade de aproximação da abordagem crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013) com as demais vertentes, especialmente na questão que tangencia a situacionalidade dos fenômenos. Neste sentido, ao conduzir uma ação de Relações Públicas, entender sobre os atores envolvidos – e especialmente os seus contextos sociais – podem ser diferenciais para o sucesso (ou fracasso) da iniciativa.

Ancorados na abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) entendemos que as duas últimas vertentes – estudos da excelência e abordagem crítica humanista – representam o princípio da **auto-organização**, em que a teoria influencia a prática no processo da formação acadêmica. As características destas vertentes nos fazem refletir sobre o quanto podem influenciar os olhares e perspectivas dos/das estudantes, pesquisadores, profissionais e professores na aplicabilidade da teoria na prática.

Neste sentido, também ponderamos a possibilidade de convergências e conexões entre elas, a ponto de constituírem e formarem novas perspectivas para o olhar teórico da prática de Relações Públicas. As características de interdisciplinaridade de ambas as vertentes nos dão subsídios para esta possibilidade. Os modelos e a visão da cultura participativa (GRUNIG, 2003; 2011; 2013) aliados aos olhares da participação social (PERUZZO, 1986; 1998; 2013) acionam possibilidades de entendimento e constituição da aprendizagem na formação acadêmica.

Este processo pode estar relacionado também à comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016) e à Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009),

pois nesta fase identificamos possíveis conexões entre as correntes/abordagens em nossa pesquisa de campo.

Este olhar conecta-se – fundamentalmente – com o pensamento antinômico que encontramos em Quintana Cabanas (2002), e que na tese aliamos ao campo das Relações Públicas. Pensamos neste momento, que pode haver uma teoria antinômica de Relações Públicas – e da comunicação – a partir da visão sistêmica e situacional dos fenômenos da nossa grande área.

5.3 Contribuições do pensamento antinômico para a função política

A percepção que apuramos na segunda etapa da tese nos conduz para este momento em que nos debruçamos no macro terceiro objetivo, centrado em evidenciar a visão dos enfoques teóricos de Relações Públicas (SIMÕES, 1993). Nossa reflexão emerge dos dados coletados quando da realização das entrevistas em profundidade.

Contudo, antes desta análise é importante voltarmos para a coleta das ementas dos componentes teóricos em Relações Públicas. As sete ementas estudadas nos dão indícios significativos para traçar o perfil das disciplinas, suas funções e suas perspectivas no processo da formação acadêmica.

Retomamos o lugar da teoria que apresentamos na primeira etapa da tese: o início da formação. Em todas as ementas (APÊNDICE B) as correntes/abordagens estão diretamente ligadas com a história, os processos e técnicas da área, construindo não apenas um panorama, mas a base das Relações Públicas aos discentes. Temos então um desafio constituído: o currículo enquadra a teoria descolada da prática, ao mesmo tempo que é necessário que o/a docente a correlacione na sua prática cotidiana.

Na entrevista com os/as docentes apresentamos os oito enfoques teóricos da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993) que traduzimos em dinâmicas e práticas do profissionais de Relações Públicas (APÊNDICE H). As respostas coletadas faziam correlação direta com as vertentes teóricas apresentadas anteriormente na técnica de coleta, fazendo com que os professores refletissem as teorias nas práticas apresentadas.

Neste momento das entrevistas com os/as docentes refletimos sobre as situações cotidianas da prática de Relações Públicas, e as convergências e divergências com as correntes/abordagens teóricas que constatamos como predominantes anteriormente. Pontuamos oito dinâmicas que estão relacionadas com os enfoques teóricos de Simões (1993), evidentemente sem que houvesse uma identificação com este elemento da

teoria.

A correlação feita aos enfoques foi com base na articulação e diálogo com as demais correntes/abordagens teóricas predominantes na carreira. Cada dinâmica proposta por Simões (1993) foi refletida com base nas experiências docentes e de pesquisa acadêmica dos/das docentes. Cabe-nos chamar a atenção de que todos/as entrevistados/as reconhecem a teoria da função política e a obra de Simões, mas ao pensarem a prática profissional a correlacionam com as demais vertentes.

As dinâmicas, segundo os/as docentes, ainda são passíveis de interlocução com duas ou mais correntes/abordagens constituindo com a visão sistêmica que recorremos na pesquisa (LUHMANN, 2016). As correntes/abordagens teóricas de Relações Públicas têm caráter interdisciplinar, e neste aspecto, podem estabelecer sinergias para a reflexão de situações profissionais. Pensamos, portanto, que ao invés de uma vertente, cada enfoque pode ser ampliado para uma visão holística com as demais vertentes.

A nossa primeira constatação é de que os enfoques teóricos de Simões (1993), construídos na/pela Teoria da Função Política, têm necessidades de releituras e atualizações. As respostas dos/das docentes foram na linha de interlocução de cada prática com o cotidiano acadêmico, tanto de sala de aula como de pesquisa científica. Os dados evidenciam que há possibilidades de atualizações dos enfoques, especialmente conectando-os a outras matrizes teóricas, como podemos observar a seguir (QUADRO 26).

Quadro 26 – Atualizações dos Enfoques Teóricos de RP

Enfoque	Síntese da Atualização
Estrutural	Este enfoque que alia a prática de Relações Públicas à gestão das organizações teve indicações para correlação com a comunicação integrada e os estudos da excelência, pois as duas teorias dão sustentação para a posição política do profissional dentro do contexto organizacional, traduzindo possíveis habilidades necessárias para o egresso. Destacamos nas falas dos professores os modelos de excelência apresentados por Grunig (2009).
Administrativo	Este enfoque que visa administrar o conflito em busca da harmonia foi considerado propício para o trabalho com a função política pelos docentes. No entanto, ele abre caminhos possíveis para os estudos de reputação na perspectiva de uma comunicação mais integralizada

	na organização, conectando com as dimensões de Kunsch (2016) para o processo da comunicação organizacional.
Filosófico	Este enfoque que apresenta as relações humanas em prol do bem-estar foi associado pelos docentes com a comunicação interna discutida por Kunsch (2003) dentro do mix da comunicação integrada. No entanto, os professores reforçaram o viés da teoria crítica e humanista (PERUZZO, 1986; 1998; 2013) como atenção especial do público em detrimento dos interesses da organização. Os objetivos corporativos devem, portanto, ter um cuidado olhando para os interesses individuais e subjetivos.
Político	Este enfoque voltado para as relações de transparência da organização com os públicos foi correlacionado pelos docentes com a teoria sistêmica e a perspectiva crítica. A atuação política se dá a partir de sistemas abertos e fechados na relação das organizações com os seus públicos. A perspectiva crítica dá apoio à alteridade, ao pensar no público para traçar a ação da empresa (PERUZZO, 1986).
Comunicacional	Este enfoque que está ligado com a compreensão mútua foi associado pelos docentes a duas vertentes: a comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016) com o viés operacional e instrumental da prática; e os estudos da excelência (GRUNIG, 2003, 2011, 2013) que orientam a harmonia como a busca do profissional.
Psicossociológico	Este enfoque que alia as Relações Públicas com as teorias da Opinião Pública foi correlacionado pelos docentes com os estudos da excelência (GRUNIG, 2011), especialmente pelo modelo da via de mão-dupla, mas com destaque para o olhar integrado entre o mix da comunicação defendido por Kunsch (2003): o olhar interno, mercadológico e institucional está diretamente ligado para a imagem e reputação perante a opinião pública.
Mercadológico	Este enfoque ligado ao marketing teve uma aderência total com a abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016), pois se trata de uma conexão entre o campo das Relações Públicas e o marketing significativo para a prática.
Personalístico	Este enfoque ligado à imagem do profissional como contato da organização gerou divisão de opiniões entre os docentes. As percepções ficaram divididas como uma presença marcante da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) dada à

	representação institucional, porém a noção de excelência (GRUNIG, 2011) destacada nos modelos auxilia a aplicabilidade da comunicação integrada, especialmente pelas suas dimensões (KUNSCH, 2016).
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O quadro 26 sintetiza nossa coleta de dados com o articulação dos/com os enfoques teóricos com as demais vertentes/correntes. A noção de que não há uma teoria pura, e que especialmente pela perspectiva sistêmica (LUHMANN, 2016), os constructos podem estar interligados fica visível ao analisarmos os relatos dos/das docentes. Todos os enfoques de Simões (1993) têm um caráter interdisciplinar, ou seja, podem – e devem – ser articulados com outras teorias e/ou abordagens, a partir do contexto e da situação do fenômeno em que o profissional estiver trabalhando.

Considerando as respostas dos/das docentes reforçamos a noção de que o/a profissional de Relações Públicas deve ser um analista de cenários e que, ao invés de reproduzir técnicas e ações, necessita pensar e refletir estrategicamente. Desta forma, os enfoques – ao nosso ver – permanecem atuais, porém carecem de articulação/interlocução com as demais vertentes teóricas. Esta base da função política (SIMÕES, 1993) pode ser, portanto, reapropriada para os contextos atuais.

Cabe-nos mencionar que o vídeo que apresentamos e que está detalhado no trilhar metodológico, teve como objetivo propor aos docentes/as docentes entrevistados um momento de reflexão sobre a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), destacando especialmente os enfoques teóricos. O vídeo, portanto, (re)apresenta a Teoria da Função Política como o tema de pesquisa, e assim permitiu que os próximos desdobramentos fossem (re)pensados à luz do pensamento de Simões (1993). Esta condução das entrevistas com os/as docentes nos permitiu entender as opiniões da sobre a necessidade ou não de atualização e/ou releituras dessa teoria.

Também aproveitamos este momento das entrevistas para pontuar nossas aproximações das possíveis relações antinômicas (QUINTANA CABANAS, 2002) com os enfoques teóricos (SIMÕES, 1993). Apresentamos quatro dinâmicas para os/as docentes, para refletirmos sobre a Teoria da Função Política à luz do pensamento antinômico (QUADRO 27).

Quadro 27 – Percepções do Pensamento Antinômico

Temas apresentados	Síntese da Percepção
Públicos (Interno x Externo)	Esta dinâmica recebeu apontamentos dos docentes ligados à perspectiva do olhar crítico e humanista para o olhar atento com os atores que compõem uma organização, seja na perspectiva interna ou externa. A literatura tem a tendência de indicar que o interno seja visto com uma certa prioridade, na opinião dos professores, no entanto há de se pontuar e lembrar da comunicação excelente (GRUNIG, 2011), em favor de uma gestão de comunicação organizacional. É uma dinâmica analisada a partir do contexto, portanto com características sistêmicas.
Compreensão x Conflito	Esta relação obteve percepções claras de identificação com a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), pois emerge do conflito – considerado basilar na prática de Relações Públicas. Os docentes reforçam o viés positivo do conflito, uma vez que ele é inerente ao ser humano e às relações interpessoais. A compreensão utópica, apesar de ser o objetivo constante pelo ponto de vista operacional da profissão, deve ser incorporada pelos discentes como algo recorrente e necessário. É uma dinâmica metodológica que facilita o entendimento desta relação antinômica.
Relações de Poder x Relações Humanas	Esta dinâmica recebeu apontamentos ligados à complexidade de tornar tangível estas questões para os alunos durante o ensino da teoria. Todas as relações humanas são relações de poder, em uma determinada força e medida, e pressupondo isto temos conexão com a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), especialmente nas relações de poder articuladas pela prática de Relações Públicas nas organizações. É uma dinâmica que exige o enquadramento situacional, e de difícil assimilação dos alunos, especialmente no final de curso.
Mercadológico x Institucional	Esta relação obteve percepções claras de identificação com a comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016), especialmente em relação às divisões do mix estratégico da comunicação nas organizações. Contudo, também coletamos apontamentos dos estudos da excelência de Grunig (2011), embora os docentes reforcem que para o olhar da área, o institucional tem mais relevância, por isso articular as duas esferas do jogo é uma compreensão necessária para o ensino da teoria aos alunos.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No quadro 27 sintetizamos as percepções dos/as docentes sobre os temas apresentados. Essa dinâmica oportunizou aos/às docentes que refletissem sobre possibilidades de repensarem as suas disciplinas teóricas à luz das ementas e objetivos dos programas das suas disciplinas.

A dinâmica, portanto, propiciou um novo olhar metodológico para o ensino da

teoria, especialmente a perspectiva teórica específica de Relações Públicas. O diálogo foi permeado pela convergência de todas as correntes/abordagens que pontuamos anteriormente.

Reunimos alguns recortes das falas (APÊNDICE E) e os estabelecemos em duas categorias: a primeira denominada interdisciplinaridade, e a segunda chamada teoria de relações públicas (QUADRO 28).

Quadro 28 – Categorias em Análise

Categoria	Recorte das Falas
Interdisciplinaridade	<p><i>É alguns, talvez a gente enfatize mais, como por exemplo, a visão humanista da Peruzzo. A gente foca muito mais no público interno, né? Porque é a turma que operacionaliza. E a comunicação integrada, por exemplo, talvez foque muito mais no externo. Seria relacionamento com os públicos de interesse, por exemplo. [R1]</i></p> <p><i>E as relações humanas, elas sempre serão relações de poder. Essa necessidade de transparência entre os pares não é porque existe uma relação de poder entre os pares. [R2]</i></p> <p><i>Dentro dessas teorias que têm essa abordagem mais sistêmica, digamos assim. Então acho que dessas visões é a integrada, a política e a humanista na disciplina. Elas são bastante parecidas. O que eu poderia talvez te dizer para tentar te dizer uma prioridade, apesar da dificuldade, é que a integrada outra talvez aborde menos ou me traga menos explicações, porque ela é uma, tem um texto mais próximo dos alunos. [R3]</i></p> <p><i>Essa visão do papel do profissional também num contexto mais social, digamos assim, que não esteja só alinhado com o seu, com a busca pelo negócio ou focado apenas nisso, mas pensando a comunicação também como um elemento chave para o bem-estar das pessoas. [R4]</i></p>
Teoria de RP	<p><i>As teorias envolvidas aqui, porque é o momento em que nós, como relações públicas, nós fazemos a nossa função política. Nós fazemos a nossa função da própria comunicação. Nós fizemos todas aquelas funções que o Simões falava no livro dele, né? [R2]</i></p> <p><i>Uma das primeiras coisas que a gente tem que aprender, é que, como o conflito existe naturalmente, ele sempre vai existir. Ele existe dentro de nós. Como não vai acontecer entre nós, né? [R2]</i></p> <p><i>Eu achei muito legal a forma como tu estás pensando isso, e, acima de tudo, é uma grande possibilidade desse trabalho nos auxiliar a entender a política e o pensamento crítico de relações públicas, considerada uma das nossas maiores fragilidades. [R3]</i></p> <p><i>Eu acredito que a essa disciplina teoria, história de relações públicas ou em algum outro curso, teoria é de relações públicas. Ela tem que ser ministrada sempre dentro de um contexto no qual a gente vive. Pois quando nós ensinamos ou discutimos a teoria de RP, é, a meu</i></p>

	<i>ver, ela tem sempre que esta é contextualizada é na questão Brasileira, no nosso caso, né? É e mesmo se fosse em outro país. O contexto é muito importante. É uma vez que eu considero que o contexto é o lugar de fala, né? É o lugar da prática das relações públicas e o lugar da teoria em que nós elaboramos conceitos e definições. [R4]</i>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A primeira categoria vem da noção de interdisciplinaridade dos enfoques teóricos e como eles conversam com as demais correntes/abordagens. A segunda emerge das características para a consolidação de uma teoria de relações públicas que observe diferentes aspectos e peculiaridades, como uma teoria que seja atravessada por diferentes perspectivas e olhares – portanto uma teoria sistêmica.

Destas categorias formulamos quatro aspectos para análise:

a) a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) por estar inacabada, demanda evolução e/ou atualização nos enfoques teóricos com nuances de outras categorias;

b) há um aspecto interdisciplinar no olhar da função política, em consequência do aspecto anterior;

c) o pensamento antinômico apoia a assimilação da compreensão da Teoria da Função Política;

d) a teoria de relações públicas necessita de um olhar contextual, portanto sistêmico.

O primeiro aspecto conduz para a evolução e/ou atualização dos enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) como constructo da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009). Os apontamentos dos/das docentes ao analisarem as práticas cotidianas e suas correlações com a teoria, nos fazem pressupor que os enfoques precisam de atualizações, sobretudo com as convergências com demais vertentes teóricas. Nas entrevistas em profundidade, também resgatamos que o pensamento de Simões ficou até o quesito da informação, como princípio-base da sua construção teórica.

Identificamos, portanto, a possibilidade – e necessidade – de novos olhares, atualizações e releituras, como a pesquisa desta tese. Para além disto, à luz da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016, MATURANA & VARELA, 2001) identificamos o princípio da **auto-organização**, em que a teoria influencia a prática. As práticas contemporâneas demandam novas releituras da função política (SIMÕES, 1993; 1995;

2001; 2009), pois o pensamento do autor precisa evoluir com as questões relativas ao novo cenário social, econômico, político e tecnológico que impactam as dinâmicas e relações dos sujeitos na comunicação das organizações. O exercício das Relações Públicas precisa destes novos olhares, que podem evoluir a partir das relações que fundamentam o pensamento antinômico.

O segundo aspecto nos leva ao olhar interdisciplinar da função política (SIMÕES 1993; 1995; 2001; 2009). Admitimos que por não haver a materialização de uma “teoria pura e única”, o pensamento de Simões (1993) possa agregar perspectivas de outras vertentes para construir uma releitura da sua construção teórica.

Esta característica também está ligada ao pensamento antinômico, de Quintana Cabanas (2002) ao refletir sobre a educação. As dinâmicas de divergência e convergência podem estar mais bem amparadas na Teoria da Função Política, dada a sua aderência com a abordagem sistêmica. Ancorados no olhar de Luhmann (2016) e Maturana & Varela (2001), apoiamos este aspecto ao princípio da **recursividade**, em que a reflexão da teoria pode ser materializada na prática. Identificamos de forma clara esta lógica nas entrevistas com os/as docentes, pois nossas questões suscitaram novas reflexões, para/sobre as Relações Públicas.

O terceiro aspecto nos conduz para a característica da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) em necessitar de uma melhor compreensão para a sua assimilação. Os dados coletados nos indicam a peculiaridade do pensamento de Simões ser de difícil entendimento, em contraponto de uma abordagem aplicada e didática da comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016), por exemplo⁴³. Apresentamos uma possível explicação para este fenômeno que é a relação de ausência da função política nos componentes curriculares práticos das 7 IES pesquisadas.

Os/as entrevistados/as mencionaram que ao ensinar teoria para jovens ingressantes no ensino superior, discutir as questões de relações de poder e função política constituem um desafio para os docentes. Acreditamos que novas metodologias de ensino que privilegiem o olhar teórico mais ampliado dos/das estudantes, bem como a capacitação de docentes para o ensino da teoria, podem contribuir para um fortalecimento da prática profissional no futuro na sociedade.

O quarto aspecto sinaliza a necessidade de um olhar contextual – portanto

⁴³ Nosso entendimento é construído com/pelas as falas dos/as docentes entrevistados/as e que argumentam os desafios para o ensino da Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) face às demais correntes/abordagens teóricas.

sistêmico – para as teorias de relações públicas. As falas dos/das entrevistados/as reforçam a noção de que para além de não termos uma “teoria pura e única”, precisamos adaptar o pensamento teórico da área por meio de diferentes contextos. Esta visão situacional dos fenômenos não traz receitas prontas aos discentes, mas tensiona a pensar por meio de sistemas abertos e sistemas fechados. Por isto, acreditamos que a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) tem um caráter sistêmico, e ele pode ser trabalhado desde a formação acadêmica.

As dinâmicas do pensamento antinômico contribuem para este olhar e esta construção do conhecimento, apoiada no princípio da **autopoiese** de Luhmann (2016) e Maturana & Varela (2001), em que a relação teoria e prática é fortalecida. Estas convergências e divergências sistêmicas sendo incorporadas na formação acadêmica facilitam o entendimento para uma teoria que apoie e facilite a prática de Relações Públicas na sociedade.

A característica interdisciplinar associada às peculiaridades sistêmicas dá suporte para apontarmos a função política como a intersecção da teoria de Relações Públicas com a sistêmica. Considerando ainda, de acordo com a nossa argumentação anterior, que este espaço é atravessado por dinâmicas antinômicas.

Devido à presença tímida de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) observada nos ementários e projetos pedagógicos de curso, propomos novas releituras e atualizações da função política para o campo da formação acadêmica. Acreditamos que o fortalecimento de uma teoria se dá a partir da sua apropriação na ambiência da formação acadêmica, e o pensamento antinômico e suas dinâmicas emergem como a possível materialização desta assimilação.

5.4 O pensamento antinômico como proposta metodológica para a formação

O primeiro desafio é tornar a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) mais conhecida e apropriada nos cursos de Relações Públicas. O estranhamento inicial do estudante com o texto do autor dificulta, e a maturidade do discente – especialmente pela bagagem e visão de mundo – compromete a assimilação desta teoria.

O segundo desafio reside na abordagem do ensino da teoria para os/as estudantes durante o curso. As metodologias ativas configuram um bom caminho, mas a adaptação destas teorias, especialmente a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) em contextos práticos e ilustrativos da realidade profissional são demandas que

emergem da compreensão do discente neste trabalho educativo.

O terceiro desafio consiste no fomento ao pensamento crítico dos/das estudantes, especialmente no início do curso – local predominante na teoria como vimos na primeira etapa da tese. Segundo os/as docentes, nem sempre o/a estudante tem repertório suficiente para a reflexão dos constructos teóricos, e aliamos isto ao déficit na expectativa do ensino da teoria.

O quarto desafio deriva-se dos anteriores, e aponta para uma fragilidade da educação brasileira no que diz respeito à ciência, o que tende a dificultar quando o discente do ensino superior lê o componente “TEORIAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS”.

Apoiados no princípio da **recursividade** – reflexão da teoria na prática – da nossa abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), identificamos que o lugar da teoria é frágil e descompassado com a prática. Sendo assim, este cenário expõe os quatro desafios que apresentamos no preâmbulo desta etapa da tese. A prática docente é adicionada por elementos externos (re)configurando sistemas abertos e fechados, o que nos leva a crer que o ensino é um processo sistêmico.

Com base nestes desafios iniciais, o trabalho do professor é atravessado pela formação docente. A apropriação e discussão das teorias da área nem sempre são pauta dos espaços acadêmicos e científicos da área. Temos então a emergência de capacitação, e momentos de discussão entre os professores, de diferentes realidades e formações para a consolidação de uma perspectiva teórica da área.

Dentro da espiral de reprodutibilidade de currículos, textos, exercícios e propostas pedagógicas, a adaptação por uma abordagem teórica mais aplicada, em detrimento de outra mais densa e sistêmica, pode ser a alternativa mais viável e facilitada de exercício docente. Outra questão que pode emergir de forma negativa neste cenário é a ausência de professores no ambiente de pesquisa acadêmica, pois nem todos que dão aula também realizam a pesquisa científica.

Estes questionamentos apontados e coletados em nossa pesquisa constroem o ambiente que vamos refletir nesta quarta etapa da tese. Apresentamos as categorias (BARDIN, 2016) que elencamos nesta análise: a) formação em relações públicas; b) metodologia de ensino. Os trechos que recortamos ficam assim distribuídos (ver QUADRO 29).

Quadro 29 – Categorias do Pensamento Antinômico

Categoria	Recorte das Falas
Formação em RP	<p><i>A minha base é aplicada. Eu sou RP, eu sou técnica, eu estou aprendendo a desenvolver essa leitura. Então eu acho que essa forma como tu está apresentando é positiva, inclusive eu não estou te falando que no teu vídeo eu aprendi mais da teoria política do que nas aulas que eu tive na graduação. [R2]</i></p> <p><i>Em termos de teorias, para que lado eles estariam pendendo dentro dessas situações antagônicas ou divergentes? Então acho que esse seria um caminho assim, talvez teórico, e vejo também como um exercício em sala de aula. Assim, para discutir tanto a teoria como a própria prática. [R3]</i></p> <p><i>Ao longo do curso, então, eu acho que uma questão é essa possível interdisciplinaridade das temáticas que envolvem as teorias de relações públicas. [R3]</i></p> <p><i>Eu acho que eles têm que ter um olhar interdisciplinar saindo do primeiro semestre, terminando lá no oitavo. Interdisciplinar, você pode ir aprofundando, e dando relevância a uma série desses jogos que você apresentou. [R4]</i></p>
Metodologia do Ensino	<p><i>Eu vejo com bons olhos. Marcelo, eu acho que é uma oportunidade realmente de você abordar de forma diferente, mas lúdica. É do que até aquela teoria realmente pesada, né? Onde a gente tenta amenizar ali, com exemplos, trazendo práticas para você, tomar, consegue se enxergar no mundo, né? Do que ficar a gente fica realmente só lá na teoria. É a possibilidade do jogo. Também acho que as pessoas enfatizam muito também a questão prática, esquecendo a teoria, né? [R1]</i></p> <p><i>O primeiro é que ele é extremamente didático e isso é muito importante, é extremamente didático, e o segundo é que ele é extremamente interessante para a gente aprofundar essa visão crítica da própria profissão de relações públicas, porque por ser didático, ele destrincha de uma forma bem didática. [R2]</i></p> <p><i>Trabalho com todas elas, e de uma forma mais ou menos similar, especialmente aquelas que têm algum representante como você falou aí brasileiro, então, numa perspectiva de abordar essas visões, né, da profissão. [R3]</i></p> <p><i>Eu acho que olhar para essas dicotomias pode ser uma possibilidade de tentar identificar prioridades, ou então não sei que não sei se esse seria o termo adequado, talvez identificar. Aquilo que é mais significativo para nossa profissão. Também vejo como possibilidade a própria discussão disso em sala de aula, como um caminho também interessante para trazer todas essas teorias. [R4]</i></p>

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O quadro 29 apresenta fragmentos das falas que categorizamos em formação em relações públicas e metodologia do ensino. Na entrevista com os/as docentes de

componentes teóricos percebemos que na reflexão das dinâmicas do pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) aplicado aos enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) as categorias emergiram após a noção de que a interdisciplinaridade das correntes/abordagens teóricas podem facilitar estas relações.

A noção de que a formação em Relações Públicas pode ter a presença destas dinâmicas nos parece evidente ao longo das falas dos/das docentes (APÊNDICE E). Também ressaltamos que a metodologia do ensino pode facilitar e/ou contribuir com a formação acadêmica da área, especialmente nos componentes teóricos.

Contudo, para além da possibilidade de ser uma proposta metodológica, os dados coletados com os/as docentes nos indicam outros caminhos, aderentes com a formação em Relações Públicas. Para esta proposta – que entendemos como um exercício - alinhamos duas justificativas: a primeira é que a função política pode ser aprimorada a partir do seu caráter sistêmico e antinômico; e a segunda é considerar efetivamente interdisciplinaridade na formação acadêmica.

Entendemos ser oportuno o nosso alerta para a falta de uma perspectiva integrada na formação acadêmica de Relações Públicas. Segundo as respostas da R4, é pertinente pensarmos num processo sistêmico e ampliado para os cursos de graduação na área. O pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) nos dá condições de propor etapas durante o período para que os discentes possam refletir e construir um saber oriundo das diferentes estruturas e experiências curriculares que tiveram ao longo do ensino.

A Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) apoiada ao pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) pode traduzir dinâmicas incorporadas ao longo da graduação, agregando assim etapas formativas para os discentes. Este olhar – em nossa visão – contribui e qualifica o ensino superior da área, desenvolvendo espírito crítico e reflexivo dos acadêmicos, (re)dimensionando a atuação do profissional na sociedade.

Pontuamos também que o pensamento antinômico (QUINTANA CABANAS, 2002) pode ampliar a dimensão do conflito para a Teoria da Função Política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009), e assim retroalimentar as dinâmicas de convergência e/ou divergências nas práticas profissionais que discutimos na pesquisa. O conflito é a base do arcabouço teórico de Simões (1993), e está diretamente ancorado na perspectiva antinômica.

As observações dos/das docentes entrevistados/as referente à categoria de formação em Relações Públicas evidenciam que a função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) por meio da sua característica sistêmica e antinômica pode reforçar mais a prática da área. Recorremos, portanto ao princípio da **auto-organização** e **recursividade** (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) para corroborar a noção de que a teoria influencia a prática e a prática a teoria.

Reforçamos a noção de que não há uma “teoria única e pura”⁴⁴, mas sim elementos de cada vertente que têm caráter interdisciplinar, e podem ser apoiados à função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) – recorrendo às dinâmicas do pensamento antinômico⁴⁵ - e assim, contribuir para a releitura da teoria de Relações Públicas. Outro aspecto de nossa reflexão está na indissociabilidade da teoria e prática, pois ancorados no princípio da **autopoiese**, elas devem andar de forma paralela, ao longo da formação acadêmica.

Apoiado na perspectiva sistêmica e nas dinâmicas antinômicas, acreditamos que nosso objeto teórico foi validado pelos pares da formação acadêmica, com sugestões de aplicações e modificações para sua aplicabilidade no campo, cumprindo assim, com o nosso terceiro macro objetivo de pesquisa. Destacamos possibilidades de desdobramentos e evoluções da tese nas considerações finais a seguir.

⁴⁴ Este pensamento nos traz uma proposição clara sobre a correlação entre as teorias e abordagens/correntes estudadas na pesquisa, configurando um desdobramento possível desta tese.

⁴⁵ As dinâmicas do pensamento antinômico aplicado à Teoria da Função Política por nós está sintetizada no quadro 19 desta tese.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese inicia – em suas considerações iniciais – com cinco dilemas que convém pontuarmos para reiterar que a formação acadêmica nos parece ser um ambiente movediço e nos indica possibilidades de pesquisas contínuas e permanentes. São eles: a) a dualidade entre o viés operacional e estratégico da profissão; b) o enfraquecimento e redução de cursos de graduação; c) a permanência e evasão no ensino superior; d) os desafios impostos pelas diretrizes curriculares nacionais; e) perspectivas teóricas emergentes no campo científico.

O primeiro dilema que apontamos, ligado à dualidade operacional e estratégica da prática de Relações Públicas, tem sintonia com pesquisas do campo. O segundo dilema se conecta ao enfraquecimento e redução de cursos de graduação em Relações Públicas, e tem sido tema de pesquisas na área. O terceiro dilema, referente à permanência e evasão no ensino superior, não é uma exclusividade do campo das Relações Públicas. O quarto dilema diz respeito aos desafios impostos pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), que orientam as competências para a formação acadêmica em Relações Públicas. E, o quinto dilema está ligado às perspectivas teóricas emergentes no campo científico, e que precisam ser incorporadas na formação acadêmica.

Consideramos, portanto, que estes dilemas acontecem e convivem devido à dinâmicas sociais compostas por fenômenos de divergência e convergência – numa espiral antinômica. A formação acadêmica em Relações Públicas é impactada por estes aspectos sistêmicos que influenciam decisivamente o processo de ensino-aprendizado. Os desafios da prática na sociedade demandam a discussão das situações no cenário acadêmico, para substanciar uma formação profissional crítica e reflexiva.

Ao final do percurso científico desta tese, entendemos que os dilemas podem ser contemplados – ou minimamente amenizados – com a nossa proposta de objeto teórico: o pensamento antinômico para as Relações Públicas. Entendemos que a reflexão que apresentamos dá conta, mesmo que em parte, desta afirmação.

A questão da dualidade – operacional (OLIVEIRA, 2007) *versus* estratégica (KUNSCH, 2014) – nas práticas de Relações Públicas ficam melhor esclarecidas com a aplicação das dinâmicas antinômicas durante a formação acadêmica da área. Firmamos a ideia de que metodologias que propiciam a reflexão crítica auxiliam no ensino para um sujeito mais consciente frente aos desafios da sociedade.

O enfraquecimento da área a partir da redução de cursos de Relações Públicas, de acordo com Ferrari e Martins (2018), tem diferentes causas e perspectivas. Contudo, entendemos que a releitura da formação acadêmica, por meio de metodologias e novas (re)apropriações da função política podem ser uma oportunidade para dialogar com a sociedade sobre a relevância estratégica da área. Esta suposição demanda novas pesquisas e estudos para comprovação das relações de causa-efeito no processo de teoria e prática, de ensino e formação do sujeito.

A temática da evasão no ensino superior (LIMA, SILVA & TORINI, 2020) pode ser melhor entendida à luz de um processo metodológico de ensino-aprendizagem. A constituição de discentes críticos e reflexivos pode ser uma alternativa para novos resultados deste cenário. O pensamento antinômico contribuiu para a discussão e o contexto destes olhares, especialmente pelo caráter de interdisciplinaridade com outras correntes e abordagens teóricas.

Estes dilemas – mesmo não sendo pano de fundo central da tese – podem ser (re)apropriados com a discussão que propomos. O tema de pesquisa que discutimos – a teoria de Relações Públicas – emana de releituras que possam dar conta das demandas emergentes do campo profissional e científico. Nossa delimitação na função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) também foi estratégica, na medida em que apuramos que sendo uma “teoria inacabada”, e os seus enfoques (SIMÕES, 1993) demandam atualizações frente a novas correntes e abordagens teóricas, também foi explorada e considerada relevante e atual para a formação acadêmica da área, em nossos achados.

Ao pesquisarmos sobre a disposição teórica específica ficou evidenciado que a maioria das IES analisadas incluem um único componente teórico no início do curso – primeiro ou segundo semestre – o que tende a fragilizar o lugar da teoria na formação acadêmica.

Quando mapeamos as correntes/abordagens teóricas dominantes nos componentes curriculares identificamos a presença da função política (SIMÕES, 1993; 1995; 2001; 2009) nas disciplinas teóricas. No entanto, quando pesquisamos os ementários percebemos uma invisibilidade desta corrente teórica na base de disciplinas práticas, por exemplo. A abordagem da comunicação integrada (KUNSCH, 2003; 2009; 2016) tem uma predominância ao longo de todo o curso, o que a credencia como referência aos profissionais. Discutimos a relevância da corrente teórica de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) face às demais pesquisadas e apuradas nos componentes

curriculares da formação acadêmica, especialmente sob a ótica da prática pedagógica dos/das entrevistadas, em que o autor tem interlocução direta com a teoria de Relações Públicas.

A dificuldade de assimilação e (re)apropriação da função política foi um dos aspectos apontados pelos/as docentes entrevistados/as sobre o fato do pensamento de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) não ser tão explorado e difundido ao longo da formação acadêmica em seus cursos. Neste sentido, acreditamos que o nosso objeto teórico – as dinâmicas do pensamento antinômico aplicado aos enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) – possam contribuir para uma nova perspectiva de aprendizagem da teoria em relação à prática, retomando o princípio da autopoiese de Maturana & Varela (2001).

Ao procurarmos evidenciar os enfoques teóricos (SIMÕES, 1993) nos componentes curriculares da formação acadêmica resgatamos duas possibilidades: a) a primeira relacionada às possibilidades de continuação e novos estudos, uma vez que a teoria está “inacabada”; b) a interdisciplinaridade das práticas contribui para uma teoria de Relações Públicas mais ampliada, e assim fortalecendo a formação na área.

As possibilidades do pensamento antinômico – a partir da nossa inferência – podem servir para novas (re)apropriações da Teoria da Função Política expandindo a capacidade de entendimento e reflexão. A pesquisa foi o início da reflexão que na continuidade demandará de novos estudos que possam estruturar e ampliar o olhar para a releitura da corrente teórica.

E., neste sentido, reafirmamos as contribuições e possibilidades do pensamento antinômico. A primeira refere-se ao **caráter interdisciplinar** do objeto teórico que propomos para a releitura e atualização da teoria, por meio da capacidade de aproximar diferentes correntes e abordagens teóricas. Nossos achados reafirmam nossa premissa inicial de que as relações antinômicas podem auxiliar no entendimento da teoria de Relações Públicas.

Este pensamento configura uma nova possibilidade: o fato de constituirmos uma **teoria de relações públicas** com viés político, sistêmico e antinômico. Acreditamos que nossa argumentação e reflexão sustentam a possibilidade de que a função política de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) possa agregar aspectos dos sistemas autopoieticos (LUHMANN, 2016) e das relações antinômicas (QUINTANA CABANAS, 2002). As aproximações que realizamos nos estimulam a pensar que existem caminhos para aprimorar esta perspectiva científica, mesmo que em alguns momentos sejam (des) caminhos.

Entendemos que o nosso percurso formado pelo levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas nos guiou até a noção de que seja possível (re)visitar o pensamento de Simões (1993), a fim de (re)apropriar e aplicar a vertente.

A **formação em Relações Públicas** também pode ser (re)dimensionada com as dinâmicas antinômicas, por meio de um escalonamento deste procedimento metodológico ao longo do curso. As dinâmicas antinômicas produzem uma (re)apropriação, aproximando-se do conceito de autopoiese (MATURANA & VARELA, 2001), em que o pensamento é alterado a partir de provocações e reflexões da prática com base na teoria.

A **metodologia do ensino** que emerge dos achados da tese nos indicam que a capacidade teórica da formação acadêmica é primordial, especialmente na comunicação, em que o viés instrumental e funcionalista é constantemente utilizado para atravessar as práticas reflexivas. O ensino da teoria é portanto, um caminho salutar e pertinente para agregar repertório – e espírito crítico – aos futuros profissionais em Relações Públicas.

Em nossa intenção inicial da tese, pautamos **os (des)caminhos da Teoria da Função Política** em Relações Públicas, especialmente no território da formação acadêmica. Os achados nos provocam a pensar – que apesar de uma presença tímida – Teoria da Função Política ainda configura-se como uma teoria fértil para o campo, e que por não ter sido concluída, pode ser (re)apropriada e atualizada. Apontamos os olhares dos enfoques teóricos (SIMÕES, 1993), como uma possibilidade de atualização desta vertente.

Consideramos que as nossas reflexões – que não se esgotam ao término da tese - trazem luz às questões sombreadas pela rotina da formação acadêmica, e apoiados em nossos achados, reforçamos a ideia de que é necessária uma revisão curricular para o campo das Relações Públicas. A pesquisadora Cláudia Moura (E1) nos sinaliza que a teoria da função política está inacabada, indicando possibilidade de aprimoramentos do pensamento de Simões (1993), especialmente relacionados aos enfoque teóricos da teoria. Neste contexto, o pensamento antinômico pode nos auxiliar no entendimento da situação.

Os desafios interpostos pelas DCN's nacionais de Relações Públicas também foram pautados pelos/as docentes entrevistado/as na pesquisa. Reforçamos que a nova perspectiva – sistêmica e antinômica – para a formação acadêmica suscita um novo debate para as diretrizes curriculares (BRASIL, 2013). A (re)configuração do ensino

superior da área permeia os aspectos deste marco legal, e portanto deve ser um aspecto a ser (re)visitado por especialistas.

Outro aspecto que nos chama atenção no decorrer da pesquisa, especialmente na fala dos/as entrevistados/as, é a importância do impacto tecnológico no processo da formação acadêmica. Acreditamos que a visão sistêmica (LUHMANN, 2016) e antinômica (QUINTANA CABANAS, 2002) podem nos dar subsídios para (re)pensar as metodologias, e conseqüentemente, o ensino superior contribuindo em novas atividades docentes para as dinâmicas da contemporaneidade.

A fragilidade que apuramos no lugar da teoria na formação acadêmica em Relações Públicas pode ser o ponto de partida para um novo olhar – e conseqüentemente um novo caminho – para a releitura e atualização da teoria da função política. A interlocução do pensamento de Simões (1993; 1995; 2001; 2009) em componentes de caráter prático nos cursos constitui-se em uma, dentre outras alternativas, para o ensino da área, especialmente pelos desafios das diretrizes curriculares (BRASIL, 2013).

Sugerimos, portanto, que os cursos de Relações Públicas, em diferentes realidades, componentes curriculares e etapas dos cursos de graduação busquem respaldo teórico e prático no pensamento antinômico. É uma possibilidade para nos concentrarmos nas relações de causa e efeito para entender a contribuição no processo formativo. Do ponto de vista teórico, a partir de nossos achados, entendemos que este objeto pode contribuir com a formação acadêmica, embora seja necessário desenvolvermos novas práticas ou práticas alternativas *in loco* com discentes, a fim de validar esta nossa percepção.

Findamos este percurso com o sentimento de que é possível explorar e detalhar a teoria da função política, e especialmente pelos desafios contemporâneos do campo, é emergente a retomada e atualização da vertente teórica. Há muitos (des) caminhos a serem percorridos. A nossa tese foi um desses (des) caminhos...

Referências

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Para Entender Relações Públicas. São Paulo: Loyola, 1983.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa / Miguel G. Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo / Laurence Bardin: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 10ª Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina Zamith. Comunicação e educação: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL. Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, disciplina a profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 1969.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMPANELLA, Lana D'Ávila. Estudo da bibliografia na disciplina Teorias de Relações Públicas dos cursos de Relações Públicas brasileiros: uma análise das obras básicas utilizadas na disciplina. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. Interdisciplinaridade e complexidade. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 11-64.

CAPRA, Fritjof. A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. Escritos de educação: Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 1998.

CURVELLO, João José Azevedo. Auto-poiese, sistema e identidade: a comunicação organizacional e a construção de sentido em um ambiente de flexibilização nas relações de

trabalho. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.

CURVELLO, João José Azevedo. A perspectiva sistêmico-comunicacional das organizações e sua importância para os estudos da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos. volume 1. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 91-105.

DEMO, Pedro. A educação do futuro e o futuro da educação. Campinas: Autores Associados, 2005.

DEWEY, John. Vida e Educação. Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Melhoramentos. 1965.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DURKHEIM, Émilie. Educação e sociologia. Lisboa: Edições 70, 2001.

FERRARI, Maria Aparecida. Cenário latino-americano da comunicação e relações públicas. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio (Org.). Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 125- 208.

FERRARI, Maria Aparecida. Perfil dos cursos de relações públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem. 2017. Tese (Livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERRARI, Maria Aparecida; MARTINS, Juliane. O que acontece com os cursos de Relações Públicas no Brasil? Motivos da diminuição do oferecimento dos cursos pelas IES. Anais do XII Congresso Abrapcorp – Comunicação, Diversidades, Organizações. Goiânia: ABRAPCORP, 2018. Disponível no link < http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anais_Abrapcorp_2018_GPs_ISBN.pdf> Acesso em 11 jul. 2022.

FRANÇA, Fábio. Gestão de relacionamentos corporativos. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio (Org.). Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 209- 269.

FREITAS, Sidinéia Gomes. Os Reflexos das Diretrizes Curriculares no Ensino de Relações Públicas. IN: MOURA, C. P. (Org.) História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDICPUCRS, 2008. p. 695 a 700.

GROHS, Ana Cristina da Costa Piletti. Laboratório de relacionamentos estratégicos: nova metodologia educacional para o ensino-aprendizagem das Relações Públicas. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de São Paulo, 2017.

GRUNIG, James E.; HUNT, Toddy. Managing Public Relations. 1. ed. Orlando: Holt Rinehart & Winston. 1984.

GRUNIG, James E. A strategic management approach to reputation relationships and publics: the reserch heritage of the excellence theory. Jeong-Nam Kim, Chun-ju Flora Hung-Baesecke, Sung-Un Yang, and James E. Grunig. In: CARROLL, Craig E. The Handbook of Communication and Corporate Reputation. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013. p. 197-212.

GRUNIG, James E. Uma teoria geral das Relações Públicas: quadro teórico para o exercício da profissão. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio (Org.). Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 15- 124.

GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 39, p. 67-92, jan./jun. 2003.

HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Reposicionando a noção de influência nas Relações Públicas: articulações teóricas preliminares e perspectivas de estudo. Anais do XIII Congresso Abrapcorp – São Paulo: ABRAPCORP, 2019. Disponível em <[http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arg/\(cod2_22915\)MarcioHenriques_DanielSilva_GT4_Abrapcorp2019.pdf](http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arg/(cod2_22915)MarcioHenriques_DanielSilva_GT4_Abrapcorp2019.pdf)>. Acesso em 14 jul. 2022.

HOLTZHAUSEN, Derina R. Las Relaciones Públicas como Activismo: Enfoques Posmodernos. Barcelona: UOC, 2016.

INEP. Manual para classificação dos cursos de graduação e sequenciais: Cine Brasil [recurso eletrônico] – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 160p. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_superior/manual_para_classificacao_dos_cursos_de_graduacao_e_sequenciais_cine_brasil.pdf>. Acesso em 10 fev 2023.

KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. Trad Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep; 1996.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Trad Valério Rohden e Udo Baldur Moosburguer. São Paulo: Abril Cultural; 1980.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes. Revista Idade Mídia, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 120-125, nov. 2002. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3409451-Historia-das-relacoes-publicas-no-brasil-retrospectiva-e-aspectos-relevantes.html>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Gestão das Relações Públicas na Contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil. Revista Organicom, São Paulo, p. 33 a 61, agosto. 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Panoramas e perspectivas dos estudos de comunicação organizacional e relações públicas na América Latina. In: DRUETTA, César Bolaño, Delia Crovi; CIMADEVILLA, Gustavo. La contribución de América Latina al campo de la Comunicación: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. Associação Latino Americana de Investigadores de Comunicação, 2014. p. 246-291.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. IN: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Comunicação Organizacional Estratégica: aportes conceituais e aplicados. São Paulo:

Summus, 2016. p. 37-57.

LANA, Ligia, et. al. Experiência. IN: Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Organização Vera Veiga França, Bruno Guimarães Martins, André Melo Mendes. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2014.

LATTIMORE, Dan et. al. Relações públicas: profissão e prática / Dan Lattimore ... [et. al.]; tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Luiz Alberto de Farias, Vânia Penafieri – 3. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2012.

LIMA, Manolita Correa; SILVA, Cláudia Cristiane dos Santos; TORINI, Danilo Martins. A transformação do processo de ensino e aprendizagem não é um voo de galinha. Revista *Organicom*, São Paulo, v. 17, n. 32, p. 40-59, jan./abr. 2020. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170919/161250>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LOCKE, John - Segundo tratado sobre o governo e Ensaio acerca do entendimento humano in Coleção Pensadores, São Paulo, Abril Cultural. 1973, vol.XVIII.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Pesquisa em comunicação – 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUHMANN, Niklas. Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. Porto Alegre: Editora Vozes, 2016.

MARQUES, Ângela Salgueiro; MAFRA, Rennan. A comunicação interna em contextos organizacionais e a criação de cenas de dissenso. Revista *Comunicação Pública*. Lisboa v. 13, n. 25, p. 1-18, jul. 2018. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cp/2940>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. São Paulo: Contexto, 2014.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MOREIRA, Sônia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOURA, Claudia Peixoto de; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. Relações Públicas x função política e a administração de conflitos/controvérsias nas organizações. In CÔRREA, Tupã Gomes e FREITAS, Sidinéia Gomes (org.) Comunicação, marketing, cultura: sentidos da administração do trabalho e do consumo. São Paulo: ECA/USP: CLC, 1999, pp. 203-227.

MOURA, Claudia Peixoto de. A Comunicação Social na Legislação de Ensino Brasileira: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de São Paulo, 2000.

MOURA, Claudia Peixoto. Padrões de qualidade no ensino de comunicação no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Ensino de comunicação: qualidade na formação acadêmico- profissional. São Paulo: ECA-USP/Intercom, 2007. p. 43-62.

MOURA, Claudia Peixoto. Fragmentos da história do ensino das Relações Públicas no Brasil. In: MOURA, Claudia Peixoto (Org.) História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 688-694.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Formação acadêmico-profissional em relações públicas: uma perspectiva contemporânea. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Ensino de comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional. São Paulo: ECA-USP/ Intercom, 2007. p. 141-152.

PEREIRA, Else Lemos Inácio. A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de relações públicas: cosmovisão ampliada da disciplina. 2017. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PERUZZO, Cicília Krohling. Fundamentos teóricos das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional no terceiro setor: perspectiva alternativa. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 89-107, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/13641>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PERUZZO, Cicília Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Krohling. As Relações Públicas no modo de produção capitalista. São Paulo: Summus, 1986.

QUINTANA CABANAS, Jose Maria. Teoria da educação: concepção antinômica da educação. Lisboa: Edições ASA, 2002.

RUDIGER, Francisco. As teorias da comunicação / Francisco Rüdiger – Porto Alegre: Penso, 2011.

SIMÕES, Roberto Porto. Por uma rede teórica para relações públicas: uma forma abreviada da teoria. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIMÕES, Roberto Porto. Relações Públicas e micropolítica. São Paulo: Summus, 2001.

SIMÕES, Roberto Porto. Relações Públicas: Função Política. São Paulo: Summus, 1995.

SIMÕES, Roberto Porto. Relações Públicas e seus fundamentos em micropolítica. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

WHEATLEY, Margaret J. Liderança e a nova ciência: descobrindo ordem num mundo caótico. São Paulo: Cultrix, 2006.

TAVARES, Marcelo de Barros. O caráter educativo da práxis de relações públicas: uma leitura humanista da atividade. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

TAVARES, Marcelo de Barros; SILVA, Liliane Fraga da. A Invisibilidade da Teoria da Função Política nas Produções Acadêmicas de Relações Públicas. IN: XV Congresso da ABRAPCORP. Bauru. Anais eletrônicos. São Paulo: ABRAPCORP, 2021. Disponível em <<https://abrapcorp.org.br/anais2021qts/>> Acesso em 02 abr. 2022.

THOMAZI, Maria Stella. O ensino e a pesquisa em Relações Públicas no Brasil e sua repercussão na profissão. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade de São Paulo, 1992.

TORRES, Mirtes Vitoriano. Gênese do pensamento brasileiro nas Relações Públicas 1914-1960. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

APÊNDICE A – Componentes Teóricos nas Matrizes dos Cursos de RP

Instituição	Cidade	Componente Teórico	Semestre	Portal
PUC-RS	Porto Alegre	Fundamentos, História e Legislação de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFRGS	Porto Alegre	Teoria e Prática de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFMG	Belo Horizonte	Técnicas e Processos de Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
USP	São Paulo	Teoria e História das Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
PUC Campinas	Campinas	Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
FEEVALE	Novo Hamburgo	Comunicação Organizacional e Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UNISANTOS	Santos	Introdução às Relações Públicas I	1º	Acesse Aqui
		Introdução às Relações Públicas II	2º	
PUC-MG	Belo Horizonte	Estudos de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UCS	Caxias do Sul	Fundamentos das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
FACHA	Rio de Janeiro	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UFSM	Santa Maria	Teoria e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
		Teoria das Relações Públicas	7º	
FCL	São Paulo	Teorias e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
FAAP	São Paulo	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UMESP	São Bernardo do Campo	Paradigmas das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
UNISINOS	São Leopoldo	Teorias de Comunicação Organizacional e Relações Públicas	5º	Acesse Aqui
UNESP	Bauru	Introdução às Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFG	Goiânia	Introdução às Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFMA	São Luís	Teorias e Processos de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFAM	Manaus	Teorias das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
UNITAU	Taubaté	Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFAL	Maceió	Fundamentos Teóricos das Relações Públicas	1º	Acesse Aqui

UERJ	Rio de Janeiro	Fundamentos de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
		Estudos dos Públicos	2º	
UNEB	Salvador	Introdução às Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
		Teorias Aplicadas às Relações Públicas	2º	
UEL	Londrina	Fundamentos, Teoria e Técnicas das Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UNIFACS	Salvador	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UNILAGO	São José do Rio Preto	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
PUC-PR	Curitiba	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UNISANT'ANNA	São Paulo	Teorias e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UNISC	Santa Cruz do Sul	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
FRB	São Paulo	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
FACCAT	Taquara	Teorias de Relações Públicas	3º	Acesse Aqui
UNIFASAM	Goiânia	Teorias das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
UNIMETROCAMP	Campinas	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
FEBASP	São Paulo	Teoria das Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
Faculdade Pitágoras	Belo Horizonte	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
UNISO	Sorocaba	História, Teoria e Técnicas em RP	1º	Acesse Aqui
UNA	Belo Horizonte	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
FECAP	São Paulo	Técnicas de Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
UNEX	Feira de Santana	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
FAPCOM	São Paulo	Teorias e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
ENIAC	Guarulhos	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
FPAC	São Paulo	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UFSM	Frederico Westphalen	Teorias das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui
ESAMC	Santos	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
FTC	Itabuna	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
UNIPAMPA	São Borja	Teoria e Técnica em Relações Públicas	3º	Acesse Aqui

FIAM-FAAM	São Paulo	Teorias e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UFPB	João Pessoa	Teoria das Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UNIVALI	Itajaí	Introdução à Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
FSG	Caxias do Sul	Teoria e Técnicas de Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
UNIRITTER	Porto Alegre	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
UNOESTE	Presidente Prudente	Estrutura curricular não disponível no portal	-	Acesse Aqui
UAM	São Paulo	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
USJT	São Paulo	Não Identificado Componente Teórico	-	Acesse Aqui
CAM	São Paulo	Introdução à Relações Públicas	1º	Acesse Aqui
Universidade Católica	Salvador	História e Teoria das Relações Públicas	2º	Acesse Aqui

APÊNDICE B – Ementários Componentes Teóricos

IES	Componente	Ementa
UFRGS	Teoria e Prática de Relações Públicas	Relações públicas: surgimento e evolução da atividade profissional; diferentes escolas e principais conceituações. A definição de público e a função de relações públicas. Atuação profissional nos diversos tipos de organizações e no desenvolvimento de ações e campanhas de comunicação institucional, de relacionamento e responsabilidade social.
UFMG	Técnicas e Processos de Relações Públicas	Conceitos básicos de relações públicas. Interfaces entre comunicação organizacional e relações públicas. Referências históricas sobre a atividade e a profissão de relações públicas. Conceitos fundamentais: público, opinião pública, imagem e reputação organizacional. O exercício das relações públicas na perspectiva da comunicação integrada. A prática profissional no Brasil e no mundo: aspectos legais e código de ética da profissão.
USP	Teoria e História das Relações Públicas	Apresentar a teoria e os conceitos fundamentais do processo de relações públicas como função estratégica, oferecendo uma visão global do cenário de relacionamentos de uma organização.
UFMSM	Teoria e Técnica de Relações Públicas	Conhecer e analisar criticamente o processo histórico, a definição, os objetivos e as funções das Relações Públicas. Fornece um panorama das principais referências teóricas da área. Possibilitar o reconhecimento das áreas de atuação. Conhecer a atividade de Relações Públicas como um processo que contempla pesquisa, planejamento, execução, controle e avaliação. Conhecer as técnicas básicas de Relações Públicas.
	Teoria das Relações Públicas	Refletir sobre o campo da comunicação e as práticas de relações públicas engendradas a partir do dispositivo midiático. Analisar as implicações da atividade de relações públicas na sociedade contemporânea. Desenvolver um pensamento teórico-epistemológico a partir do objeto das relações públicas.
UFAM	Teoria das Relações Públicas	Conhecer a história das relações públicas, suas correntes teóricas, bem como, sua definição técnica e operacional, funções básicas e específicas, analisando as práticas profissionais e os princípios da RP conforme os diferentes paradigmas de atuação e linhas de pensamento.
UFMA	Teorias e Processos de Relações Públicas	História das relações públicas no mundo e no Brasil. Os paradigmas de relações públicas: as escolas norte-americana, europeia e latino-americana. Conceitos de relações públicas. Funções, públicos e processos de relações públicas. Os enfoques adotados nos estudos de relações públicas, estrutural, administrativo, filosófico, comunicacional, político, psicológico, mercadológico, crítico e interpretativo.
UFMSFW	Teoria das Relações Públicas	Situar a área de Relações Públicas no campo científico. Conhecer as principais perspectivas teóricas nacionais e internacionais.

APÊNDICE C – Bibliografia Básica Componentes Teóricos

IES	Componente	Bibliografia Básica
UFRGS	Teoria e Prática de Relações Públicas	<p>FARIAS, Luiz Alberto de (Org.). Relações Públicas Estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos.</p> <p>FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo, Summus: 2003.</p> <p>GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, conceito e relacionamento. Difusão, São Paulo: 2009.</p> <p>KUNSCH, Margaria Maria K. (Org.). Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>KUNSCH, Margaria Maria K. (Org.). Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.</p> <p>SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas: função política. São Paulo: Summus, 1995.</p>
UFMG	Técnicas e Processos de Relações Públicas	<p>FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo, Summus: 2003.</p> <p>GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, conceito e relacionamento. Difusão, São Paulo: 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Ivone de L; LIMA, Fábria (Orgs.). Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional. Rio de Janeiro: SENAC, 2012.</p>
USP	Teoria e História das Relações Públicas	<p>ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Para entender relações públicas. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1983.</p> <p>ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Psicossociologia das relações públicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.</p> <p>GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, conceito e relacionamento. Difusão, São Paulo: 2009.</p> <p>FRANÇA, Fábio. Públicos: Como identificá-los em uma nova visão estratégica. São Caetano do Sul: Ed Difusão, 2004.</p> <p>GRUNIG, James. Gerando comunicação excelente. Revista ABERJE, 2000, p. 21-24.</p> <p>GRUNIG, James. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade social e organizacional. Revista Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, UMESP, Ano 24, nº 39, 2003, p. 67-92.</p> <p>KUNSCH, Margaria Maria K. Relações Públicas e modernidade. São Paulo: Summus, 1997.</p> <p>KUNSCH, Margaria Maria K. (Org.). Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas: função política. São Paulo: Summus, 1995.</p>
	Teoria e Técnica de	<p>CESCA, Cleusa Gertrudes Gimenes. Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática. São Paulo: Summus, 1995.</p> <p>FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo, Summus: 2003.</p>

UFMS	Relações Públicas	KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009. SIMÕES, Roberto Porto. Relações Públicas: função política. 3 ed. São Paulo: Summus, 1995.
	Teoria das Relações Públicas	FAUSTO NETO, Antonio. Midiatização, prática social - prática de sentido. Compós, 2006. GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. São Paulo: Difusão, 2009. SILVA, Sandro Takeshi Munakata da. Teorias da Comunicação nos estudos das relações públicas. Porto Alegre: EDIPUC, 2011. SIMÕES, Roberto Porto. Informação, Inteligência e Utopia - Contribuições à Teoria de Relações Públicas. São Paulo: Summus, 2006.
UFAM	Teoria das Relações Públicas	CESCA, Cleusa G. Gimenes. Relações Públicas e suas interfaces. São Paulo, Summus: 2006. FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo, Summus: 2003. GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, conceito e relacionamento. Difusão, São Paulo: 2009. KUNSCH, Margarida Maria K. (Org.). Comunicação Organizacional: Histórico, fundamentos e processos – Vol. I. Saraiva: São Paulo, 2009. KUNSCH, Margarida Maria K. (Org.). Comunicação Organizacional: Linguagem, gestão e perspectivas – Vol. II. Saraiva: São Paulo, 2009. PERUZZO, Cecilia K. Relações Públicas no modo de produção capitalista. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2006. SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas: função política. São Paulo: Summus, 1995. SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas e Micropolítica. São Paulo: Summus, 2001. SIMÕES, Roberto P. Informação, Inteligência e Utopia – Contribuições à Teoria de Relações Públicas. São Paulo, Summus, 2006.
UFMA	Teorias e Processos de Relações Públicas	ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Curso de Comunicação Social – Relações Públicas. São Paulo: Thomson Learning, 2003. FORTES, Waldyr Gutierrez. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo, Summus: 2003. SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas: função política. São Paulo: Summus, 1995.
UFMS FW	Teoria das Relações Públicas	FARIAS, Luiz Alberto. A literatura de RP: produção, consumo e perspectivas. São Paulo: Summus, 2004. MOURA, Claudia P. de; FOSSATTI, Nelson C. (Orgs.). Práticas acadêmicas em Relações Públicas: processos, pesquisas e aplicações. Porto Alegre: Sulina, 2011. SIMÕES, Roberto P. Relações Públicas e micropolítica. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.

APÊNDICE D - Tabela de Codificação Entrevista

Código	Texto
E01A	<p>A minha percepção é de que são duas coisas diferentes, claro na minha opinião. A formação acadêmica está vinculada aos professores. Eu penso que os professores são os responsáveis pela elaboração dos currículos. No entanto, nem sempre eles têm apropriação para tal atividade. Porque os currículos são muito repetitivos, eles reproduzem outros já elaborados, não existindo propriamente um estudo para sua elaboração. A própria instituição de ensino superior, considerando as suas demandas, suas políticas e o seu entorno deveria elaborar o currículo. Os alunos, professores poderiam opinar sobre a construção, mas a comunidade também. Na minha opinião, muitas vezes, a realidade do entorno não é considerada na elaboração de um currículo. Claro, que é uma percepção minha, e não desejo fazer nenhuma crítica, mas existe uma reprodução dos currículos de instituições que deram certo, como se a “colagem” garantisse o êxito em uma nova realidade. Tenho esta percepção do contexto atual sobre a formação, e isto enfraquece, e muito, a área.</p>
E01B	<p>Por exemplo, em uma determinada instituição de ensino eu tenho assim, o aspecto teórico super fortalecido, e em alguns tópicos ela vai ser reproduzida igualmente em outras. No entanto, as características do corpo docente, a literatura disponível, os exercícios pensados deveriam ser diferenciados. Esta reprodução, embora esteja no papel, não garante uma qualidade no processo ensino-aprendizagem. A qualidade da formação, na minha opinião, está ligada a uma produção docente. E na área de currículo, isto significa estudar, ouvir os públicos envolvidos. A gente prega isto para os alunos, mas nem sempre nós fizemos. Quando as pessoas vão fazer os currículos, elas se juntam lá no NDE, e acabou, não é assim mesmo? Mas na minha opinião, tinha que haver uma produção na área. Considerando. Essas vozes e considerando a teoria curricular que as pessoas nem tem noção do que que significa isso, considerando questões realmente da área da educação que a gente tem que pensar. Porque a gente precisa abrir a versão, né? Além, claro, de todo nossa fundamentação teórica que é fundamental, né? Bom, isso eu estou falando assim de modo geral!</p>
E01C	<p>Como é que aí nós estamos trabalhando com, com, com duas visões de currículo? Caixas? É uma visão funcionalista do currículo, ele deveria emergir das falas, pois é uma visão muito mais consensual e crítica, então são percepções diferentes. Por isso que eu digo assim, a reprodução são as caixas. Sim, essas caixas que alguém citou, elas são reproduzidas infinitamente de um curso para o outro e todo mundo se acha dono da caixa porque não enxerga no outro a possibilidade de uma de uma convergência. Quando a gente fala de um currículo que emerge das pessoas, da comunidade, enfim, de todos os envolvidos, significa um olhar consensual do currículo, um olhar mais abrangente, um olhar mais crítico, onde eu consigo ver no outro a possibilidade de complementar o que eu falo. Mas isso significa um currículo maduro. Eu acho que nós temos um currículo tecnicista, hoje nós teremos que passar para um currículo consensual, mas interpretativo, que seria um segundo degrau do corretor. Sim, o crítico seria o último degrau, né?</p>

E02A	<p>A área de relações públicas foi incluída como disciplina dentro com o jornalismo inicialmente e depois, então, à medida que foi passando o tempo, ela foi criando corpo, vamos dizer assim, né? E daí muito, já que já tínhamos uma influência norte-americana e isso foi crescendo. Mas a questão curricular sempre foi muito pautada, em primeiro lugar, pelo jornalismo, né? Mesmo as diretrizes curriculares que são do currículo mínimo. Da comunicação que nós tivemos alguns, não é mesmo? Esses, sempre trataram o jornalismo sempre foi muito forte, porque já havia as comissões para a elaboração desses currículos.</p>
E02B	<p>O primeiro currículo de comunicação social aconteceu com uma comissão mais equilibrada, onde havia representações de todas as habilitações. E com representantes de cada habilitação a discussão acontecia de uma forma comum, assim plural, né? Então eu acho que foi assim, um momento de maior representação das áreas foi em 2002, e não antes, né? O que eu vou te dizer em relação às diretrizes, elas estão coladas no currículo mínimo. Então esta história do currículo, ela está muito marcada por uma fundamentação. Temos o lastro de ciências da comunicação, e depois uma área profissional. Assim acontecia em todas as habilitações, e de certa forma, elas saem de repente.</p>
E03A	<p>Quem é o novo profissional? Eu não sei mais. Ele é tão híbrido. Ele é tão diferente daquele profissional de 2013, quando a gente fez as diretrizes, ele é diferente daquele profissional de 2002, quando a gente fez as primeiras diretrizes, né? Então eu acho que esse é um grande desafio. Quem é esse profissional que eu vou formar, né? E mais assim, ó, quem é esse profissional e para que mercado? Porque é um mercado mutante, ele está todo tempo em transformação, então não tem que pensar assim. Bom. Quando a gente monta o currículo, a gente quando fala o currículo eu falo currículo de modo geral, está é um projeto pedagógico, tudo pensado com as políticas institucionais, com as políticas educacionais, com toda a ingerência desses, das pessoas envolvidas no processo. Eu falo, estou falando o currículo numa forma simplificada, mas, ele carrega tudo isso, tá? Então quando eu vou pensar num currículo? Eu tenho que pensar que eu vou formar uma pessoa para dar, para, para estar no mercado daqui a 5 anos mais ou menos.</p>
E04A	<p>É, isso ainda é um resquício desse currículo segmentado, a teoria antes e a prática depois, né? Eu penso que quando a gente vai trabalhar, teoricamente, um tema, ele tem que ser bem explorado. É essa teoria tem que ser trabalhada na medida em que a prática vai acontecendo no sentido vertical, não horizontal. Assim, cada semestre, cada disciplina, enfim, cada componente curricular tinha que ter um tipo de discussão, e isso ia cada vez ficando maior em função do aprofundamento a que este movimento poderia garantir. Eu acho ruim colocar teorias no primeiro semestre ou no segundo, porque as pessoas não percebem ou não tem condições, muitas vezes, de entender a teoria que está ali sendo tratada. Eu penso que pensando na teoria nestes parâmetros, fazemos uma mescla de várias correntes, e isso não é bom. Por quê? Porque nós temos contextos diferentes. Nosso país tem uma situação, um cenário diferente dos Estados Unidos, que é diferente da Europa. Então a gente coloca tudo no mesmo nível e não dá para colocar no mesmo livro.</p>
E05A	<p>Nós não temos uma teoria de relações públicas propriamente brasileira. Eu</p>

	<p>arriscaria, ainda assim, o Simões, que tem toda uma construção teórica, não propriamente metodológica, mas ele tem uma construção teórica, que permite que a gente diga que esta é realmente uma teoria brasileira mesmo. Ele se pautando por estrangeiros, e as correntes teóricas que são estrangeiras, né? Eu acho muito importante a gente estudar também, porque tem a ver com contextos diferentes e em relações públicas. Na verdade, o relações-públicas é um cidadão do mundo, né? Eu posso estar aqui, mas eu estou conectada, eu tenho que entender como funciona em outras esferas, em outros contextos. São elementos importantes e que, claro, dão uma outra noção para a área. Outra teoria que eu acho bem legal, e que eu acho que é o nosso futuro, é o futuro de Relações Públicas no Brasil hoje, que deixou de ser mercadológico para ser mais social, e aí nesse sentido, eu acho que a Cicília Peruzzo tem um papel muito importante nas teorias da área.</p>
E06A	<p>O Teobaldo realmente teve uma participação muito importante no início da da nossa área, né? Quer dizer, a consolidação com a, digamos assim, implantação da área. Ele teve um papel e foi muito importante! Ele sempre estava preocupado com as pessoas. Sendo assim, o foco dele estava nas pessoas. Mas, claro, era fazer para as pessoas fazer aqueles públicos, né? E ele ficava muito batendo nessa tecla, mas isso foi uma fase, depois a outras fases evoluíram o pensamento: O que que eu vou fazer com isso? Qual é a minha visão de mundo? A minha interferência na sociedade? Então, assim, já começa a fazer, já tem um outro olhar de Relações Públicas que estou falando. E, depois disso veio a Margarida, com toda a comunicação organizacional, então acho que são fases que nós temos, né?</p>
E07A	<p>Então, assim, os oito enfoques estão lá, mas tem a teoria dele. Quer dizer, ele olhou aquela aqueles enfoques a partir de aproximações, e construiu algo bem próprio da cabeça dele, da sua experiência e da sua formação. Ele é uma referência para nós! Eu acho que a mesma coisa pode acontecer agora, pois os enfoques já estão defasados. Claro que poderia ter uma fundamentação, que está ancorada em vários aspectos, e podemos pensar que é um grande mosaico. São olhares possíveis, e considerando que eu tenho que entender o público, e o relacionamento estabelecido com ele, ao falar de pessoas, temos várias possibilidades. Aí como o profissional não conhece tudo, precisa saber onde pesquisar e procurar. Então, assim como é que eu procuro da onde eu parto, aonde eu quero chegar é, quais são as áreas que vão me dar sustentação para este projeto específico?</p>
E08A	<p>Então aqui, tu me perguntou, quais dobramentos que a função política teve após a aposentadoria do Simões? Sabe o que eu acho? Em relação ao final da carreira do Simões, ele se preocupou muito com a informação, a questão da informação, porque ele se deu conta que tudo partia dela, quer dizer assim, se tu vais pensar, o homem tinha uma era visionária, porque a ciência de dados. A questão da informação na teoria de Simões ficou inacabada.</p>
E09A	<p>E quanto a difusão nacional e Internacional? Eu acho que o Simões teve uma difusão grande aqui no país e na nossa América Latina. Na Europa foram experiências pontuais, e nos Estados Unidos, também né? Mas na Europa são esteiras pontuais em algumas universidades, mas aqui na América Latina, eu acho que ele teve uma difusão bem maior e significativa, porque as pessoas lembram, né? E usam o trabalho dele, até porque o livro</p>

	dele foi depois, editado em uma versão em espanhol, né? Então era mais fácil dele circular!
E10A	Eu deixaria a área dentro das ciências da comunicação, percorrendo todo o currículo! E, fazendo com que os cursos tivessem maior representação. Eles estão muito isolados. O fato de termos diretrizes exclusivas para relações públicas, deixou a área muito isolada, inclusive a da comunicação. Tanto que hoje nós nem temos mais esse vínculo, né? E acho também que nós não temos o vínculo com a administração! Se nós formos realmente para se o nosso curso de RP migrar para uma faculdade de administração, na escola de administração, por exemplo, nós vamos morrer ali. Esta divisão dos cursos no primeiro momento até podia ter sido bem aceita. Essa é essa separação, né? Mas, para relações públicas, a consequência desse ato? Ela não foi tão boa porque eu penso que os cursos se fragilizarão.
E11A	As mídias sociais dando o tom da comunicação, não de uma comunicação tradicional, mas de uma comunicação entre as pessoas, que nas organizações hoje se utilizam e muito. Então, este é um dilema, mas tudo passa pelo relacionamento, então isso é muito bom para relações públicas, porque é um cenário favorável à área! Nós temos esse problema da classificação porque é um problema e temos a fragilidade do curso, porque ele não é reconhecido como um curso no mesmo status do jornalismo, não é mesmo?
E12A	O curso em EAD pode ser muito bom, desde que ele tenha bons professores, desde que ele tenha professores preparados e conheçam a teoria que consigam estabelecer um diálogo. Os professores precisam ter a facilidade com experiências, vivências, e que tenham propostas interessantes de práticas para que os alunos entendam como funciona, né? Esse relacionamento, como tudo passa pela tecnologia hoje? Então, a minha percepção dos cursos é de ascensão, mas ao mesmo tempo fragilizados, muito fragilizados, e é por isso que estão fechando, né? Não existe mais uma força de grupo!

APÊNDICE E - Tabela de Codificação Docentes

Código	Texto
PA1_1 Correntes	É, começaria com estudos da excelência, depois a visão crítica humanista, depois a função política e, por último, a integrada.
PA1_2 Estrutural	Bom, eu acho que esse vejo mais como. Assumir. Como comunicação integrada. O sentido de ser uma espécie de consultor ou de assessor da alta administração? É, e aí eu trago outras teorias, né? Teoria de sistema que a gente também trabalha e sistema aberto, sistema fechado, né? Para eles entenderam o público nessa correlação. E as teorias também, que tem uma. Eu gosto de ter uma ênfase mais para publicidade, propaganda, mas eu acabo abordando também que é de persuasão. E a de trocas sociais, se não me engano, não esqueci o nome.
PA1_3 Administrativo	É, aí eu vejo mais com a função política. É onde tem aquelas diferentes fases que a gente precisa compreender e vejo também a teoria situacional de públicos. Com aquele olhar do Fábio França, não é?
PA1_4 Filosófico	É, aí eu vejo também a comunicação integrada. Com uma visão humanista. São as 2 áreas que eu acho que estão mais relacionadas com a comunicação interna, né? Para. Para o profissional compreender e que ambiente ele está, né?
PA1_5 Político	Espera. É aí, por exemplo, eu trabalho de teoria de sistema. Geralmente é. É o mundial em foco a necessidade de você ter essa relação com a sociedade ou se você ficar fechada no teu mundo como um sistema fechado, né? Não. Essas de governança corporativa, compliance. Assim, inclusive, quase eu não abordei esses dois temas. Geralmente eles são abordados na disciplina de mediação de conflitos ou de crise? Alguma coisa assim? Tem um outro, uma outra.
PA1_6 Comunicacional	É, aí eu acho que é muito a cara da comunicação integrada. Né? Onde a gente tenta trabalhar? O público vê qual é a ferramenta mais adequada para atingir esse público, no caso.
PA1_7 Psicossociológico	Vamos sentir a imagem perante a opinião pública. Esse aí. Está mais naquela de excelência. A. Esqueci o nome agora é. É, seria a teoria da excelência. Não, eu não, não trabalho. Teoria já. Opinião pública na teoria de relações públicas, isto é, num projeto pedagógico de curso anterior. Tinha uma disciplina específica, a teoria de opinião pública é, eu não sei se no atual tiraram ou se se continua, mas por trabalhar, eu acho muito. É muito complexo a teoria da opinião pública, então eu acho que se tiver uma disciplina específica, eu acho que resolve. Mas eu acho que nem a nossa ementa dessa disciplina não entra.
PA1_8 Mercadológico	É aí também a comunicação integrada. Eu vejo uma relação mais direta. Sim, esse é mais tranquilo também para trabalhar, porque como é uma realidade deles, né? Venda de produtos e serviços.

	Então eu acho que é muito mais fácil eles absorverem a compreensão do que a gente está querendo abordar. E aí também eu acabo falando dessa. Dessa venda de produtos, serviços também com aderência e marketing. Quando eu falo da teoria de sistema também. Hoje, a pesquisa de mercado acabou sendo da. Lado um input para a organização.
PA1_9 Personalístico	Aí é a cara também da função política. Eu achei também bem relacionado, porque se precisa lidar com diversos públicos, mas mantendo ali o teu papel, né corporativo, digamos assim.
PA1_10	Eu acredito que por aquelas teorias que a gente já precisa logo no início, né? Eu acho que todas elas dão para trabalhar os 2 públicos. É alguns, talvez a gente enfatize mais, como por exemplo, a visão humanista da Peruzzo. A gente foca muito mais no público interno, né? Porque é a turma que operacionaliza. E a comunicação integrada, por exemplo, talvez foque muito mais no externo. Seria relacionamento com os públicos de interesse, por exemplo. É, e aí também eu costumo fazer uma distinção que geralmente acontece na comunicação. Privada e a comunicação pública, né? Na privada, o enfoque está muito maior na comunicação interna. Motivacional? O atingimento desses objetivos etc., e a comunicação pública está muito mais interessada na opinião pública e estar presente na mídia é com uma boa imagem do governo, enfim, porque tem interesse, talvez até eleitoreiro, né? Então. Essa é uma diferença. Eu acho que o público interno tem prevalecido. Eu entendo, eu acho que a gente acaba enfatizando mais com a comunicação, com os funcionários e a imagem que ele transmite para o externo, né? É como se fosse o externo, como se fosse uma consequência de como o público interno verde. O público interno trabalha e como é que isso se reflete lá fora, né? Então eu acho que as teorias de foco mais não entendo.
PA1_11	É aí que eu abordo muito a questão da função política. Porque ele funciona às vezes, como uma espécie de. É que aí acaba sendo meio que 2 chapéus também que ele utiliza, né? Mas é meio que como o Ouvidor das situações que acontecem internamente. Mas também como alguém que tenta gerenciar, né? Essa crise, esse conflito é. Para que os objetivos? Omissão da organização seja cumprida. Exemplo? É problemas de dissídio coletivo, né? Que envolve sindicatos etc. Então eu estou com um agente externo, que é o sindicato, mas eu tenho um público interno. Que são os funcionários e que estão no mesmo sindicato que estão na mesma na mesma bagagem, né? Então, acaba gerando meio que um conflito, mas eu também tenho que, né? Que trabalhar a compreensão da necessidade de um e de outro, né? Favorecendo as 2 aulas, né? E aí, novamente, o público interno tem a sua é? Né? Que eu diria o seu destaque maior. Na teoria.
PA1_12	É aqui. Eu acho que a gente. Precisa melhorar ainda. Eu acho que a gente tem pouco conteúdo para trabalhar. Nesse jogo, eu consigo trabalhar muito mais. No componente administração em relações públicas, o rock é outra coisa, né? Disciplina que o ministro, mas na de teoria, eu, eu tenho realmente uma certa dificuldade, né? De

	<p>como trabalhar esses esses dois itens, né? Apesar de eu abordar, né? Na função política, como já falei. Mas eu penso que ainda tem campo aí para, para a literatura, abordar esses 2 temas.</p>
PA1_13	<p>Aí eu vejo muito mais institucional. Eu acho que o institucional fala mais alto, né? Porque a gente trabalha com a imagem da da instituição, é e o mercadológico é muito com o olhar do marketing, né? Com. Ou seja, como se o marketing se preocupasse mais com a questão de vendas, né? O institucional mais com a questão da imagem da da organização. Então, o enfoque acaba sendo maior para o institucional.</p>
PA1_14 Função Política	<p>É, eu trabalho menos. Por exemplo, na disciplina de teoria das relações públicas, a comunicação integrada está? Porque eu já percebi que ela é bastante trabalhada, e tem tantas outras disciplinas. Eu disse, gente, eu não, eu não vou ficar falando disso que vocês não ficam. Eu ouvi isso durante os 4 anos do curso de RP. Vocês vão ouvir falar em comunicação integrada, então, na de teorias, eu reduzo um pouco, né? Eu faço apenas um, passando assim um sobrevoos realmente. E eu enfatizo muito a. A de função política, apesar de que sempre dá polêmica na sala, porque eu acho que o Simões.</p>
PA1_15 Ensino Teoria	<p>Eu vejo com bons olhos. Marcelo, eu acho que é uma oportunidade realmente de você abordar de forma diferente, mas lúdica. É do que até aquela teoria realmente pesada, né? Onde a gente tenta amenizar ali, com exemplos, trazendo práticas para você, tomar, consegue se enxergar no mundo, né? Do que ficar a gente fica realmente só lá na teoria. É a possibilidade do jogo. Também acho que as pessoas enfatizam muito também a questão prática, esquecendo a teoria, né? Por exemplo, lá na universidade ninguém quer ministrar disciplina de teorias. Não é? É. E aí acaba sobrando. Por exemplo, eu estava afastada e quando eu voltei eu tive que pegar teoria, porque ninguém queria, né? Então por quê? Porque todo mundo se identifica com a prática que é, né? Mas como é que eu diria, é mais ativo, né? Você consegue envolver mais os alunos do que ficar falando de teoria para os alunos, né? Mas aí, por outro lado. É, e se não falar da teoria, também acaba envolvendo os professores que nas disciplinas práticas, esquecem completamente de fazer a relação com a teoria, né? E isso acaba refletindo realmente na saída do aluno. Ele saiu, ele não consegue também correlacionar.</p>
PA1_16 Interdisciplinar	<p>Acho que talvez tivesse algo para acrescentar mais no sentido de que tem muitas contradições, né? Além daquelas que você listou, existem muitas outras, mas não me vem agora. É, sei lá, integrar as equipes para que a gente possa fazer uma comunicação mais adequada. Mas, por outro lado, a gente não tem recursos, né? Para fazer isso, então, a pessoa acaba desenvolvendo papéis de quatro ou cinco profissionais porque não tem recursos, mas ainda assim, a organização diz que é importante. Então, tem assim um contrassenso que a gente acaba identificando. A relação de poder que por mais que seja importante que diga que a relação humanizada é importante, é fundamental que tenha isso e tal, mas</p>

	não tem recursos na organização. Então assim, pelo ponto de vista das teorias, eu acho que os três mais que eu trabalho realmente são Peruzzo, Simões e Grunig.
PA2_1 Correntes	Aí eu acho que está mais ou menos nessa linha, bem mesmo por que é Margarida, não é? Ninguém passa pelas turmas de RP sem estudar, Margarida Kunsch, principalmente porque é a visão de Relações Públicas. É bem aplicada, e não é só teórica, é uma teoria que a gente consegue aplicar desde a época daquele livro amarelo, obtendo resultados em relações públicas. É porque era top função política. A gente ainda usa muito, e já com outras vertentes também, como o livro do Roberto Porto Simões, mas a gente usa inclusive para falar da comunicação integrada. Grunig, eu não conhecia esse autor deste estudo de excelência. Isso quer dizer que eu nunca usei, não lembro dele ou posso ter usado outros? Eu uso muito autores mais voltados para a reputação. E, para pensar nessa visão crítica, eu uso muito é a Peruzzo, especialmente para falar da parte humanística das relações comunitárias. Da importância disso, quando a gente vai falar das várias áreas de trabalho, principalmente na disciplina do primeiro período, quando a gente vai dar uma contextualizada para as relações públicas, principalmente para falar da importância da dos vários mercados de trabalho e tal, então, Peruzzo com certeza entra quando a gente vai falar de, de relações públicas comunitárias. Mas hoje a gente também já utiliza muito o que o que eu entraria nessa questão da visão crítica a parte de reputação?
PA2_2 Estrutural	Não tem para onde correr, a gente entra com comunicação integrada, né? O rumo é gente, utilizaria muito, mas também por ser cargo de gestão. Por ser uma abordagem gerencial, com certeza a gente também trabalharia os estudos de reputação. Entendeu? Porque para falar, para dar importância da imagem, não é dessa, desse nosso trabalho de gerenciamento de imagem, de identidade, a importância da reputação e como que o trabalho de relações públicas. É importante para manutenção de uma reputação correta, totalmente associada a uma imagem incrível, né? Uma identidade, uma imagem incrível, então eu acho que seria nessa pegada, bem aí.
PA2_3 Administrativo	Aí seria bem Ana Luiza Almeida, até acredito que seria melhor a Margarida e Ana Luiza. Eu acho assim é em quase todos os casos. Talvez isso aconteça aqui comigo. Eu acho que Margarida é a base, é o conceito e eu vejo em Ana Luiza que não unicamente nenhuma, nem a outra, mas eu estou falando pelo que a gente vem citando desde o início. É a antiga e nova geração, trabalhando integradas, exatamente porque quando a gente lê na Luiza, ela sempre faz, inclusive uma releitura de algumas coisas que a Margarida já falava lá atrás, né? Então já falava, não fala até agora, né? E a gente tem a sorte de ter o nosso ícone.
PA2_4 Filosófico	Olha, eu tenho trabalhado muito com o material de Paulo Henrique e da Rosália del Gáudio sobre comunicação. Olha para dizer que eu não estou mentindo. Eu gosto de mostrar. Eu uso. Eu uso muito

	<p>esses 2 livros aqui, né? Eu o tenho tanto em inglês quanto em português. Megafone, megafone com smartphone, práticas, desafios e dilemas da comunicação com os empregados. Então eu gosto muito, porque é uma literatura muito voltada para o público interno. Então e aí, volta para a questão também da Margarida, pois acho que ela é desde sempre, quando ela trabalha, a comunicação integrada. Ela nunca esqueceu o público interno, não é? Então eu acho que Margarida sempre cai super bem, é como um Pretinho básico.</p>
<p>PA2_5 Político</p>	<p>Interessante, porque aí já entra a questão da ética, né? Já tirou os autores de ética? Que também tem a ver com a questão da reputação, né? Porque essa questão de compliance, de transparência, tem muito a ver. A escola de Minas Gerais é uma escola muito boa para os trabalhos nesse aspecto, né? É do sul. Eu conheço a Milena, né? Maria Helena Weber também, que tem um trabalho muito forte na parte de política de comunicação pública, né? Nessa questão das organizações dos seus públicos, então eu acho e busco autores também como Maria Helena Weber, Rudimar Baldissera e Ana Luiza Almeida.</p>
<p>PA2_6 Comunicacional</p>	<p>Eu estou tentando lembrar quais é porque eu, os autores que eu utilizava, como, como e com meios de comunicação dirigida e dependia muito, porque se ela é dirigida, auxiliar, dirigida, impressa, né audiovisual, então dependia muito de ir. Para qual comunicação dirigida a gente estava trabalhando porque a dirigida aproximativa era que envolvia eventos, né? Então, depende muito. Você acaba se utilizando de praticamente todos os autores que a gente tem à mão, dependendo, ou, inclusive, A gente utiliza muito autores que envolvem a publicidade. Um porque a gente trabalha a questão da, da utilização dos instrumentos, da comunicação dirigida. É, é desde os audiovisuais. É o house organ não é aquele boletim o máximo que tinha de eletrônica era o boletim eletrônico que se fazia. Aí depois veio o e-mail marketing e aí a gente começou a trabalhar com outro, com outros instrumentos, para fazer uma comunicação mais dirigida e hoje a gente tem inúmeras outras possibilidades. Hoje a gente trabalha com podcast. Hoje a gente trabalha com os próprios vídeos institucionais de uma forma muito mais elaborada, então a gente consegue trabalhar com um material muito mais interativo. Nas dimensões da comunicação, né? E da própria atuação das relações públicas. A gente já está indo para um, para uma esfera bem mais diferenciada, que tem o quê, 10 anos mais ou menos, se a gente for pensar no tempo de idade, né? E as redes sociais que a gente tem esse nível de dinâmica, muito recentemente, então, até a gente ainda está descobrindo como trabalhar isso, trabalhar essa imagem, essa reputação é essa, esse relacionamento com esse público.</p>
<p>PA2_7 Psicossociológico</p>	<p>É isso também é. Essas questões de imagem, de identidade. Eu particularmente uso muito Ana Luiza, porque eu uso. Vou muito para a parte de reputação e busco outros autores que também trabalham. A própria Margarida que ela tem é coisas maravilhosas, muito atualizadas, artigos. É. É a Carol Terra. Eu até esqueci de falar da Carolina Terra, não é? Ela tem um material muito bom que é muito</p>

	<p>atual, que fala da imagem na comunicação digital. Ela é muito desta área do digital, então até por algumas das outras situações que tu colocaste, né? E ela já tem essa linguagem mais atualizada, mais moderna, então a gente tem uns autores.</p>
<p>PA2_8 Mercadológico</p>	<p>É, eu acho que é muito, Carol Terra também, entendeu? E alguns autores que são da área da publicidade, mesmo que trabalham com branding, trabalham com naming, né? Com essas áreas eu até vi hoje e já tinham me falado muito dela, dessa, da, daquela menina aí do sul, menina não, que já é. É, eu vou dizer menina, porque eu estou realmente lembrando o nome dela, mas tu vai lembrar que ela trabalha inbound PR.</p>
<p>PA2_9 Personalístico</p>	<p>Olha nesse tipo de prática, eu acho que a gente também trabalha com imagem, reputação, porque eu direcionei muito isso para o trabalho de media training, o reformação de porta vozes, né? Quando você tem que saber como, como conduzir, né? Como assessorar porque isso é um trabalho de assessoria, né? Quando a gente é o interface da empresa com os públicos estratégicos, você é o porta-voz, né? E quando a gente faz uma assessoria de comunicação, quando nós estamos gerenciando? Uma assessoria de comunicação. E aí também, eu acho que é. É. Tem uma função política aí, porque a gente sabe, né, que é muito forte o nosso posicionamento, seja numa empresa pública, privada ou no terceiro setor. Para adquirir recursos, enfim, então a gente consegue ver praticamente todas as outras. As teorias envolvidas aqui, porque é o momento em que nós, como relações públicas, nós fazemos a nossa função política. Nós fazemos a nossa função da própria comunicação. Nós fizemos todas aquelas funções que o Simões falava no livro dele, né? Que são e tanto ele quanto Margarida. Então, mesmo que a pessoa não utilize nenhum nem outro qualquer, a tua autora atual, que fale sobre, é essa relação da gente é, é representando a organização no fundo do fundo, ele está falando se é se apropriando de conceitos que já vieram. De Margarida, de de do próprio Teobaldo, não é que seja mais antigo, mas que falava muito dessas funções da gente como, como representantes institucionais, né? Já é uma comunicação bem institucional.</p>
<p>PA2_10</p>	<p>Mas eu sempre acho que a primeira coisa que tem que se fazer num caso, deseja trabalhar o público interno. Um, porque o público interno, ele é que ele é o espelho da instituição. Para o externo, a realidade, o público externo. Ele não fala com o dono da empresa. Ele pode até se espelhar no dono da empresa em algum momento, mas quem conversa com ele, quem representa, quem é o verdadeiro espelho da instituição, da organização é o público interno. Eu sou muito a favor de que o melhor alcance para o externo seja através do interno. Olha, não é, por exemplo, eu conheço pessoas que trabalham em empresas, mas que não consomem por vontade própria. O que essa empresa vende, produz, comercializa. Pode até utilizar por obrigatoriedade de contrato para que seja obrigado a fazer isso, mas se pudesse escolher, não compraria. Então isso é horrível. Porque é uma pessoa que está ali unicamente pela questão financeira. Se tivesse outra oportunidade, já teria saído</p>

	<p>esse para mim. Embora não se use quase mais esse jargão, é o verdadeiro vestir a camisa, que é o que a gente olha, né, que é o que o público externo vai ver e hoje, em tempos de visibilidade, de transparência, de imagem, isso é acelerado através das redes sociais. Hoje, em tempos fortes dos estudos de reputação, mais do que nunca, o público interno se faz. Extremamente importante para que o público externo seja realmente alcançado.</p>
PA2_11	<p>Eu penso que na resolução do conflito eu nunca vou ter uma compreensão mútua. Se o conflito se mantém insolúvel. Uma das primeiras coisas que a gente tem que aprender, é que, como o conflito existe naturalmente, ele sempre vai existir. Ele existe dentro de nós. Como não vai acontecer entre nós, né? Se existe dentro de nós e qual é a melhor maneira se a gente tanto fala que é? É a Liberdade de pensar. Ela existe a partir do conhecer. O conflito é necessário, né? E aí eu sou um pouquinho a favor da teoria do caos, de que às vezes é necessário o caos para gerar ordem, não aquele caos de destruição, mas o caos. Esse conflito do questionamento né, do buscar entender os porquês para a gente poder encontrar as respostas, a buscar respostas, porque pra mim, a compreensão mútua é uma consequência de um conflito resolvido. Ela nunca vai existir se não for a partir do conflito. Então primeiro eu vou no conflito para tentar entender os mecanismos, os motivos, os porquês desse conflito para poder buscarmos soluções que desenvolvam a compreensão mútua.</p>
PA2_12	<p>Eu utilizo o mesmo pensamento de agora há pouco, porque as relações humanas, elas são relações de poder. Desde sempre, o filho em tenra idade que aprendi que chorar é necessário para que ele seja alimentado, que para que ele mesmo sem ter a inteligência ainda desenvolvida por natureza, o ser humano descobre as fases de poder dele com o outro e do outro com ele. Então, as relações humanas para serem equilibradas ou harmônicas, elas exigem que nós compreendamos as relações de poder, né que existem. Algumas nós concordamos, algumas nós conhecemos as regras do jogo, outras nós não conhecemos para muitas delas, nós não estamos preparados e se a gente não entende quais são as regras do jogo, a gente não se prepara para o jogo. E a tendência é a gente perder, não é? E as relações humanas, elas sempre serão relações de poder. Essa necessidade de transparência entre os pares não é porque existe uma relação de poder entre os pares. Sem nenhuma palavra tácita, mas às vezes você deixa aqui sempre um colega, fale por você para representá-lo diante da empresa e tal, então entre os pares, já imagina a relação entre os não pares, né? Entre os nossos ímpares que ficam é, é as pessoas que estão abaixo de nós hierarquicamente ou acima de nós hierarquicamente, né? Então, é uma teia que está muito bem representada no teu vídeo, quando tu mostras o elevado. É porque é muito isso. Tem carro por baixo, tem carro por cima, tem carro em sentido diferentes, né? Mas todos têm um caminho. Todos têm um objetivo, né? E quando cada um conhece um pouco o seu lugar no jogo, suas possibilidades de movimento no jogo, isso auxilia.</p>
PA2_13	<p>Olha, eu sou do institucional, eu sei que mercado é mercado, mas</p>

	<p>para mim, um institucional também é mercado, porque eu penso que a gente, equivocadamente, cresceu ouvindo falar que mercado é o que tudo que envolve venda e compra, compra e venda, quando na realidade, quando a gente começa a trabalhar, a reputação e outros bens não tão tangíveis assim e às vezes muito difícil de ser mensurado, a gente percebe que o institucional é um mercadológico muito forte também. É quando a gente deveria perceber melhor quando a gente estuda a diferença de publicidade para propaganda. Né? Por conta disso, é importante essa disciplina para gente de introdução à publicidade, introdução à propaganda, para a gente entender essa questão e aí nesse momento a gente entende um pouquinho essa noção de mercadológico, né? Porque eu acho que o pobre do mercadológico ele ficou muito malvisto. Em relação ao institucional, é como se o institucional fosse. Os bonzinhos e o mercadológico são o diabinho da história e não é. Cada um tem o seu espaço, mas eu sou muito mais pelo primeiro. Priorizar o institucional como uma parte do mercado. Como mercadológico, em tese, é o que dá dinheiro. Muitas vezes as pessoas correm para o mercadológico pela ideia equivocada de que é ali que está a mina, né? A galinha dos ovos de ouro, quando na realidade, o institucional que trabalha com reputação, que tem na realidade um alcance muito maior, porque você pode trabalhar o institucional em todos os setores. Não é, inclusive, para ampliar o seu mercado. Lógico, né? Porque o mercadológico, às vezes ele carece de uma coisa que a reputação do instituto do institucional é que traz um fortalecimento de imagem maravilhoso. Né? Então são, é. É como tu falaste, são, às vezes são ideias, díspares, mas que no fundo, no fundo, elas não são divergentes, elas são convergentes. Quando a gente entende a importância de cada um. Mas eu particularmente acho que tudo começa pelo institucional, porque inclusive ele que dá base para o mercadológico.</p>
<p>PA2_14 Função Política</p>	<p>Olha, é sério, é uma tese, e isso é uma cara de tese mesmo. Eu achei muito legal a forma como tu estás pensando isso, e, acima de tudo, é uma grande possibilidade desse trabalho nos auxiliar a entender a política e o pensamento crítico de relações públicas, considerada uma das nossas maiores fragilidades. É o que eu estou sentindo muito. Eu estou num doutorado que é altamente crítico. Aqueles e jogos empresariais. Não é que era assim que se chamavam antigamente. Os jogos empresariais. Então, a partir desses jogos, eu acho que fica legal para você trazer casos reais, né? Trazer a realidade de mercado para dentro da sala de aula, para que o aluno possa estudar essas teorias.</p>
<p>PA2_15 Ensino Teoria</p>	<p>A minha base é aplicada. Eu sou RP, eu sou técnica, eu estou aprendendo a desenvolver essa leitura. Então eu acho que essa forma como tu está apresentando é positiva, inclusive eu não estou te falando que no teu vídeo eu aprendi mais da teoria política do que nas aulas que eu tive na graduação. Isto porque às vezes as pessoas acham que dificultando é que fica bonito assim o ruim. Eu acho que da forma tu está propondo é mais facilitado o entendimento. Outro aspecto que cabe aqui é ser feito uma reapropriação das teorias mais antigas, porque não é que elas estejam erradas, apenas não cabem mais em nossa realidade.</p>

<p>PA2_16</p> <p>Interdisciplinar</p>	<p>O que eu tenho já: de vista a respeito desse teu, desse teu material? O primeiro é que ele é extremamente didático e isso é muito importante, é extremamente didático, e o segundo é que ele é extremamente interessante para a gente aprofundar essa visão crítica da própria profissão de relações públicas, porque por ser didático, ele destrincha de uma forma bem didática. Explica sem ficar chato, sem ficar complicado, não é? Destrincha para facilitar e não para complicar, né? Então eu acho isso muito importante e eu acho que é uma coisa também que se faz muito importante nessa aplicação, desse material, é a possibilidade de ser trabalhado, isso em todas as disciplinas iniciais de relações públicas.</p>
<p>PA3_1</p> <p>Correntes</p>	<p>É um pouquinho difícil, na verdade, porque trabalho com todas elas, então não tem assim. A gente trabalha só com uma função política, por exemplo. Trabalho com todas elas, e de uma forma mais ou menos similar, especialmente aquelas que têm algum representante como você falou aí brasileiro, então, numa perspectiva de abordar essas visões, né, da profissão. A partir de autores brasileiros, então? Nesse mesmo grau, digamos assim, de importância porque todas elas são abordadas de uma forma similar, né? Claro que dependendo da turma, dependendo da discussão, dependendo do quanto aquele texto é novidade para aquela turma, então às vezes vai aprofundar mais um, mais, outro vai detalhar mais. Mas, por exemplo, neste semestre, talvez até a questão da dos estudos da excelência, tenham se destacado mais e em virtude de que os alunos lerão o texto, todos eles, né? Porque os estudos da excelência, acho que eles aparecem como uma abordagem quando trago uma visão global para eles, porque eu costumo trazer também um pouco essa. Abordagem global mesmo, né? Da de outro, de outras subdivisões que alguns autores trabalham em que estuda, excelência sempre aparece como um grande paradigma também, né? Dentro dessas teorias que tem essa abordagem mais sistêmica, digamos assim. Então acho que dessas visões é a integrada, a política, e a humanista na disciplina. Elas são bastante parecidas. O que eu poderia talvez te dizer para tentar te dizer uma prioridade, apesar da dificuldade, é que a integrada outra talvez aborde menos ou de me traga menos explicações, porque ela é uma, tem um texto mais próximo dos alunos.</p>
<p>PA3_2</p> <p>Estrutural</p>	<p>Acho que né. Nesse contexto, aqui fica bem, tem uma relação bem direta com a teoria da excelência. Mas não só. Então, se você prefere que eu tenha sinalizado aquela mais, eu acho que, na verdade, muitas situações envolvem vários aspectos teóricos, né? Sim, eu vejo que é a esse nível atuando em níveis gerenciais, né? A cargo de gestão eu vejo muito essa questão da tríade, excelência, mas também a questão da comunicação integrada, porque é um também é um pressuposto desse entendimento, é, que o profissional tenha uma atuação ampla. Mas acho que, em especial, a teoria da excelência, até pela ideia, né?</p>
<p>PA3_3</p>	<p>Aqui, eu já acho que a correlação dessa situação. Para mim é, faz mais. Acho que eu trabalharia com isso ou quando trabalho com</p>

Administrativo	<p>isso, acho que vem tanto a questão da própria teoria do Simões. A ideia de que RP atua nesse espaço, nessa ambivalência, né, da harmonia e do conflito. Acho que ele traz bem isso, explica bem isso, né? Faz sentido. Gestão de crise controversa em diferentes públicos, esse é na verdade, eu acho que é um aspecto que até essas abordagens mais tradicionais. Até do próprio Andrade, né? Os textos mais tradicionais também reforçam bastante essa ideia do. Dele atuando na nas questões de. Digamos assim, na busca da harmonia, né? Utópica. Mas eu acho que a perspectiva mais atual e mais alinhada seria mesmo do dos textos do Simões. Acho que para trabalhar essa ideia da controvérsia, né?</p>
<p>PA3_4 Filosófico</p>	<p>Acho que essa situação surge mais a termos de discussão da aula, assim como uma situação profissional. Até acho que mais alinhada com essas abordagens críticas e humanistas, né? Essa visão do papel do profissional também num contexto mais social, digamos assim, que não esteja só alinhado com o seu, com a busca pelo negócio ou focado apenas nisso, mas pensando a comunicação também como um elemento chave para o bem-estar das pessoas. Porque de alguma forma, quando a gente pensa na comunicação interna, essa é uma abordagem que dá um destaque também para essa comunicação, para esse tipo de comunicação. Como parte de um todo, mas que tem um papel fundamental, então acho que seriam essas duas assim aqui, que acionam mais, né?</p>
<p>PA3_5 Político</p>	<p>Eu vejo também uma correlação com a teoria mais crítica, né? Levando em conta o papel também das organizações, essa questão, essa ideia da transparência, da governança no sentido de uma relação mais procurando uma relação mais correta, justo, enfim, com a própria sociedade, não? Né? Com uma preocupação ética também acho que perpassa aqui. É claro que não só essa teoria, né? A gente tem também, daqui a pouco, outros textos mais específicos, mas a grande abordagem que eu veria acho que seria alinhada também com essa questão da visão crítica também não é da organização. Cumprindo, digamos, com esse papel, não é? E o profissional também atuando de forma ética, mas de novo, eu acho que a visão da comunicação integrada também ela, ela perpassa muitas dessas situações, né? Eu acho que aqui também, porque também são questões que surgem. Mas eu acho que é mais a questão crítica mesmo.</p>
<p>PA3_6 Comunicacional</p>	<p>Eu vejo aqui esse alinhamento com a própria abordagem da comunicação integrada, que traz esse aspecto de pensar as ações para cada público e de planejar as ações para cada público. E eu vejo também um alinhamento com essas abordagens mais tradicionais mesmo também, né? O Andrade depois, agora uma, digamos, uma atualização, a gente poderia pensar no professor Fortes alguma coisa nesse sentido, né? E outros pesquisadores, mas que se embasaram nessa linha de pensar, a comunicação dirigida, né? Mas dentre essas que você trouxe antes, eu acho que a comunicação integrada, que é que dá mais ênfase nesta questão.</p>
PA3_7	<p>Eu acho que aqui também a gente para abordar essa situação,</p>

<p>Psicossociológico</p>	<p>aciona bastante a comunicação. A ideia da comunicação integrada, porque a Kunsch traz um pouco essa questão da imagem também, né? Mas também, eu acho que é um tema bem presente em outras, né? Outras abordagens também a gente consegue acionar nesse sentido, o Grunig. Mas acho que seria mais a visão da comunicação integrada.</p>
<p>PA3_8 Mercadológico</p>	<p>Olha, eu acho que de novo, em parte a própria abordagem da professora Margarida, porque segmenta como parte do processo a comunicação mercadológica, apesar de que não se aprofunda detalhadamente nessa questão do marketing, né? Acho que as teorias específicas de RP não trazem muito esse aspecto. A própria abordagem da teoria da excelência também é, né? A gente acho que aciona um pouco esse aspecto, porque está bem focada também no negócio e nos resultados para a organização, não se limitando a isso. Claro, né? Mas acho que essas seriam as mais presentes.</p>
<p>PA3_9 Personalístico</p>	<p>A gente aciona, né? Relaciona tanto com a com a teoria do da excelência. Acho que ela traz isso bem forte. O papel do relacionamento e a qualidade dos relacionamentos. Como? Creio que está vinculada diretamente à qualidade do profissional. Então acho que essa questão da interface com os públicos estratégicos é bem presente. Acho que a abordagem da comunicação integrada também, né? Acho que a própria abordagem do Simões. Entra um pouco também nessa questão. Do papel importante que o profissional tem nessa mediação, né? A ideia da um pouco me vim aqui um pouco. Essa ideia da mediação, que eu acho que também a perspectiva da função política traz, assim, das relações de buscar essa interface estratégica. Dentro dessa micropolítica, acho que essas aqui, acionaria até essas.</p>
<p>PA3_10</p>	<p>A ideia do jogo, enfim, é interessante. Sempre. Também tem um pouco para a gente pensar é, é difícil realmente na nossa, na nossa área, realmente a gente se vê nesses jogos mesmo, né? É definir receita aí sem precinho, é sempre assado. Eu acho que para além, dessa análise situacional, porque eu acho que não existe aqui, eu acho que por isso a ideia é interessante, não existe um caminho único. No entanto, eu acho que a nossa construção é teórica, em geral, reconhece uma necessidade de não priorizar, mas de ter um trabalho com o público interno para conseguir fazer o externo. Trabalho coerente e mais consistente com o público externo. Acho que essa seria, digamos, no meu ponto de vista, é um caminho que até enfim, os acadêmicos associariam daquilo que eles já leram.</p>
<p>PA3_11</p>	<p>Eu acho que dentro da nossa abordagem teórica, o olhar é para a compreensão mútua. Acredito que seja necessário olhar para o infinito também. Mas eu vejo que ainda é muito forte e questionável e passível de críticas como a própria professora Peruzzo traz muito bem a ideia da compreensão como algo alcançável, né? Eu também gosto. O próprio Simões trata isso como uma espécie de uma compreensão utópica, uma harmonia utópica, né? Então, acho que, em termos teóricos, a nossa atuação é muito pautada pela compreensão. Compensa e para isso eu realmente, eu acho que o</p>

	<p>conflito ele acaba também entrando nisso, necessariamente precisa se olhar para o conflito, para a compreensão, mas acho que é um grande foco. Assim é partir da nossa hoje, da nossa, da nossa seria focar na compreensão. Mas, né, é como você disse, não tem um, tem um caminho só. Eu digo no sentido do que eu acho que atrai mais a, digamos assim. Seria o olhar predominante.</p>
PA3_12	<p>Esse é bastante complexo, eu acho. Estrutura teórica que esteja mais alinhada com a ideia, acho que das relações humanas. Acho que a em muitos aspectos até pouco alinhado a ideia da compreensão, mas acho que olhando muito para essa questão, acho que a gente tem mais subsídios para discutir e abordagens teóricas. A que, a que que tratam de alguma forma dessas relações pensando na questão da comunicação interna, por exemplo, e alinhado com outras áreas que o RP atua, é pensando todo o viés também da comunicação, que está fora desse âmbito mercadológico. Eu penso que a gente tem mais. Talvez mais alinhado com a ideia das relações humanas, né? O profissional acho que caminha mais por aí pensando também agora um pouco essas questões. Bem atuais também. Eu acho que a gente tem muitas discussões atuais que envolvem as questões humanas, o rumo, né? Mas é complicado porque isso não apaga as questões de poder. Elas estão ali também, né? Em todas essas relações humanas, também são relações de poder. Mas é pensando no que a gente tem em termos de discussão teórica. Eu acho que é. É mais uma discussão sobre pautar nas relações humanas do que exatamente nas relações de poder, o que não necessariamente seja algo tão positivo. Talvez a gente até. É preciso olhar mais para enxergar mais as relações de poder, mas imaginando a abordagem. Assim é que a gente tem hoje os temas que a gente tem trabalhado. Eu acho que mais as relações humanas.</p>
PA3_13	<p>É complicado. Eu. Eu aqui. Eu acho que o institucional pesa mais. Não que de novo não quer dizer que o por isso é um jogo, né? Porque os 2 estão aí. Mas eu acho que o mercado é lógico, ele é muito presente também na questão do estratégico, do RP no negócio. Mas eu vejo que, em termos teóricos, o mercadológico ele vem, como até quase que uma consequência do institucional, pensando relações públicas numa ideia, estratégia, estratégia da excelência. Ham mercadológico vai vir como resultado? Das boas relações do institucional, a própria anterior da excelência, trazem isso como um resultado monetário das relações públicas, né? Que tem um valor monetário para organização, mas que é muito pautado nas relações. E aí eu chego mais o institucional. Como uma, como o grande foco, até pensando na comunicação que vai além do âmbito das organizações com fins lucrativos, né? Então, acho que de forma geral, o institucional predomina.</p>
PA3_14 Função Política	<p>Facilitar o nosso caminho para um conceito mais. Amplamente aceito de relações públicas, né? Para uma consistência teórica, diante dessa diversidade toda, né? E de diversas possibilidades de adoção, talvez uma discussão dessas. O jogo pode ser um caminho para pensar, é justamente a chave para que alguns caminhos nesse jogo que são, por exemplo, reconhecidos ou</p>

	<p>identificados como prioritários e que isso poderia caminhar em favor de uma visão mais unificada do que é o foco das relações públicas.</p>
<p>PA3_15 Ensino Teoria</p>	<p>Acho que tem muitas pessoas que têm várias possibilidades. É, eu acho que em termos teóricos, né? Eu acho que olhar para essas dicotomias pode ser uma possibilidade de tentar identificar prioridades, ou então não sei que não sei se esse seria o termo adequado, talvez identificar. Aquilo que é mais significativo para nossa profissão. Também vejo como possibilidade a própria discussão disso em sala de aula, como um caminho também interessante para trazer todas essas teorias. Dessa relação dos fenômenos E até pra quebrar um pouco essa impressão, mas uma coisa muito particular minha que eu tenho um me incomoda. Quando os alunos questionam, há, mas na prática é diferente, né? Eu falo daí nessa disciplina, eu falo sim, vai ser diferente, é para ser, não é para ser igual, não vai ser igual à última teoria e o seu nome menos tem outra característica, eles fluem né? Eles têm outra velocidade, eles são transformados de forma muito mais dinâmica do que as teorias se atualizam. Um vier um construído. Na verdade, a condição para analisar diferentes fenômenos a partir de reflexões que já estão aí, que são as teorias, né? E aí é eu. Claro que é difícil, mas eu vejo que também a parte da metodologia da disciplina é importante, por exemplo, pelo menos, sei lá, um exercício que eu fiz esse semestre foi trazer um pegar um case e discutir a teoria da excelência e de assim a parte que que nesse case de pistas sobre os critérios do das relações públicas excelentes, onde é que vocês veem aí? Por exemplo, a gente tem uma disciplina de comunicação comunitária, então nessa disciplina, abordagem, crítica, honesta, vai, vai voltar. Esses textos vão voltar, outros textos com essa abordagem vão voltar? A gente tem a disciplina de planejamento de RP, abordagem da comunicação integrada também. Volta, né? A gente tem, então acho que diferentes agora de cabeça, nem saberia dizer, mas com certeza todos esses textos voltam. Então por isso que a gente adotou uma opção é colocar mais no início, para eles terem uma visão geral, por isso, por exemplo, a gente não trabalha só com uma abordagem, por exemplo. Vamos trabalhar só com a perspectiva do Simões, por exemplo, que é com certeza é fundamental, né? Que eu já vi em alguns currículos assim, que enfatizam, por exemplo, uma ou outra, né? Aqui a gente tem uma preocupação de dar uma visão geral pro aluno dessas diferentes visões. Por isso que eu te digo que eu, quando você falou das possibilidades, eu logo pensei como exercício, alguma coisa, se ela de algo que a gente já tenta, né, pensar como isso poderia ajudar? O que eu vejo como uma, acho que acho que a metodologia em si é um ponto chave aqui, talvez mais do que a posição, há na grade curricular, porque isso é muito complexo, depende do projeto, né? Então, por exemplo, nosso, a gente entende o que faz mais sentido o aluno ter essa visão, né? Então, a disciplina de teorias. Que ela traz uma visão geral até global, então eu falo também, né? Das abordagens essa visão, um pouco de entender o surgimento da profissão e entender também que eles estudam em outra disciplina, mas retomar isso e associar com a com a teoria. Então, sim, é eu particularmente tenho uma</p>

	<p>preocupação de no início do processo, começar a disciplina com essa discussão, relação, teoria e prática. Bom, porque eu vejo que existe uma assim, uma ideia assim os alunos veem o título, teorias, e aí já. Já aparece, já associa com algo que não tem vínculo com o que eu gosto, que é legal, que é a prática. Urro. Então eu faço um, faço questão de trabalhar essas primeiras aulas com essa relação e explicar essa relação. Como a teoria influencia a prática? Como que a prática está nas, como é que as teorias dependem da praia, essa relação, fenômenos e teorias, né? Que está lá na base da, enfim, de textos metodológicos e da construção da ciência.</p>
<p>PA3_16 Interdisciplinar</p>	<p>A como, como uma forma de trazer a toda essa questão mesmo, né? Discutir essa amplitude muitas vezes conceitual que a gente também acaba trazendo isso na disciplina de teorias das relações públicas. Imagino que a maioria dos professores que ministram essa disciplina acaba discutindo sobre essa variedade conceitual, né? Eu trabalhei com os alunos numa série de conceitos diferentes, visões diferentes de relações públicas e que essas abordagens trazem. De fazer essa discussão a partir de algumas situações do cotidiano, identificar também como os alunos, né? Como é que eles se se se vem nesse jogo ou como aquilo que eles aprenderam até aquele momento? Em termos de teorias, para que lado eles estariam pendendo dentro dessas situações antagônicas ou divergentes? Então acho que esse seria um caminho assim, talvez teórico, e vejo também como um exercício em sala de aula. Assim, para discutir tanto a teoria como a própria prática. Também, né? Acho que poderia ser um caminho nesse sentido.</p>
<p>PA4_1.1 Correntes</p>	<p>Eu acredito que a essa disciplina teoria, história de relações públicas ou em algum outro curso, teoria é de relações públicas. Ela tem que ser ministrada sempre dentro de um contexto no qual a gente vive. Pois quando nós ensinamos ou discutimos a teoria de RP, é, a meu ver, ela tem sempre que esta é contextualizada é na questão Brasileira, no nosso caso, né? É e mesmo se fosse em outro país. O contexto é muito importante. É uma vez que eu considero que o contexto é o lugar de fala, né? É o lugar da prática das relações públicas e o lugar da teoria em que nós elaboramos conceitos e definições.</p>
<p>PA4_1.2 Correntes</p>	<p>Hoje, quando eu digo hoje, eu quero dizer, nos últimos anos eu dou muita ênfase no caso sistêmico, então colocando numa ordem na corrente, função política. A meu ver, quando nós começamos a estudar relações públicas e ler os primeiros textos é que vieram de fora, né? Até porque o os primeiros textos brasileiros com é. Teobaldo é Hebe Wey e mesmo os textos da Margarida, todos citavam os autores estrangeiros, né? Da atividade de relações públicas e a função do profissional de relações públicas, ela mudou muito por conta do contexto. Um contexto em que nós temos uma força de tecnologia é, e isso se materializa com a questão das redes sociais de todo o aparato tecnológico. E num segundo momento, é 11. Função é de profissão e de profissional que está dentro de um contexto sociopolítico também. Totalmente diferente, né? É, a gente costumava fazer um corte e mostrar para o aluno a questão de 1983 1985 que foi é o divisor de águas. Isso está no próprio documento</p>

	da Rhodia, do manual de comunicação social que o Walter fez quando ele diz que a redemocratização era então o divisor de águas para a gente. Olhar é ter um novo olhar para as relações públicas e para a função do profissional.
PA4_1.3 Correntes	E depois da função política, encaminharia a corrente da visão crítica e humanística. É os autores, e muitos deles são estrangeiros, né? Principalmente a autora Derina Houltzhausen. Ter essa visão crítica, né? Ou seja, ele não é como a gente chamava. Vaquinha de presépio, ele não está lá para colocar em prática os desejos da empresa. Mas ele é um analista de cenário, então ele analisa e ele coloca sobre a mesa, é as percepções dos públicos para que a organização saiba qual é o melhor caminho. Então eu acho que essa visão crítica é importante. Em seguida, eu acho que os estudos da excelência, principalmente os últimos escritos do Grunig.
PA4_1.4 Correntes	E quando você coloca no a corrente teórica mais predominante, né? Na minha prática, eu diria que seria uma fusão até da função política, com a função crítica, porque hoje é O profissional. Eu digo, eu uso uma palavra que eu acrescentei nesses últimos anos, né? Se nós não tivermos repertório. É, nós não seremos bons profissionais de relações públicas. E o que que é o repertório? O repertório é conhecimento, repertório é a ação, as competências, né? Seja de conhecimento, de habilidades e de atitudes. Então é ver que a nossa atividade tem uma função política, né? Eu preciso de repertório e a mesma ao mesmo tempo, a visão crítica humanística de que olha. A organização, ela tem que crescer, mas ela só pode crescer. É a de uma maneira positiva, quando ela também coloca os olhos dos outros, né? Ou seja, ela não pode pensar no seu crescimento pelo crescimento, mas ela tem que pensar também no bem-estar da coletividade.
PA4_2 Estrutural	Eu acho que é a teoria do Simões, porque justamente é o quando eu estou num cargo de gestão. Eu estou fazendo política o tempo todo, né? Mas ao mesmo tempo, eu acho que a teoria da excelência ela dá pra gente. É uma materialidade de nós vermos os níveis que nós podemos chegar, né? Porque muitas empresas, eu digo para os alunos, a nossa relação é muito assimétrica. Né? É a própria, é a alta administração que não consegue ver o alcance possível da área da comunicação e nos relegam para funções mais táticas e técnicas, né? Então eu acho que aqui eu vejo a teoria da excelência. Ela tem uma base funcionalista, mas ela materializa para a gente ver. É em que momento nós estamos na gestão da comunicação. Então eu diria que a correlação seria. Na teoria, sem dúvida. A questão política é fundamental, né? É, eu acho que é. Eu sempre digo que faltou para o Simões uma maior divulgação, né? Porque a teoria dele, ela cai como mosca no mel, né? Para a essa, pra essa situação que você coloca. A teoria do Bruno Ning, ela mostra para gente em que nível a gente está com uma organização que tudo isso tem que ver com o que eu comecei a falar lá atrás é o nosso contexto, né? Muito provavelmente esta mesma situação. Se você perguntasse para alguém que mora na Finlândia ou que mora, é, sei lá na Noruega, a resposta seria outra, né?

<p>PA4_3</p> <p>Administrativo</p>	<p>É, eu. Eu colocaria novamente. É. A questão da teoria do Simões, porque quando a gente está falando em conflito, né? Ele mesmo coloca, é a função que a gente tem de tentar diminuir. É. O os níveis de conflito dentro da organização, porque muitas vezes os conflitos são decorrentes de mal-entendidos. Não é realmente um conflito que vai causar uma, é uma rachadura na organização, mas são mal-entendidos que levam ao conflito, né? Então, por isso que eu acho que essa teoria é a política do Simões, ela é fundamental e aí só abrindo um parêntese. Eu digo, talvez, mas no fundo eu digo com certeza, nós deveríamos ter outros componentes na matriz curricular que nós não temos. É para dar conta da corrente do Simões, por exemplo. Negociação, né? É? Não sei. Eu teria que ver todas as massas matrizes, mas quantos dos 64 cursos tem? Um componente chamado negociação, né? É quantos componentes tem gestão de risco? E crises, né? Então esses componentes, para mim, eles são importantíssimos para a gente entender a força que tem essa, essa visão, essa visão política. Então eu acho que nessa segunda fase eu vejo a teoria do Porto Simmons, aí é de cabo a rabo, né? Num aqui a gente não tem a teoria de públicos, né? Do Fábio França, mas ela com certeza está embutida. É nessa teoria.</p>
<p>PA4_4</p> <p>Filosófico</p>	<p>Eu acho que aí a gente poderia trazer a teoria da comunicação integrada no sentido de que as áreas já se conversam e se conversam, talvez por uma questão até prática e financeira, né? Porque você hoje tem menos pessoas, eu me vejo, eu estou com meus ex-alunos, em grandes empresas, e os núcleos de comunicação são mínimos, né? Então essa questão de o RH estar próximo da gestão, e o pessoal da comunicação organizacional, o marketing longe. Eles estão todos muito próximos, seja porque o objetivo é um só, né? É fazer com que essa organização tenha um bom posicionamento. Ela seja transparente, ela tenha bons produtos, serviços, mas também pensando na questão financeira, se não o departamento onde eu trabalhava, teria mais pessoas.</p>
<p>PA4_5</p> <p>Político</p>	<p>Eu acho que volto. Volto à questão do Simões, porque as relações para governança têm a ver com as políticas. É a maneira pela qual a organização quer ser conhecida e quer é se dar a conhecer. Para os seus públicos, e o compliance tem tudo a ver com isso. O compliance é a transparência, é a forma como a organização diz. Eu errei, eu me equivoquei, né? Estamos mudando E assim por diante, acho que é uma, é uma função política, basicamente.</p>
<p>PA4_6</p> <p>Comunicacional</p>	<p>O ruim é que eu vejo muito a teoria de excelência, né? O que que nós é que eu acho que é uma pergunta que nós deveríamos fazer no nosso exercício profissional, né? O que que nós estamos esperando do nosso trabalho nesta organização, a qual nós pertencemos, né? É só o cumprimento dos planos estratégicos da empresa ou nós temos algo a mais que é ao cumprir é as estratégias, os planos da organização. Nós também estamos preocupados, né? Como é os diferentes públicos e como nós vamos chegar a cada um deles. Aí eu vejo muita teoria do Grunig, quando ele coloca, por exemplo, num segundo momento, né? Quando as empresas acham que o relacionamento com os meios de</p>

	<p>comunicação é sério, é, é, seria um caminho para que a gente conseguisse essa compreensão mútua e que isso já se mostrou. É pequeno, né? Se mostrou que não é totalmente eficiente, que é para que a gente possa ter essa compreensão mútua por parte dos públicos. A gente precisa ver a organização se comportar como o seu discurso, diz, né? Ele fala muito disso, então por isso que quando no quarto modelo ele fala da compreensão mútua né? Ou seja, esse equilíbrio de interesses e quando o público vê realmente que a organização está fazendo a sua parte, né? É então, eu. Eu vejo muito a teoria de excelência do Bruno e aqui e aí, e os modelos? Eu acho que é uma maneira de materializar para o profissional, para o profissional, ver em que momento ele se encontra. Em que estágio ele se encontra. Incapacidade dele, mas é o contexto. Aí eu volto a questão, né? O contexto é nacional e organizacional.</p>
<p>PA4_7 Psicossociológico</p>	<p>É, eu acho que eu. Eu voltaria a questão da excelência, né? Por que quando você fala da atuação profissional, eu vou para o enfoque crítico que é formar um ativista organizacional, né? Esse ativista organizacional, ele tem que estar alinhado com as estratégias da empresa, mas ele também tem que estar alinhado com o contexto, né? Então, nesse sentido, é a atuação do profissional para a formação. É da opinião pública, é? Não depende só dele, né? Depende do entendimento da organização sobre o que é essa imagem ou essa. Esse conceito, essa reputação perante a opinião pública, é para obter uma boa vontade.</p>
<p>PA4_8 Mercadológico</p>	<p>É, eu acho que talvez nesse modelo da comunicação integrada, né? O que você tem é o marketing, a comunicação e dependendo também que eu acho que eu, eu, uma outra coisa que eu sempre faço, trato de enfatizar, é dependendo do setor, né? Então você vai ter setores, né? Nós vamos ter setores em que o marketing ele vai ter uma predominância muito maior do que a comunicação institucional, ou organizacional, né? É principalmente quando nós falamos de grande varejo, né? Quando você fala de empresas do setor químico, é do setor farmacêutico. Aí a gente vai ter uma outra leitura, porque nós estamos falando muitas vezes de produtos que podem causar danos à saúde das pessoas, né? Então aí nós temos um trabalho muito mais de uma comunicação educativa, é de uma comunicação preventiva. Né? Mas em outros setores, como é, por exemplo, o setor do comércio, né?</p>
<p>PA4_9 Personalístico</p>	<p>Eu acho que essa sim, essa situação que você coloca ela é, ela é um mix de todas, né? Eu acho que ela seria um mix de todas. É muito, é tendendo, é para esse equilíbrio que seria o quarto modelo do da comunicação excelente e também eu acho que a última é porque é quando a gente está fazendo essa interface. É um dentro dessa situação. Eu não estou vendo só a gente fazendo isso para o benefício dos negócios da empresa, mas eu estou imaginando um equilíbrio de forças. E se você fala de um equilíbrio de força, a gente pode dizer de uma comunicação mais humanizada de uma de um olhar de analista de cenário mais crítico.</p>
<p>PA4_10</p>	<p>Eu diria que a situação da teoria da comunicação excelente, porque</p>

	<p>quando nós vemos os dois primeiros modelos, a gente só está pensando no público externo, né? Porque aquela comunicação de uma via. Quando você vai para o terceiro quarto e depois tem uma outra pessoa que criou 1/5 modelo, a gente vai olhar também para o público interno, né? Porque você tem o feedback, né? Então eu acho que a teoria da excelência, ela mostra isso nos modelos mais simplistas, os modelos mais táticos e operativos, estão sempre olhando.</p>
PA4_11	<p>Assim, exato, exato. Aí eu acho que é a teoria do Simões. Ela traz muito claro essa questão, né? Primeiro porque todos os outros, todas as outras Correntes falam muito mais de Harmonia, de bem-estar, de compreensão. E ele é uma das poucas teorias que já vem, que já entra com um problema, né? Com uma situação que ninguém quer enfrentar, que é o conflito, mas que é a situação mais presente em todos os nossos relacionamentos, né? É você, você vai fazer um jantar na sua casa, vai ter conflito, porque um gosta disso, o outro quer comer mais cedo, o outro quer comer mais tarde, mas porque que você fez essa comida? O outro não gosta, quer dizer, os conflitos, eles são permanentes, né? O que nós temos que saber é como trabalhar com eles, né? Então é aí. Se a gente vai chamar assim de jogo, como você colocou, eu diria que ele é um dos mais difíceis, porque nós teríamos que ter repertórios, conteúdos no curso. É que nos preparamos para enfrentar o conflito. Então a gente fala do conflito, né? E num momento em que eu não tenho um pouquinho mais de maturidade, é com relação ao curso.</p>
PA4_12	<p>É aí que eu vejo efetivamente o enfoque do Simões é, uma análise do contexto sociopolítico econômico do teu lugar de fala, de onde você está falando, né? Porque, por exemplo, é relações de poder na América Latina. É, elas têm. É uma característica totalmente diferente das relações de poder na Nova Zelândia, na Inglaterra ou no Canadá, e assim por diante, né? Ainda no Brasil, o que vale as relações de poder tem muito mais força do que as relações humanas. Falar de humanismo nas empresas. Os homens vão dizer, mas que estão dizendo não, isso aqui, isso aqui não é igreja, isso aqui não é Caridade. Isso aqui é uma empresa, né? Então é óbvio que aí entra a questão da leitura, do enfoque do Simões. Óbvio, né? É estruturas muito hierarquizadas, é o homem ainda como sendo o líder como sendo o responsável né?</p>
PA4_13	<p>Eu acho que aí tem muito da do primeiro, né? Do modelo, da comunicação integrada e do próprio contínuo do Grunig, quando ele mostra que os dois primeiros modelos são modelos puramente mercadológicos, é aquele modelo que você divulga, divulga, divulga, para quem está lá fora comprar ou conhecer, né? E o terceiro quarto são modelos em que você tem um olhar um pouquinho mais inclusivo. Então eu acho que seria. É bem isso ou? Ou seja, o próprio Grunig fala, né, qual é o grande problema da comunicação é que os recursos, né? O orçamento que nós temos na comunicação é infinitamente menor do que tem o departamento do marketing, né? E aí, por conta disso, evidentemente que na organização é o marketing, tem muito mais espaço e muito mais voz.</p>

<p>PA4_14</p> <p>Função Política</p>	<p>É quando a gente fala, é questão de conflito. Quando nós falamos de riscos, né? O que é uma crise com uma empresa? O que que o qual é a consequência financeira que isso vai ter para a empresa? Isso a gente não vê. Então, para os alunos é, as coisas ficam muito no ar, que são muito etéreas, né? Eles não sabem fazer uma conta, ou seja, quanto esta crise, né? Poderia afetar o negócio daquela organização? Então eu diria primeiro a interdisciplinaridade das questões teóricas ao longo do curso. E um segundo lugar são outros saberes que no nosso momento, no nosso contexto. É, a gente tem que trazer para realmente ser o que aderi na fala, um ativista organizacional. Acho que a gente está é, deveria estar num processo de um repensar, né? De repensar, apesar de que é, eu acho que o enfoque dos Simões nunca esteve tão atual como ele está nos dias de hoje, né? Eu acho que ele é atualíssimo. Nós estamos num contexto muito vulnerável, com muita mudança, e a questão política é que não é tratada no curso, né? O que é política? O que é fazer política? O que isso tem a ver com negociação, né? É, por exemplo, nós não temos aula, é uma disciplina de argumentação. Por exemplo, eu acho que faz uma falta tremenda no curso de RP. É uma disciplina de argumentação, como argumentar? Lógico, eu digo para eles, você só argumenta se você tem repertório e o repertório vem com leitura, né? Então uma coisa vai levando a outra, mas se você tem uma de uma disciplina de argumentação, você ensina o aluno a como ele se posicionar também. Às vezes ele até tem um repertório, mas ele não sabe argumentar, né? Então, são saberes que se no passado eles não importavam, porque o nosso papel era mais tático e funcionalista, hoje nós precisamos deles. Então eu acho que o teu trabalho ele vai, é talvez colocar uma luz nessas questões, né? É, é essa, é a função do teu trabalho vai mostrar pontos em que nevrálgicos, em que a gente vai ter que começar a atuar?</p>
<p>PA4_15</p> <p>Ensino Teoria</p>	<p>Impossível. Nem se você trazer o Grunig para falar com meus alunos, porque os alunos aos 17 e 18 anos, eles não têm a maturidade, eles não tiveram vivência. Então você falar da questão política é algo muito etéreo, é algo muito, é fora da vivência deles, né? Porém, se esse conteúdo. Então, gente, olha, é, tem uma área de marketing que faz isso, tem uma área, mas olha, a gente trabalha todo, todo junto aí para eles. Mas como você está falando que tem área separada, como que todo mundo trabalha juntos? Mas, enfim, eu acho que dá para você dizer que o nosso olhar vai mais por aqui. O olhar do marketing vai mais por ali, né? Mas outras questões, por exemplo, como as questões filosóficas e políticas, é que você não tem condição de tratar isso no primeiro semestre do primeiro ano, então isso teria que ser. É desenrolado, né? É com muita graxa, com muito olho, com muita criatividade, né? Ao longo do curso, então, eu acho que uma questão é essa possível interdisciplinaridade das temáticas que envolvem as teorias de relações públicas. E num segundo momento temos um limitante que são as diretrizes, né? É a ou seja, se nós dividir, definirmos o que são diretrizes, a gente vai definir que é algo que nos indica um caminho, mas que você tem a Liberdade de é, é é um pouquinho pra cá, ou um pouquinho pra lá, né? Mas o que a gente tem visto na prática foi assim, há meu Deus, nós temos. Em 6 meses, temos que</p>

	<p>implementar as novas diretrizes. A gente entrou numa outra caixinha e aí tem uma coisa muito interessante. Eu não sei se isso talvez não esteja no teu trabalho, mas tá lá na minha tese do de livre docência, que é o seguinte. É apareceu, né? Nas diretrizes, a bendita das competências, né? Porque hoje o que é competência porque é competência ensino por competência.</p>
<p>PA4_16 Interdisciplinar</p>	<p>Interdisciplinaridade, eu acho. A nossa visão. É uma visão de caixa de caixinha de espaços, espaços fechados, né? Então é eu. Eu vejo, por exemplo, é? É no meu, na minha prática, né? A caixinha da teoria histórica é minha. Então ela é boa professora, ela não é boa professora, ela é exigente. Ela não é exigente. Quando o aluno passa para um outro semestre, ele vai para outra caixinha, né? E essas caixinhas, elas passam a ser rotuladas, né? Então é como eu coloquei em alguma fala minha anterior. Essas 4, né? A estrutura versus a psicologia, a parte administrativa e comunicação filosófica e política, e o mercadológico versus o personalístico. Eu acho que eles têm que ter um olhar interdisciplinar saindo do primeiro semestre, terminando lá no oitavo. Interdisciplinar, você pode ir aprofundando, é e dando relevância a uma série desses jogos que você apresentou. É, por exemplo, talvez o mercadológico, né? Esse último, o institucional ou mercadológico? A gente dá exemplos no primeiro ano.</p>

APÊNDICE F – Categorização

Código	Teoria	Prática	Comunicação Integrada	Função Política	Estudos da Excelência	Crítica e Humanista	Interdisciplinaridade	Teoria de Relações Públicas	Metodologia de Ensino	Formação Relações Públicas
E01A	X	X								X
E01B	X	X								
E01C	X									
E02A		X								
E02B	X									
E03A									X	
E04A	X	X								
E05A				X		X				
E06A			X							
E07A							X			
E08A				X						
E09A								X		
E10A										X
E11A										X
E12A		X								
PA1_1								X		
PA1_2								X		
PA1_3				X						
PA1_4								X		
PA1_5							X			

PA1_6							X			
PA1_7								X		
PA1_8			X							
PA1_9				X						
PA1_10							X			
PA1_11							X			
PA1_12							X			
PA1_13							X			
PA1_14			X							
PA1_15									X	
PA1_16										X
PA2_1			X	X		X				
PA2_2								X		
PA2_3							X			
PA2_4							X			
PA2_5							X			
PA2_6							X			
PA2_7							X			
PA2_8							X			
PA2_9								X		
PA2_10							X			
PA2_11								X		
PA2_12							X			
PA2_13							X			
PA2_14								X		
PA2_15										X

PA2_16									X	
PA3_1							X		X	
PA3_2							X			
PA3_3				X						
PA3_4							X			
PA3_5							X			
PA3_6			X							
PA3_7							X			
PA3_8			X							
PA3_9				X						
PA3_10								X		
PA3_11							X			
PA3_12							X			
PA3_13							X			
PA3_14								X		
PA3_15									X	
PA3_16										X
PA4_1.1								X		
PA4_1.2				X						
PA4_1.3										X
PA4_1.4		X								
PA4_2					X					
PA4_3				X						
PA4_4							X			
PA4_5				X						
PA4_6					X					

PA4_7					X					
PA4_8			X							
PA4_9							X			
PA4_10					X					
PA4_11				X						
PA4_12				X						
PA4_13							X			
PA4_14				X						
PA4_15										X
PA4_16										X

APÊNDICE G – Roteiro Entrevista com Pesquisadora Referência

1. Currículos de Relações Públicas e Formação Acadêmica
 - Percepção e/ou opinião sobre a formação dos currículos no Brasil
 - Processo histórico dos currículos e das DCN's
 - Dilemas e desafios da formação acadêmica da área

2. Teorias de Relações Públicas
 - Percepção e/ou opinião sobre as correntes teóricas predominantes
 - Quais são e/ou seriam as nossas teorias de RP
 - Produção científica de RP no Brasil x Mundo

3. Função Organizacional Política e os seus enfoques teóricos
 - Percepção e/ou opinião sobre a Teoria da Função Política
 - Quais os desdobramentos que a Função Política teve após a aposentadoria de Simões
 - Difusão (nacional e internacional) da função política

4. Cursos na atualidade
 - Percepção e/ou opinião sobre os cursos de RP
 - Dilemas e perspectivas para o ensino de teoria
 - Contextos e cenários para o ensino de RP

APÊNDICE H – Roteiro Entrevista com Docentes

Roteiro da Primeira Etapa

Os docentes são orientados pelo processo da pesquisa da tese de doutorado, e recebem as instruções com a leitura do TCLE. Após, fazem a confirmação de duas informações iniciais:

*Qual o componente teórico do curso que ministram e/ou já ministraram?

*Se tivessem que estabelecer uma ordem de prioridade entre as correntes teóricas abaixo mencionadas, como ficaria e por quê?

COMUNICAÇÃO INTEGRADA – FUNÇÃO POLÍTICA – ESTUDOS DA EXCELENCIA – VISÃO CRÍTICA E HUMANISTA

Roteiro da Segunda Etapa

Vamos conversar sobre algumas possíveis práticas de Relações Públicas nos cenários organizacionais. Diga a sua opinião e/ou percepção sobre as seguintes situações:

Atuação profissional em níveis gerenciais da administração atuando em cargos de gestão, e apoiam a alta direção da empresa.

Atuação profissional na resolução de conflitos e na gestão de crises e controvérsias entre diferentes públicos e pessoas.

Atuação profissional na comunicação interna focada nas relações humanas e no bem-estar do ambiente organizacional.

Atuação profissional focada nas relações de transparência necessárias para a governança corporativa e compliance entre a organização e os seus públicos.

Atuação profissional na compreensão mútua entre os públicos a partir dos meios de comunicação dirigida que estão ao seu dispor.

Atuação profissional na formação de uma imagem perante a opinião pública para obter uma boa vontade do público externo.

Atuação profissional com vistas a um caráter mercadológico, focado na venda de produtos e serviços com aderência ao marketing.

Atuação profissional como o contato da empresa, sendo a interface dela com os

públicos estratégicos.

Roteiro da Terceira Etapa

Os entrevistados assistem um vídeo produzido pelos pesquisadores com a explicação teórica da função política organizacional, e seus diálogos dos enfoques teóricos de Relações Públicas e seus jogos antinômicos.

O pesquisador também explica a construção do objeto teórico da tese: as dinâmicas do pensamento antinômico-educativo (SIMÕES, 1993; QUINTANA CABANAS, 2002).

Roteiro da Quarta Etapa

Vamos conversar sobre situações delicadas que exigem um jogo de cintura do profissional no ambiente corporativo. Diga a sua opinião e/ou percepção sobre as seguintes situações:

Como você pensa que o profissional deve atuar quando o profissional precisa estar atento com os interesses do público interno e do público externo ao mesmo tempo. (1ª DINÂMICA)

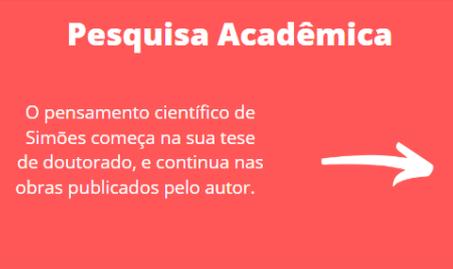
Como você pensa que o profissional deve atuar quando o profissional precisa resolver o conflito e buscar a compreensão mútua entre os sujeitos envolvidos na controvérsia ao mesmo tempo. (2ª DINÂMICA)

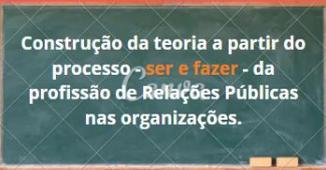
Como você pensa que o profissional deve atuar quando o profissional precisa estabelecer relações de poder e estimular as relações humanas e sociais do público ao mesmo tempo. (3ª DINÂMICA)

Como você pensa que o profissional deve atuar quando o profissional precisa atuar voltado para o marketing e ser a figura institucional que representa a organização ao mesmo tempo. (4ª DINÂMICA)

Após os docentes refletem sobre as possibilidades das dinâmicas do pensamento antinômico-educativo, apontando caminhos e/ou desdobramentos para a pesquisa, sob o ponto de vista da Teoria da Função Política, e sobre o ensino das Relações Públicas.

APÊNDICE I – Roteiro do Vídeo da Função Política

Cena	Tempo	Título	Imagem
01	5,1 s	Vinheta Abertura	
02	4,0 s	Teorias de RP	
03	4,0 s	Função Política	
04	4,0 s	Relevância da Teoria	
05	4,0 s	Mentora da Teoria	
06	4,0 s	Pesquisa Acadêmica	

07	4,0 s	Livros Publicados I	<p>Livros Publicados</p>  <p>Relações Públicas: Função Política</p>
08	4,0 s	Livros Publicados II	<p>Livros Publicados</p>  <p>Relações Públicas e Micropolítica</p>
09	4,0 s	Livros Publicados III	<p>Livros Publicados</p>  <p>Informação, inteligência e utopia</p>
10	4,0 s	Processo de RP	<p>Função Política</p>   <p>Construção da teoria a partir do processo ser e fazer - da profissão de Relações Públicas nas organizações.</p>
11	4,0 s	Elemento Teoria	<p>Elemento da Teoria</p>  <p>Enfoques Teóricos para a Prática de Relações Públicas</p>
12	4,0 s	Enfoque Estrutural	<p>Enfoque Estrutural</p>  <p>RP como uma função no sistema organizacional.</p> <p>ORGANIZAR DELEGAR SUPERVISIONAR</p>

13	4,0 s	Enfoque Administrativo	<p>Enfoque Administrativo</p>  <p>RP como gestor do conflito ou da controvérsia.</p> <p>RESOLVER GERIR ADMINISTRAR</p>
14	4,0 s	Enfoque Filosófico	<p>Enfoque Filosófico</p>  <p>RP como uma filosofia social dos relacionamentos.</p> <p>HUMANIZAR RELACIONAR OUVIR</p>
15	4,0 s	Enfoque Político	<p>Enfoque Político</p>  <p>RP como gestor das noções de ética e transparência.</p> <p>PORTAS ABERTAS CASA DE VIDRO IMAGEM E REPUTAÇÃO</p>
16	4,0 s	Enfoque Comunicacional	<p>Enfoque Comunicacional</p>  <p>RP visando estabelecer a compreensão mútua.</p> <p>RELACIONAMENTOS PROCESSOS GESTÃO DA COMUNICAÇÃO</p>
17	4,0 s	Enfoque Psicossociológico	<p>Enfoque Psicossociológico</p>  <p>RP com objetivo de formar imagem, conceito e opinião.</p> <p>ATITUDES COMPORTAMENTOS OPINIÃO PÚBLICA</p>
18	4,0 s	Enfoque Mercadológico	<p>Enfoque Mercadológico</p>  <p>RP como instrumento do marketing da organização.</p> <p>AUDIÊNCIA ALCANCE MARKETING</p>

19	4,0 s	Enfoque Personalístico	<p>Enfoque Personalístico</p>  <p>RP como contato dos ambientes organizacionais.</p> <p>FORMAÇÃO MÚLTIPLA INTERFACE ORGANIZACIONAL PORTA-VOZ</p>
20	3,5 s	Enfoque na Prática	<p>Como os enfoques podem se enquadrar na prática contemporânea?</p> 
21	3,5 s	Pensamento Antinômico	<p>Desta inquietação emerge o pensamento antinômico-educativo</p> 
22	3,5 s	Prática de RP	 <p>Na prática de Relações Públicas ...</p>
23	3,5 s	Situações Antinômicas	<p>... existem situações antinômicas ...</p> 
24	3,5	Dualidade dos Rumos	 <p>... marcadas pela dualidade e divergência dos rumos ...</p>

25	3,5 s	Conflitos Éticos	<p>... e, geram conflitos éticos e sistêmicos.</p> 
26	3,5 s	Multiplicidade de Caminhos	 <p>E na multiplicidade de caminhos ...</p>
27	3,5	Pensamento Antinômico	 <p>... propomos o pensamento antinômico-educativo!</p>
28	3,0 s	Quatro Situações	 <p>Quatro situações</p>
29	3,0 s	Quatro Dinâmicas	 <p>Quatro dinâmicas</p>
30	3,0 s	Quatro Possibilidades	 <p>Quatro possibilidades</p>

31	3,0 s	Quatro Aprendizados	 <p data-bbox="1062 293 1289 371">Quatro aprendizados</p>
32	3,0 s	Pense Conosco	<p data-bbox="842 562 995 685">Venha pensar conosco!</p> 



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br